



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM LETRAS

FABÍOLA DOS SANTOS LIMA

**“DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS SURDOS NO BRASIL”:**

Uma análise crítica e discursiva das representações dos atores sociais sobre a temática do  
ENEM 2017

São Cristóvão-SE

2018

FABÍOLA DOS SANTOS LIMA

**“DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS SURDOS NO BRASIL”:**

Uma análise crítica e discursiva das representações dos atores sociais sobre a temática do  
ENEM 2017

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do grau de Mestra em Letras, na área de concentração Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cleide Emília Faye Pedrosa.

São Cristóvão-SE

2018

FABÍOLA DOS SANTOS LIMA

**“DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS SURDOS NO BRASIL”:**

Uma análise crítica e discursiva das representações dos atores sociais sobre a temática do  
ENEM 2017

Realizada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Dissertação apresentada como exigência para exame de defesa no curso de Mestrado em Letras, na área de concentração Estudos Linguísticos, à seguinte banca julgadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cleide Emília Faye Pedrosa (UFS)  
Presidente

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno (UFS)  
Examinadora Externa ao programa

---

Prof. Paulo Sérgio da Silva Santos (PIO X)  
Examinador Externo ao programa

---

Prof. Dr. Edivaldo da Silva Costa (UFS)  
(Suplente interno)

## AGRADECIMENTOS

Ao digitar estes agradecimentos, milhões de imagens perpassam a minha mente. Houve dias difíceis, árduos, cansativos, mas não houve o dia em que pensei em desistir de tudo, porque eu sabia que muitas pessoas torciam por mim e desejavam que eu fosse feliz nessa empreitada. Por isso, devo agradecer, de todo coração, a:

DEUS, por ELE acalmar as minhas aflições e sempre me dar forças para continuar.

À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cleide Emília Faye Pedrosa, por ter me acolhido num momento tão ímpar em minha vida. Sinto-me muito honrada em poder ser sua orientada.

À minha mãe, guerreira que fez o inimaginável para eu estar aqui nesse momento. Mãe, te amo. Obrigada por acreditar em mim e me acalmar nos momentos de ansiedade e aflição.

A Bruno Lima, por ser o maior incentivador em tudo o que me proponho a realizar.

A Laysa Victória, que paciente e verdadeiramente me acalmou em meio à tempestade e me fez acreditar que o dia D chegaria. Chegou!

Aos amigos Ascedianos que conquistei, em especial a Maiane Brito, que esteve sempre a meu dispor para o que eu precisasse, e João Paulo, amigo com que DEUS me presenteou no momento que eu mais precisava. João, nunca esquecerei os conselhos, as brincadeiras e o que fez por mim.

À banca do exame de qualificação, Prof. Edivaldo da Silva Costa e Prof<sup>ª</sup> Taysa Mércia, e aos membros da banca examinadora de defesa. Em especial, a Taysa Mércia, professora que esteve comigo desde o Ensino Fundamental até a Pós-Graduação. Sou um dos frutos que você plantou em sua vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, sendo este representado pelos professores e funcionários, vocês foram essenciais.

A todos os professores que construíram o que eu sou hoje.

Por fim, agradeço especialmente a todos que direta ou indiretamente me apoiaram incondicionalmente e apostaram em mim.

Muitíssimo obrigada, levarei todos vocês na memória e no coração,

O fim é só o começo...

*“[...]não fiquem preocupados com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã trará as suas próprias preocupações. Para cada dia bastam as suas próprias dificuldades.”*

*Mateus 6.25-34*

## RESUMO

Diante da desigualdade social que atinge a comunidade surda, esta pesquisa tem por objetivo analisar criticamente as manifestações discursivas presentes nas páginas, no Facebook, do INEP, do MEC e da Folha de S. Paulo sobre o tema da redação do ENEM 2017, a saber, “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”, tendo como ponto de partida as representações discursivas dos atores sociais e as impressões avaliativas dos internautas sobre a temática. Para isso, estudos surdos, Análise Crítica do discurso (ACD) (FAIRCLOUGH, 2001), dialogando com as contribuições de Van Leeuwen (1998) sobre a Representação dos Atores Sociais e com os estudos de Thompson (2002) acerca dos modos de operação das ideologias, foram primordiais. Para darmos conta da análise linguística, considerando que, para a ACD, a análise deve ser textualmente orientada, foram utilizados os estudos de Almeida (2010) sobre Avaliatividade, especificamente o Subsistema da Atitude, pois as avaliações dos internautas sobre a temática da redação do ENEM 2017 foram alvo de análise. A pesquisa segue a metodologia qualitativa-interpretativa, e o corpus é composto por 60 comentários do Facebook, a partir da divulgação do tema da redação do ENEM, em 05 de novembro de 2017. Os comentários foram retirados da página, no Facebook, do MEC (Ministério de Educação e Cultura), órgão responsável pela Política Nacional de Educação, do INEP (Instituto Nacional Anísio Teixeira), que tem por função organizar e elaborar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e da Folha de São Paulo, uma das grandes mídias jornalísticas do país. A pesquisa traz à baila como os internautas dessas páginas posicionaram-se diante do tema, que traz como protagonista a comunidade surda, e procuramos evidenciar se, nas práticas discursivas dos internautas, a inclusão social é manifestada e como se dão as relações sociais ideológicas. Em linhas gerais, pôde-se perceber que as ideologias direcionam os internautas para avaliações positivas ou negativas e esses direcionamentos estão atrelados à realidade que cerca o internauta.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Comunidade surda. ENEM. Inclusão social.

## ABSTRACT

Taking into account the social inequality that strikes the deaf community, this research aims to analyze critically the discursive manifestations on the Facebook pages of INEP, from MEC, and from the Folha de S. Paulo about the essay's theme of ENEM 2017, namely "Challenges for the education of deaf individual in Brazil". As the starting point, it considers the discursive representations of the social actors and the evaluative impressions of internet users about the theme. In this regard, deaf studies, Critical Discourse Analyses (ACD) (FAIRCLOUGH, 2001), dialoguing with the contributions of Van Leeuwen (1998) about the Representation of the Social Actors and with the Thompson's studies (2002) regarding the modes of operation of ideology were primordial. To handle the linguistic analysis, considering that, according to the ACD, the analysis must be textually orientated, it was utilized the Almeida studies (2010) about Appraisal, specifically the Subsystem of Attitude, because the evaluations of the internet users about the essay's theme of ENEM 2017 were the target of analysis. The research follows the qualitative-interpretative methodology, and the *corpus* is composed by 60 commentaries of Facebook derived from the announcement of the essay's theme of ENEM, in November 5th, 2017. The commentaries were singled out from the Facebook pages of MEC (Ministry of Education and Culture), body responsible for the National Education Policy, from INEP (National Institute Anísio Teixeira), which has the role of organizing and elaborating the National Examination of High School Students (ENEM), and the page of Folha de São Paulo, one of the biggest journalist medias of the country. The research brings to the light how internet users of those pages position themselves in the face of the theme that brings as protagonist the deaf community. We intend to elucidate if, in the discursive practices of the internet users, the social inclusion is manifested and how the ideological social relations occur. To sum up, it was possible to realize that the ideologies orientates the internet users to positive or negative evaluations and those orientations are attached to the reality that surrounds the internet user.

Keywords: Critical Discourse Analyses. Deaf community. ENEM. Social inclusion.

## LISTA DE SIGLAS

|        |  |
|--------|--|
| ACD    | Análise Crítica do Discurso  |
| ADTO   | Análise Discursiva Textualmente Orientada                              |
| ALED   | Asociación Latino-Americana de Estudios del Discurso                   |
| ASCD   | Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso                     |
| CI     | Comentários Inep   |
| CF     | Comentários Folha de São Paulo   |
| CM     | Comentários MEC  |
| EM     | Ensino Médio   |
| ENEM   | Exame Nacional do Ensino Médio   |
| INEP   | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| LIBRAS | Língua Brasileira de Sinais  |
| LSF    | Linguística Sistêmico-Funcional  |
| MEC    | Ministério da Educação e Cultura                                       |
| PCNs   | Parâmetros Curriculares Nacionais                                      |
| SAMS   | Sociologia Aplicada à Mudança Social                                   |
| SMS    | Sociologia para a Mudança Social                                       |
| UFAL   | Universidade Federal de Alagoas  |
| UFS    | Universidade Federal de Sergipe  |



## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 1:</b> Relação contexto e metafunções.....                       | 28 |
| <b>Figura 2:</b> Resumo sobre sistema da avaliatividade. ....              | 31 |
| <b>Figura 3:</b> Resumo da avaliatividade. ....                            | 32 |
| <b>Figura 4:</b> ASCD e os seus direcionamentos. ....                      | 34 |
| <b>Figura 5:</b> Dinâmica para mudança social com base em Saco (2006)..... | 40 |

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Quadro 1:</b> Resumo Atores Sociais (Van Leeuwen, 1998 (adaptado))..... | 225 |
| <b>Quadro 2:</b> Tópicos da análise.....                                   | 59  |
| <b>Quadro 3:</b> Temas das redações do enem desde 1998 até 2017.....       | 63  |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>UM PRIMEIRO PASSO.....</b>   | <b>10</b> |
| <b>2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E SUAS PRÁTICAS DE SOLIDARIEDADE<br/>COM AS MINORIAS.....</b>                | <b>14</b> |
| 2.1 Alguns elementos da ACD: ideologia, hegemonia e poder.....  | 17        |
| 2.2 A Representação dos Atores sociais na ACD.....  | 21        |
| 2.3 Funcionalismo para análise linguística: algumas contribuições.....  | 26        |
| 2.3.1 <i>Sistema de Avaliatividade: uma ação inerente ao ser humano.....</i>                                  | <i>28</i> |
| 2.4 Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: Um olhar para as mudanças<br>sociais e culturais..... | 33        |
| 2.4.1 <i>Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social.....</i>   | <i>34</i> |
| 2.4.2 <i>Mudança social e cultural.....</i>   | <i>34</i> |
| <b>3 ESTUDOS SURDOS: UMA RESPOSTA DE PRÁTICAS INCLUSIVAS.....</b>   | <b>42</b> |
| 3.1 Aspectos históricos: uma visão cronológica para que se possa compreender o<br>presente.....               | 42        |
| 3.2 Movimentos sociais surdos para o estabelecimento de práticas inclusivas.....                              | 45        |
| 3.3 Estado de Arte.....   | 52        |
| <b>4 METODOLOGIA.....</b>   | <b>56</b> |
| 4.1 Uma pesquisa qualitativa-interpretativa.....  | 56        |
| 4.2 Os objetivos e as perguntas.....  | 57        |
| 4.3 Um passo de cada vez: a construção do <i>corpus</i> .....   | 57        |
| 4.4 ENEM: volta ao passado para compreender o presente.....   | 62        |
| 4.5 Teorias: as contribuições para a materialização da análise.....   | 64        |
| <b>5 ANÁLISE: POR QUE A EDUCAÇÃO DE SURDOS É UM DESAFIO PARA O<br/>BRASIL?.....</b>                           | <b>69</b> |
| 5.1 Tema avaliado como inapropriado para os alunos.....   | 69        |
| a) A temática é para poucos.....  | 70        |
| b) Tema complexo e desatualizado.....   | 74        |
| 5.2 Atores (não) conscientes do papel da inclusão.....  | 79        |
| a) Internautas não conscientes do papel da inclusão social dos surdos.....                                    | 79        |
| b) Internautas conscientes do papel da inclusão social.....   | 82        |
| 5.3 Quando a experiência “fala mais alto” .....   | 88        |
| a) Quando as relações sanguíneas direcionam o posicionamento.....   | 88        |

|   |            |
|---|------------|
| b) Quando as relações profissionais e estudantis direcionam o posicionamento.....           | 91         |
| c) Um surdo posicionando-se sobre a temática da redação do ENEM 2017 .....                  | 93         |
| <b>5.4 Avaliando as Instituições.....</b>   | <b>95</b>  |
| a) Instituições por um olhar positivo.....  | 95         |
| b) Instituições por um olhar negativo.....  | 97         |
| <b>5.5 Uma “redação” para o INEP.....</b>   | <b>100</b> |
| <b>5.6 O tema da redação do ENEM 2017 e a mudança social: como se posiciona a ASCD.....</b> | <b>108</b> |
| a) Internautas que não vislumbraram o tema como mecanismo para mudança social.....          | 110        |
| b) Internautas que vislumbraram o tema como mecanismo para mudança social...                | 115        |
| <b>O PENÚLTIMO PASSO.....</b>   | <b>121</b> |
| <b>Referências.....</b>   | <b>128</b> |

## UM PRIMEIRO PASSO

É notório que a sociedade é estratificada e composta por uma diversidade cultural imensa. Dentro dessa grande diversidade, há grupos majoritários e grupo minoritários, e, por meio das relações de poder, um exerce domínio sobre o outro. Assim acontece com a Comunidade Surda, já que há muito tempo vive à margem dos ouvintes e busca a inclusão social.

Segundo Goldfeld (2002), há muito tempo os surdos eram vistos negativamente por conta de sua condição, e, por isso, os ouvintes criaram, a fim de incluir os surdos socialmente, métodos audiofonatórios para que estes pudessem desenvolver a audição, abandonassem sua identidade e sua cultura e, conseqüentemente, passassem a fazer parte do grupo ouvinte. Ou seja, o grupo ouvinte exerce um poder tão forte sobre os surdos que estes abrem mão de sua identidade e são obrigados a viver numa realidade que não é a sua, e isso para se sentirem incluídos socialmente. Esse poder é manifestado através das interações sociais em que um grupo busca limitar a liberdade social do outro (VAN DIJK, 2017).

Como foi dito anteriormente, a desigualdade social é instaurada na sociedade. Prova disso é que somente no século XVI as questões educacionais para as pessoas surdas apareceram em documentos oficiais, quando os surdos que fazem parte da nobreza começaram a ser alfabetizados.

No Brasil, a primeira escola foi fundada em 1856, no governo de D. Pedro (GÓES, 2012). Mas, apesar de observar que a primeira escola foi instalada no séc. XIX, sabemos que a educação inclusiva no Brasil ainda deixa a desejar, uma vez que, através de relatos da comunidade surda, é possível perceber que a educação inclusiva não condiz com o que os documentos oficiais preconizam, ou seja, existem leis que asseguram a educação dos surdos de maneira eficaz, mas é sabido que as práticas educacionais inclusivas no Brasil estão distantes de uma concretização eficiente, o que faz com que milhões de surdos enfrentem desafios para ter seus direitos assegurados, quando estes não são praticados pelos órgãos municipais, estaduais e federais.

Para exemplificar, temos o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência- em que assegura que os órgãos públicos precisam ter atendimento especializado para os surdos, mas sabemos que nas práticas sociais reais, esse atendimento não é efetivado plenamente. O processo de inclusão social requer das leis o seu cumprimento como também que a sociedade tenha um olhar compromissado com as diferenças, pois a sociedade é norteadada por um pluralismo significativo.

Entretanto, há, ainda, um grande descompromisso tanto das leis quanto da sociedade por ambas não estarem atentas ao processo inclusivo dos surdos.

É sabendo da existência desse descompromisso social que o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2017, “Desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil” pode ser visto com bons olhos, pois fez com que cerca de 6 milhões de estudantes dissertem sobre a inclusão social, revejam suas práticas excludentes diante do contexto oferecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e possibilitou que toda a mídia discutisse amplamente sobre a proposta oferecida. Logo, o tema trouxe uma grande e necessária visibilidade para a comunidade surda.

O ENEM tem sofrido algumas mudanças desde a sua origem, em 1998. O ENEM foi criado afim de avaliar o desempenho do aluno ao final do Ensino Médio e dessa forma poder contribuir com a melhoria da educação básica no país. Porém, em 2009 o exame passou por uma grande mudança e começou a ser utilizado como processo seletivo para o ingresso de estudantes no ensino superior passando a abolir os vestibulares que permitiam o ingresso nas faculdades públicas de ensino.

No que compete a inclusão social, o Exame continuamente oferece recursos para auxiliar os participantes surdos no momento da prova. Em 2017, além de trazer uma discussão sobre inclusão social, ele também trouxe um novo recurso tecnológico para a auxiliar a comunidade surda, a videolibras. Por meio deste recurso, os estudantes resolveram a prova com apoio de um vídeo, que apresenta as questões traduzidas para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Apesar desses avanços, a educação inclusiva ainda não é tão inclusiva, pois o caminho da Escola inclusiva ainda possui vários obstáculos a serem vencidos. Obstáculos que vão além dos muros das escolas, pois por todos os lados é possível notar as barreiras e a desigualdade social que os surdos enfrentam em seu dia a dia.

A fim de discutir e apontar desigualdades sociais como as citadas no parágrafo anterior, surge a ACD (Análise Crítica do Discurso), em 191, e, pautada nesse aspecto social, ela é um dos pilares deste trabalho, juntamente com a ASCD (Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso), teoria oriunda da ACD, nascida em solo brasileiro, através das ricas contribuições da Professora Doutora Cleide Emília Faye Pedrosa, que, com o aporte de Bajoit, agregou à ASCD um material que discute sobre Mudança Social.

Além dessas teorias, também estarão inseridas nesta pesquisa as contribuições de Van Leeuwen (1998) sobre a representação dos atores sociais, de Thompson (2002), com os modos

de operação das ideologias, e as contribuições de Marthin e White (2005) sobre a Avaliatividade.

Tendo em vista os estudos dos autores citados acima, a presente pesquisa tem o seguinte objetivo geral : analisar criticamente as manifestações discursivas presentes nas páginas do INEP, do MEC e da Folha de São Paulo sobre o tema da redação do ENEM 2017, qual seja, “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”, tendo como ponto de partida as representações discursivas dos Atores Sociais e as impressões avaliativas dos internautas sobre a temática e os seguintes objetivos específicos: analisar como os três campos semânticos – afeto, apreciação e julgamento – apareceram na materialidade linguística do discurso dos internautas; explicar como os Atores Sociais foram representados socialmente em seus posicionamentos e compromissos com a inclusão social dos surdos; determinar de que modo as ideologias, as relações de poder e a hegemonia, de grupos majoritários e minoritários, operam nas práticas discursivas e sociais; constatar se as mudanças sociais inclusivas já foram iniciadas.

Em suma, os comentários dos internautas das páginas, no Facebook, do INEP, do MEC e da Folha de S. Paulo acerca da publicação que divulga o tema da redação do ENEM 2017 serão analisados, a fim de evidenciar quais atores sociais foram representados nas práticas discursivas, como os internautas avaliaram a temática da redação do ENEM e como são estabelecidas as ideologias e as relações de poder na sociedade e se estamos a um passo de uma mudança social que englobe a Comunidade Surda.

Considerando a contextualização educacional e histórica dentro desse grupo vulnerável que vamos estudar e o objetivo geral da dissertação, propomos dividir cada seção da seguinte forma:

A primeira seção, que está sendo apresentada, aponta os direcionamentos do trabalho, alude social e historicamente o contexto em que os surdos estão inseridos e traz as teorias que possibilitarão alcançar os objetivos traçados na pesquisa.

A segunda seção trará um aporte teórico em torno da Análise Crítica do Discurso em que os subtópicos discutirão sobre aspectos direcionados pela ACD, desde sua origem até pontos centrais dessa teoria, como ideologia, hegemonia e poder, e ainda se discutirá, nos subtópicos seguintes, sobre Atores Sociais, Funcionalismo e Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) e seus desdobramentos.

Já a terceira seção trará uma discussão pautada nos Estudos Surdos, procurando fazer uma retrospectiva histórica dessa comunidade, como também aborda sobre os movimentos surdos que instauram (ou tentam) práticas inclusivas.

A quarta, por sua vez, norteará o leitor sobre os caminhos tomados para a elaboração deste texto, trazendo as inquietações e os objetivos que direcionaram a pesquisa, ou seja, apresentará a Metodologia que orientou tal dissertação.

A penúltima seção procurou trazer a análise a partir do *corpus* oferecido, isto é, a análise foi concretizada tendo em vista os comentários colhidos do INEP, do MEC e da Folha de São Paulo.

Por fim, apresentado com o seguinte título “O Penúltimo Passo”, está a nossa última seção, que delineia se os objetivos foram alcançados, se as perguntas de pesquisa foram respondidas e relata também sobre todo o caminho percorrido no estudo.

Em suma, a partir das ricas contribuições de alguns estudiosos, a dissertação busca não só discutir aspectos teóricos relevantes, mas também procura aludir à inclusão social da Comunidade Surda. Ademais, procura ir além dos bancos universitários, uma vez que também busca contribuir socialmente com aqueles que, infelizmente, são alvo de exclusão social.



## 2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E SUAS PRÁTICAS DE SOLIDARIEDADE COM AS MINORIAS

A Análise Crítica do Discurso (ACD) se anuncia oficialmente em 1990, mas a sua notoriedade ganha força em janeiro de 1991, quando, num encontro realizado em Amsterdam, reuniram-se grandes estudiosos, como Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak, formando um grupo que, apesar das divergências de correntes, buscava analisar a linguagem a partir da sua funcionalidade. Cada membro do grupo tinha a sua área de concentração específica, mas isso não impossibilitou a reunião/união do grupo, pois todos tinham um mesmo objetivo: relacionar as práticas sociais e políticas com a linguagem.

A vertente de Van Dijk, a exemplo disso, une práticas sociais à cognição e à linguagem, isto é, faz um estudo sociocognitivo em que leva em consideração o meio social intermediado pela cognição. Por sua vez, Kress direcionará seus estudos com base na multimodalidade. Em seus estudos, o discurso não pode ser composto apenas por palavras, mas atrela também imagem. Nos estudos de Wodak, o direcionamento está pautado numa ACD que leva em consideração a Sociolinguística e a História. Já em Van Leeuwen, por sua vez, vemos o discurso como meio para a criação da realidade e como responsável por estabelecer o poder e o controle social. Por fim, há Fairclough, que segue a vertente de que um discurso é constituído por prática social, prática discursiva e texto. Ainda para este autor, a realidade é constituída pelo discurso, e a realidade social também influencia o discurso, além de que, para ele, um evento discursivo é constituído por práticas sociais, prática discursiva e texto, sendo que esse pilar tridimensional corresponde a fases/etapas de uma análise, mas se deve apontar que cada etapa não é realizada isoladamente num evento discursivo, mas concomitantemente, e que a divisão por etapas é apenas para “facilitar” a análise (PEDROSA, 2012).

Fundada na Europa, mas disseminada pelo mundo, a ACD tem criado raízes em alguns continentes. Na América Latina, a título de exemplo, os estudos pautados na análise crítica do discurso vêm desenvolvendo-se, e, segundo Adriana Bolívar (2004), nesse continente as contribuições na área da ACD estão mais fortes e em grande desenvolvimento. Um grande marco para a América Latina foi uma das maiores referências dos estudos em ACD, Teun van Dijk escrever um editorial, em 1997, intitulado “Discourse Studies in Latin America”, na revista *Discourse e Society*, apontando um avanço da ACD em países como Argentina, México e Brasil e salientando que o continente tinha dado passos inimagináveis. Van Dijk cita, como prova do desenvolvimento da corrente na AL, a criação da ALED (Asociación Latino-Americana de Estudios del Discurso), uma organização regional preocupada em unir países da América

Latina, com a finalidade de perpetuar os estudos na área, como também aponta que nesses países existem disciplinas nas universidades voltadas para Análise Crítica (AC), apontando ainda eventos realizados em países, como México e Brasil, que solidificam o desenvolvimento da corrente nesse continente ainda pouco desbravado àquela época.

No Brasil, as primeiras contribuições acerca da ACD surgem em meados de 2001, quando, na UNB, a Universidade de Brasília, foi traduzida por Izabel Magalhães a obra de Fairclough intitulada *Discourse and social change* (1992), como também foi publicado o livro *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*, de Maria Célia Magalhães, que tem por intuito divulgar a teoria e esse “novo” método de análise no cenário brasileiro. Não se pode esquecer que a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Federal de Minas Gerais também se destacam nos estudos em ACD no país. A partir desses marcos históricos no Brasil, surge uma dedicação maior por parte de muitos estudiosos brasileiros, como a própria Izabel Magalhães e Maria Célia Magalhães, Denize Elena Garcia da Silva, Cleide Pedrosa, Viviane Resende, Viviane Ramalho, Karina Falcone, entre outros que contribuem significativamente com estudos na área da ACD, afastando a ideia de que somente a Europa ou os Estados Unidos poderiam ser mediadores dos estudos críticos do discurso.

A ACD é uma abordagem teórico-metodológica contemporânea que dialoga de muitas outras teorias no campo da Sociologia, da Psicologia, das Ciências Sociais, entre outros, para analisar comportamentos sociais contemporâneos, com o intuito de esclarecer como as relações sociais são estabelecidas na sociedade; em linhas gerais, podemos entender a ACD como “um conjunto de abordagem científica interdisciplinares e transdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social. É teoria e método para mapeamento de conexão entre o uso da linguagem e as relações de poder na sociedade” (VIEIRA, MACEDO, 2018 p.49). Entretanto, não cabe à ACD<sup>1</sup> apenas analisar tais relações, mas contribuir positivamente para as relações de desigualdade estabelecidas pelas ideologias e do abuso de poder na sociedade, ou seja, podemos afirmar que essa teoria desvela relações de desigualdade na sociedade, tendo por foco contribuir com as classes minoritárias. Dessa forma, “a ADC objetiva oferecer suporte científico para estudos sobre o papel do discurso em relações a problemas sociais contextualmente situados” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 77).

Tendo em vista que problemas sociais são alvo dessa teoria, estudos sobre desigualdades sociais que alcançam surdos, mulheres, negros, idosos e muitos outros grupos minoritários

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, a nomenclatura utilizada será ACD, que corresponde a Análise Crítica do Discurso. Outros grupos de pesquisadores utilizam ADC, Análise de Discurso Crítica, tendo em vista a escolha feita na tradução exata do texto original.

serão trazidos à tona por estudiosos da área. A maneira como o sujeito age depende, na maioria das vezes, do lugar que ele ocupa na sociedade e do grupo a que pertence, pois toda prática está atrelada a ideologias, e as ideologias são direcionadas a partir das relações entre grupos sociais. A exemplo disso, temos os grupos ouvinte e surdo em que a ideologia do ouvinte exerce poder sobre o surdo, e isto é perceptível em toda história. Podemos afirmar que, por conta das lutas hegemônicas, paulatinamente, o surdo está alcançando o seu lugar na sociedade, mas não foi sempre assim. Os surdos, por conta de sua condição física, não tinham acesso à educação e a outros recursos, por isso foram alvo de mecanismos que os obrigavam a desenvolver o aparelho fonológico para igualá-los aos ouvintes e foram até mesmo mortos por conta de não serem “iguais” à maioria.

Sabendo que as ideologias geram hegemonias e causam desigualdades sociais, coube à Análise Crítica do Discurso analisar discursos e desvelar ideologias que promovem tais desigualdades sociais. Logo, a fim de ser solidário com os grupos vulneráveis, será objeto de estudo da ACD a linguagem enquanto instrumento responsável por materializar práticas sociais que, em geral, favorecem grupos sociais privilegiados, como brancos, homens, ouvintes, heterossexuais, etc.

Analisar um discurso é observar um dos momentos de práticas sociais. Para Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21), citadas por Ramalho e Resende (2016, p. 35), práticas sociais são “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo”. Dessa forma, fica evidenciado que fazer análise do discurso é analisar práticas sociais dos indivíduos como também das sociedades em que estes indivíduos estão inseridos, é buscar como ocorrem as relações de poder e a constituição das identidades. Todas essas práticas, por sua vez, são constituídas por meio da linguagem. Por dialogar com vários campos de conhecimento, desde que seu objeto de pesquisa o requeira, a ACD é considerada transdisciplinar, por se unir a outras teorias, com o intuito de gerar conhecimentos, por isso é importante apontar que direcionamentos estáveis de cada disciplina são reconfigurados, pois cada disciplina não fica presa às amarras da sua constituição, ela se reconfigura, a fim de contribuir com conhecimento uno, logo essa união é apontada como transdisciplinar, uma vez que vai além da sua própria disciplina (DOMINGUES, 2012 apud KLEIN, 1990). A ACD tem como objeto de pesquisa o social atrelado à linguagem, já que as práticas sociais são evidenciadas por meio dos discursos, e seus estudos buscam sempre contribuir com as camadas sociais vistas como marginalizadas ou não privilegiadas na sociedade, como negros, mulheres, homossexuais, etc. É pautado nisso que deu-se forma à ACD, pois ela busca verificar aspectos direcionados à ideologia, ao poder e à hegemonia que

provocam desigualdade social. Nesse sentido, a ACD desenvolve seu próprio caminho de teoria e análise.

## **2.1 Alguns elementos da ACD: ideologia, hegemonia e poder**

É visível que a sociedade é fragmentada em diversos grupos que buscam interesses que irão beneficiá-los; e, se um grupo é beneficiado automaticamente, como consequência um outro não o é. Isso é claro, por exemplo, entre os grupos em que historicamente Homens, Brancos, Ouvintes, têm seus interesses privilegiados na sociedade, e isso os torna grupos hegemônicos, dominantes, pois eles, além de serem possuidores de vozes na sociedade, também tentarão impor aos demais a sua maneira de ver e agir no mundo, configurando dessa maneira desigualdades sociais. Nesse contexto, concordamos com Fairclough (2001) quando afirma que hegemonia é o domínio que um certo grupo tem em relação a outro, e o poder é inculcido de maneira harmoniosa e não por pujança. Utilizar-se do discurso é a maneira pacífica de manter tal grupo no poder, pois através dele os grupos majoritários dominam a mente do grupo a ser controlado, conforme expõe Van Dijk:

e uma vez que as ações das pessoas são controladas por suas mentes (conhecimento, atitudes, ideologias, normas, valores), o controle da mente também significa controle indireto da ação. Essa ação controlada pode de novo ser discursiva, de modo que o discurso poderoso possa, indiretamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detêm o poder (2017 p. 18).

É importante apontar que os grupos não privilegiados aceitam reticentemente a hegemonia do grupo dominante por vezes sem questionar, sem ao menos perceber que determinadas práticas não favorecem a si e a seus semelhantes, e isso é decorrente da maneira como as ideologias dos grupos hegemônicos são implantadas. A ideologia é o caminho pelo qual as hegemonias veiculam-se, é o método de aplicação, é a chave-mestra para que os privilégios sejam direcionados a determinadas classes. Engana-se quem crê que as maneiras de agir no mundo são implantadas apenas por meio da força, engana-se quem crê que o grupo dominante faz com que seus posicionamentos sejam aceitos garganta abaixo. Pelo contrário, as ideologias são implantadas naturalmente, e as transformações acontecem com o consentimento da coletividade.

Entretanto, apesar da aceitação pacífica por conta da argumentação, a hegemonia pode ter prazo de validade. Segundo Resende e Ramalho (2016), não se pode assegurar que o poder hegemônico está inserido na sociedade por toda a eternidade, e isso resultará em lutas

hegemônicas. Por um lado, há aqueles que lutam pelo desejo de manter o seu poder, enquanto por outro há indivíduos pertencentes a grupos minoritários que podem e devem lutar contra poderes já instaurados, a fim de serem ouvidos na sociedade. Lutar contra hegemonias é lutar por transformações, e toda luta, mesmo que paulatina, pode resultar em mudança social. Dessa forma, quem um dia foi alvo de desigualdade pode lutar para que seu grupo e/ou outros grupos minoritários sejam reconhecidos em seus direitos

Além daquelas dos grupos minoritários, também caberá a analistas da ACD desvelar ideologias e tentar combater as desigualdades presentes entre grupos majoritários e minoritários. Desvelar ideologias é romper com o instrumento que permite o poder hegemônico. De acordo com Thompson (2002 apud RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 28):

Para a ADC, a ideologia é, por natureza, hegemônica e inerentemente negativa. Os sentidos veiculados em texto são classificados como ideológicos apenas se servem à universalização de interesses particulares projetados para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Podemos afirmar que as ideologias são inculcadas silenciosamente e que por isso as pessoas a inserem em suas práticas sociais sem que as percebam, não notando as desigualdades originadas por elas, julgando-as, por conseguinte, naturalizadas. No entanto, Thompson contribuiu significativamente quando, em seus estudos, procurou evidenciar como as ideologias são operacionalizadas e como funcionam; assim, ele construiu um modelo teórico-analítico que procurava dar inteligibilidade às questões sociais da linguagem, possibilitando, com isso, que os analistas do discurso pudessem desvelar ideologias que levam à desigualdade social. São estes os modelos analíticos: Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação, Reificação e suas subdivisões, como se pode observar a seguir:

**Esquema 1:** Modos operacionais das ideologias com base em Thompson (2002).



Elaboração: A autora.

O primeiro processo pelo qual a ideologia pode ser implantada é a Legitimação, em que as relações hegemônicas são vistas como legais, legítimas. A estratégia utilizada são três, a saber: racionalização, que consiste em utilizar as legalidades jurídicas para justificar as relações divergentes entre os grupos sociais; a universalização, que aplica suas ideologias como se estas fossem trazer benefícios a todos os grupos sociais e não somente a um grupo restrito, e a narrativização, que procura contar histórias, tradições e culturas de um povo como argumento para sustentar posturas que contribuem para o favorecimento de um grupo sobre o outro.

Outro processo é a dissimulação, em que as relações hegemônicas são omitidas, negadas, por meio também de três estratégias, a saber: o deslocamento, no qual termos particulares de um grupo referem-se a outro grupo, resultando em visibilidades positivas ou negativas para o grupo primeiro; a eufemização, que faz com que grupos, instituições e até mesmo relações sociais apontem apenas o que for positivo, apagando o negativo, e o tropo, que se utiliza de figuras de linguagem como a metonímia para omitir e/ou negar as diferenças entre relações sociais.

O terceiro processo é intitulado unificação e busca criar uma identidade ímpar que una indivíduos, desprezando as suas particularidades e os tornando indivíduos inseridos numa identidade coletiva que seja padrão para a sociedade. Diferentemente das já citadas, a concretização desse modelo é pautada em dois processos: padronização – que busca um padrão

para a sociedade como um todo – e simbolização, que procura símbolos que permitam uma identificação coletiva.

A fragmentação, quarto processo citado por Thompson, procura seccionar grupos que possuem forças suficientes para intimidar aqueles que estão no poder. Os dois caminhos utilizados são a diferenciação, que evidencia características que podem desunir grupos até então unidos ou procuram impedir que os possíveis grupos que possam levar ameaças possam unir-se, ou se utilizam do expurgo como mecanismo que visualiza o grupo ameaçador como inimigo e por isso o vislumbra como aquele que deve ser exterminado.

No que concerne à Fragmentação, o comentário apontado anteriormente Fragmenta quem deve discutir sobre inclusão, já que, para o autor, os que devem tratar sobre o tema são pedagogos e psicólogos, o que evidencia que apenas grupos restritos devem tratar sobre uma causa importante, e disso brotará uma visibilidade quase insignificante que também instaurará a permanência do poder hegemônico dos ouvintes sobre os surdos.

E, por fim, a última classificação, a reificação, que, em linhas gerais, vislumbra as situações sociais, históricas, como permanentes e não passageiras. São três os processos que mediam essa reificação: a naturalização, em que determinadas situações são vistas como acontecimento de um mundo natural; a eternalização, em que fenômenos sócio-históricos são vistos como eternos, e a nominalização e a passivação, que buscam apagar atores sociais.

Como já fora apontado, as relações sociais na maioria das vezes são conflitantes, pois determinados grupos tendem a impor, através do consenso, a sua maneira de ver o mundo e fazer com que o outro veja da mesma forma. Isso acontece porque grupos ou pessoas calcadas em *status*, poder aquisitivo, privilégios, conhecimento tendem a impor poder sobre as outras. Van Dijk (2017, p. 17) define poder social como “controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros”. Tal controle, pautado nos interesses de grupos privilegiados, domina mentes, e estas são responsáveis por gerar ações. Logo, cria-se o seguinte esquema: mentes “dominadas”, ações executadas, poder instaurado.

Entretanto, não se pode ver o poder apenas com um direcionamento negativo, pois, com base em Van Dijk (2017), é essencial que a sociedade tenha uma ordem e normas que façam com que o corpo social funcione, e tais métodos organizacionais são impostos via poder, porém é primordial que não se confunda poder com abuso de poder, porque este último resulta em desigualdades sociais. Ou seja, sem dúvidas o poder deve existir de maneira que possa regular a sociedade, mas esse poder não pode contribuir para favorecer alguns grupos e prejudicar outros. Por isso,

O abuso de poder, então, significa a violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder e contra os interesses dos outros. O interesse daqueles que têm o poder e contra o interesse dos outros. Os abusos de poder significam a violação dos direitos sociais e civis de pessoas (VAN DIJK, 2017, p. 29).

A partir dos pressupostos acima, notamos que hegemonia, ideologia e poder são três pontos norteadores para as relações sociais, logo o são também para os estudos críticos dos discursos. Se há hegemonia e poder, há ideologia. A ideologia é a grande responsável por direcionar maneiras de agir no mundo, e é por meio dela que a hegemonia é instaurada, já que os sujeitos acreditam que as ideologias que seguem são as melhores, impondo pacificamente a outros grupos seu modo de agir; assim, ao haver essa imposição, tornam-se grupo hegemônico, o que gera desigualdades sociais que devem ser combatidas por meio de lutas hegemônicas, como também por contribuições de pesquisas de analistas do discurso que se utilizarão de modelos analíticos para trazer à baila fatores que evidenciam as relações entre os sujeitos na sociedade. Uma das maneiras utilizadas pelos analistas do discurso para identificar como as ideologias são implantadas é através dos estudos sobre como os atores sociais, por isso Van Leeuwen (1998) se dedicou a verificar como os atores sociais são materializados no discurso procurando aludir como a forma de materialização desvela a ideologia presente no discurso.

## **2.2 A Representação dos Atores sociais nas relações ideológicas**

Ao buscar um conceito para atores sociais, é possível perceber que não existe uma única definição, mas conceitos que se adequam a uma determinada área de estudo. Na área da sociologia, por exemplo, o conceito diverge, porém, em linhas gerais, atores são vistos como “[...] alguém que participa de maneira ativa, mas é também aquele que assume um papel” (WAUTIER, 2001, p. 38). Ou seja, segundo a autora, os atores podem ser definidos como alguém ativo, integrado à sociedade e que age de acordo com as normas sociais, por isso têm um pensamento coletivo; dessa maneira, o individualismo é recriminado diante desse conceito e é visto como agente de escolhas racionais, sendo essas ações qualificadas de social quando têm sentido e fazem referência à conduta social dos outros.

Ainda no campo da sociologia, o ator social, para Souza (2008), nada mais é que alguém inserido na sociedade e que possui uma representatividade. Grupos sociais e categorias de trabalhadores podem ser vistos como atores sociais, mas isso não se restringe apenas a grupos com traços humanos, haja vista que, para Souza, partidos políticos, igrejas, jornais, etc. também podem ser notados como atores sociais.



Além desses conceitos, é imprescindível aludir à teoria de Van Leeuwen (1998) sobre atores sociais, pois é um dos caminhos por onde a ACD pode caminhar em suas análises. Através de um quadro explanatório, Theo van Leeuwen busca apresentar como os atores sociais são representados linguisticamente, a fim de não só perceber como as representações ocorrem, como também evidenciar como as relações de poder são instauradas por meio dessas representações.

As representações não acontecem aleatória ou até mesmo inocentemente, mas são direcionadas aos objetivos particulares do autor ou do grupo a que pertencem, ou seja, não há, linguisticamente, a representação de um ator sem que aquele que o represente tendencialmente não expresse sua ideologia.

A princípio, Van Leeuwen dividiu os atores em dois grandes grupos, os quais foram em seguida subdivididos. O primeiro grande grupo está calcado no processo denominado de Exclusão, enquanto o segundo está baseado na Inclusão do ator social, assim “as representações incluem e excluem os actores para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirige” (VAN LEEUWEN, 1998, p. 180). Porém, cabe salientar que desses dois grandes grupos só serão explanados aqueles atores sociais que nitidamente se sobressaem no corpus em análise.

A Exclusão é uma das formas de (não) apresentar o ator social, ou seja, consiste em não referenciar o ator social linguisticamente por pura inocência ou com o simples intuito de apagá-lo, excluí-lo por conta da sua ideologia ou até mesmo nas relações de poder instauradas entre grupos sociais. A exclusão pode ser concretizada de duas maneiras distintas: supressão e encobrimento. A primeira, a Supressão, ocorre quando há a exclusão total do ator no discurso, ou seja, em nenhuma passagem do discurso poderá se identificar o ator referenciado no discurso. E por Encobrimento se entende o fato de que, num primeiro momento, o ator é apagado, mas, no decorrer do discurso, ele será recuperado e apontado. As formas de exclusão são cristalizadas através de: Verbos no infinitivo como participante gramatical, Apagamento do agente ou do objeto da voz passiva, Nominalização, que consiste na transformação de uma classe de palavras em substantivo, e por uma Adjetivação sem Atribuidor, quando se apresenta uma opinião sobre qualquer elemento constitutivo do texto sem ao menos explicitar quem de fato é o atribuidor ou o responsável pela avaliação ou caracterização do elemento no texto.

No que cerne à inclusão, os atores são divididos em dois grupos: Personalização e Impersonalização, ou seja, há uma classificação dos atores que giram em torno de características de seres humanos ou não. Na personalização, como o próprio nome já diz, os atores são representados com características pertencentes aos humanos e, linguisticamente,

segundo Van Leeuwen (1998), são representados por nomes próprios, pronomes pessoais, substantivos, etc.; já na Impersonalização, por seu turno, os atores são representados por substantivos abstratos ou substantivos que possuam uma carga semântica que não carrega características humanas.

A Impersonalização apresenta os atores sociais por meio de características não humanas e é apresentada em Abstração ou Objetivação, a primeira estando relacionada por uma adjetivação calcada em substantivos abstratos que não carregam um valor semântico direcionado a humanos, e a Objetivação, é concretizada através da Espacialização, em que o ator é representado tendo em vista uma referência que gira em torno do local onde está, da Automização do Enunciado, correspondem a representar o ator fazendo referência a sua produção escrita ou oralizada, da Instrumentalização, representa os atores por um instrumento ao qual usem em suas atividades, e da Somatização, citar partes do corpo do ator enquanto processo de referência.

No que tange à Personalização, Van Leeuwen apresenta os atores por Determinação e Indeterminação. Naquela, os atores são claramente apresentados, e nesta, por meio de pronomes indefinidos e/ou verbos na 3ª pessoa do plural (como “falaram”, “gostaram”), os atores não são identificados de maneira clara.

A Determinação, por sua vez, representa os atores de maneira clara através de dois mecanismos, a Generecização e a Especificação. O primeiro representa o ator genericamente, isto é, por meio de uma representação ampla de significação. Normalmente, esse tipo de representação é cristalizado linguisticamente através de substantivo.s comuns (como sociedade, jovens, família).

Diferentemente da Generecização, na Especificação o ator é representado individualmente ou através de um grupo do qual faz parte. Há dois tipos de representação: a Assimilação e a Individualização.

Na Assimilação, os atores são representados coletivamente, isto é, como atores que participam de ou estão inseridos em determinados grupos. Quando a Assimilação está baseada numa representação coletiva, há o que Van Leeuwen chama de Assimilação por Coletivização, que, por sua vez, pode ser subdividida em Coletivização Contável e Coletivização Não-Contável. Aquela expressa uma coletivização em que os substantivos são passíveis de quantificação, enquanto esta é expressa por substantivos geralmente próprios e que não permitem ser quantificados.

Ainda no que diz respeito à Assimilação, há, além da Coletivização, a Agregação, a qual consiste em apresentar os atores por meio de dados estatísticos. Logo, palavras que denotem porcentagem, frações, etc. são utilizadas para representar grupos.

No processo de Individualização, existe a representação dos atores individualmente, sendo-lhes atribuídos nomes próprios. A esse processo Van Leeuwen denominara de Nomeação, que, por sua vez, é dividida em três tipos: Antropônimos, Titulação e Detitulação.

A Nomeação por Antropônimo é concretizada através da Formalização, em que atores são representados formalmente, e sua concretização está pautada no uso de sobrenomes; da Semiformalização, que apresenta o nome e o sobrenome do ator, o que faz com que o ator seja representado de maneira muito particular, e, por fim, através da Informalização, que, a fim de popularizar o ator representado, cita-o.

Outros dois processos inseridos na nomeação são a Titulação e a Detitulação, que consistem em apresentar os atores tendo em vista os seus títulos e a ausência deles. A Titulação pode ser cristalizada por duas formas, Honorificação e Afiliação. Na primeira, a Honorificação, há o registro do nome e uma forma de tratamento que represente cargos, títulos e honoríficos dados ao ator social. Já na Afiliação, por seu turno, aponta-se o ator social tendo em vista uma relação íntima, de parentesco.

Além de individualizar os atores através dos processos citados acima, há a Categorização, em que o ator pode ser referenciado através de uma atividade, ou seja, de uma ocupação que costuma realizar dentro de um grupo amplo. A esse processo Van Leeuwen chamou de Funcionalização.

Assim como a Funcionalização, a Identificação também está atrelada à Categorização. Essa identificação pode estar baseada numa Classificação, bem como na Identificação Relacional, na Identificação Física e na Avaliação. A Classificação gira em torno das classificações atribuídas pela sociedade, do sexo, da orientação sexual, da idade, etc. E a Identificação Relacional representa os atores apontando-se a relação de parentesco, de amizade, etc.

Como na Identificação Relacional, há a Identificação Física, que, como o próprio nome sugere, traz à tona aspectos físicos, visto que “os atributos físicos tendem a ter conotações, e estas podem ser utilizadas para classificar ou funcionalizar actores sociais indirectamente” (VAN LEEUWEN, 1998, p. 206).

Ainda no que tocante à Categorização, existe a Avaliação, que busca avaliar os atores sociais por meio de palavras que expressem uma qualificação positiva e negativa quanto ao ator social.

Após essa discussão sobre a representação dos atores sociais, a seguir, tendo por base os estudos de Van Leeuwen e também o quadro resumidor de Iran Ferreira de Melo sobre a Representação dos atores sociais, será apresentado um quadro adaptado que busca resumir as maneiras como os atores podem ser representados. Tal adaptação é realizada por optamos em não apontar todos os atores sociais presentes no quadro de Van Leeuwen (1998) e Melo (2013), mas somente aqueles que se destacam claramente nas construções que norteiam o nosso corpus.

**Quadro 1:** Resumo Atores Sociais (VAN LEEUWEN, 1998) (adaptado).

|          |                  |                |               |                  |               |
|----------|------------------|----------------|---------------|------------------|---------------|
| Exclusão | Supressão        |                |               |                  |               |
|          | Encobrimento     |                |               |                  |               |
| Inclusão | Impersonalização | Abstração      |               |                  |               |
|          |                  | Objetivação    |               |                  |               |
|          | Personalização   | Determinação   | Generecização |                  |               |
|          |                  |                | Especificação | Individualização | Nomeação      |
|          |                  |                |               |                  | Categorização |
|          |                  |                | Assimilação   |                  | Coletivização |
|          |                  |                |               |                  | Agregação     |
|          |                  | Indeterminação |               |                  |               |

Elaboração: A autora.

Em síntese, Van Leeuwen, através da Teoria da Representação dos Atores Sociais, buscou evidenciar como os indivíduos enquanto atores sociais podem ser representados. A representação é feita a partir da leitura que Van Leeuwen faz do ator social em questão, isto é, ele observa se os atores são incluídos ou excluídos, e o modo como são posicionados dirá sobre a ideologia e as relações de poder existentes na sociedade, o que faz com que, para a ACD, os estudos voltados para atores sociais contribuam significativamente para as análises que buscam apontar os abusos de poder na sociedade.

A partir da discussão trazida, já é possível identificar algumas teorias que direcionarão a análise, mas não se pode esquecer das contribuições do Funcionalismo já que análise do discurso crítica é textualmente orientada e por isso nos apropriamos dessa teoria para fazer a análise linguística propriamente dita.

### 2.3 Funcionalismo para análise linguística: algumas contribuições

O Funcionalismo, como muitos pensam, não surge como uma teoria que irá confrontar as teorias de cunho estruturalista, pois, segundo Cunha (2011), quando falam em funcionalismo, ressaltam que esta corrente faz frente ou é totalmente oposta ao estruturalismo; contudo, este teve sua origem dentro dos estudos que observam a língua enquanto estrutura. A teoria funcionalista, ainda engajada ao estruturalismo, buscava observar a função dos fonemas, tendo em vista que eles diferenciam uma palavra da outra e, nos estudos sintáticos, direcionavam o olhar para a estrutura da sentença levando em consideração o contexto, por exemplo. Foram os estudiosos, que participavam da Escola de Praga, que, em 1926, começaram a fazer as primeiras análises de cunho funcionalista, e, a partir daí, surgiram muitos outros estudiosos e escolas que se dedicaram a observar o funcionamento da língua, ou seja, começaram a observar a língua a partir da teoria funcionalista, podendo-se citar: a Escola de Praga com Mathesius, Jakobson, Trubtzkoy; a Escola de Londres com Firth e, em seguida, Halliday, e o grupo da Holanda com Reichling.

A Linguística Sistêmico-Funcional, desenvolvida por Halliday, não irá se preocupar em tomar a língua enquanto estrutura, mas examinará a língua em uso num determinado contexto, tendo o olhar sobre os usuários (falante/ouvinte) e o contexto de situação, de cultura.

Ao falar em contexto, é importante trazer à baila dois conceitos relevantes para essa teoria: o contexto de situação e o contexto de cultura. Entendemos por contexto de situação tudo aquilo que está diretamente ligado ao ambiente onde o texto está funcionando, enquanto o contexto de cultura está atrelado às práticas cristalizadas por determinados grupos sociais, instituições, etc. Tanto o contexto de situação quanto o contexto de cultura influenciarão diretamente a escolha lexical do sujeito, uma vez que os que usam a língua farão suas escolhas linguísticas a partir de suas intenções no ato da interação (contexto de situação), como também através de sua realidade cultural (contexto de cultura), haja vista que os indivíduos não terão domínio de um assunto que esteja distante de sua realidade. Por isso, analisar apenas a estrutura da língua parece ser insuficiente, pois não dá conta do fazer linguístico, acerca disso Neves (2001, p. 23) diz:

Na perspectiva funcionalista, porém, não se considera que uma descrição da estrutura da sentença seja suficiente para determinar o som e o significado da expressão linguística, entendendo-se que a descrição completa precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e seu estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente.

A língua só será realizada e também analisada se, e somente se, forem levados em consideração os contextos de cultura e de situação, tendo, obviamente, como pilar o enfoque funcionalista. As escolhas linguísticas do indivíduo condizem com o objetivo que ele pretende alcançar; dessa maneira, a língua terá uma função, pois o indivíduo tem um objetivo, e, para que seja concretizado, dependerá de como a língua funciona. Nesse momento, é trazido um dos conceitos mais importantes, se não for o mais importante, para compreender a Linguística Sistemico-Funcional: o de função, a que Halliday (2004) chama de metafunção. Grosso modo, entendemos função da linguagem como o papel que a língua desempenha numa determinada situação; para a LSF, são três as metafunções que podem ser efetuadas a partir da intenção do sujeito na realização do discurso, a saber:

1. Se o indivíduo pretende, de maneira consciente ou inconsciente, declarar seu ponto de vista em relação ao mundo que o cerca, falar sobre suas experiências, suas percepções, seu modo de ver o mundo, ele estará fazendo uso da metafunção ideacional.
2. Se o emissor está usando a linguagem com a intenção de trocar informações, posicionar-se, criar relações entre o sujeito que fala e o seu ouvinte, ele terá de buscar mecanismos que possibilitem a concretização do seu objetivo, e tais mecanismos serão alcançados através da metafunção interpessoal. É por meio dessa função que o sujeito também poderá evidenciar o papel que ocupa na sociedade, se exerce um papel hierárquico em relação a seu ouvinte/leitor, ou não, por exemplo. Nesta metafunção, a linguagem terá por função permitir a troca de informação entre os indivíduos, bem como criar relações entre falante e ouvinte.
3. Se aquele que faz uso da linguagem tem por intenção expressar sua concepção/experiência de mundo ou criar relações/trocar informações, ele precisará de um mecanismo para a materialização dessas intenções. Essa materialização será vista como uma função da linguagem intitulada por Halliday (2004) como Metafunção textual. Em linhas gerais, é tornar as funções acima citadas (1 e 2) em textos, sejam eles orais ou sinalizados.

É importante ressaltar que as funções não acontecem isoladamente, mas de maneira concomitante. Além disso, cada função está interligada ao contexto de situação. Fuzer e Cabral (2010), em trabalho de Halliday (1989), apontam que o contexto de situação é subdividido em discurso de campo, de relação e de modo e estão inteiramente ligados às metafunções ideacional, interpessoal e textual, respectivamente. Essa ligação entre o contexto de situação e

as metafunções é permitida porque, no discurso de campo, estão imbricados processos sociais; já o discurso de relação envolve quem participa da interação, e, por fim, o discurso de modo é a maneira como estão materializadas as demais funções (falado, escrito, etc.).

A representação abaixo representa o que foi explicado:

**Figura 1:** Relação contexto e metafunções.



Elaboração: A autora.

A partir da observação expressa na Figura 1 e tendo por base tudo o que foi apontado até aqui, entendemos que a língua tem metafunções, sendo elas: ideacional, interpessoal e textual. Tais metafunções só podem ser realizadas através do contexto de situação e cultura, uma vez que elas serão escaladas tendo-se em vista o objetivo do indivíduo, a situação em que está inserido e a realidade que o cerca. Apesar de possuir esses três eixos, este trabalho procurará observar a metafunção interpessoal com o olhar para o sistema de avaliatividade.

### *2.3.1 Sistema de Avaliatividade: uma ação inerente ao ser humano*

O sujeito, por meio da linguagem, está sempre a avaliar as situações no ato de suas interações. Avalia como está a água do mar, se fria ou muito quente, julga o comportamento do vizinho e até mesmo as coisas e os objetos que o cercam. Já que avaliar é tão presente e inerente à vida do sujeito ativo linguisticamente, fez-se necessário criar, no final dos anos 80, uma teoria atrelada ao funcionalismo, a qual foi chamada de Sistema de Avaliatividade. Este sistema busca evidenciar marcas que os indivíduos deixam em suas avaliações. Para deixar claro: o Sistema de Avaliatividade almeja ressaltar marcas que os sujeitos deixam ao avaliar as diferentes situações em que estão inseridos. Vian Jr. (2010) define avaliatividade como um método que

procura desenvolver como a língua é usada enquanto mecanismo que pode avaliar, assumir posicionamentos e construir os indivíduos no texto e seus respectivos posicionamentos interpessoais.

A partir do Sistema de Avaliatividade, são indicados três subsistemas, os quais contribuirão para esclarecer determinadas atitudes no ato da interação e serão explicados pormenorizadamente a seguir.

O primeiro deles é a atitude, cuja explicação dada por Almeida (2010, p. 99) é: “subsistema do sistema de avaliatividade responsável pela expressão linguística das avaliações positivas e negativas, que abrange três regiões semânticas: a emoção, a ética e a estética”. Ou seja, a atitude, grosso modo, corresponde a avaliações, positivas ou negativas, que o sujeito faz em suas interações, estando, por sua vez, inserida em três campos semânticos: afeto, julgamento e apreciação.

A avaliação de afeto é uma avaliação realizada por meio de sentimentos, emoções, tendo por base verbos, advérbios e adjetivos. Segundo Avelar e Azuaga (2003, p. 33):

O Afecto tem a ver com a manifestação das emoções, a reacção a um comportamento, a um fenómeno natural, a um estado-de-coisas, ou a um texto/processo. A manifestação das emoções reside na subjectividade individual do falante/escrevente que, por decisão ou necessidade própria, inscreve a sua presença no processo comunicativo.

Isto é, a avaliação é realizada por meio de palavras que denotam sentimentos, assim o sujeito avaliador julga baseado em seus sentimentos e emoções e, de maneira direta, se posiciona, já que o sentir é individual.

Ainda dentro do sistema da atitude está o julgamento. Nesse subsistema, há avaliação do comportamento dos sujeitos que, do ponto de vista do julgador, burlam as regras que supostamente eram para ser seguidas. Se o produtor do discurso crer em determinada ideologia, acredita, obviamente, que sua postura ideológica é a correta e que aquele que porventura fira determinados princípios deve ser alvo de julgamento. Este tipo de avaliação é pautado nos comportamentos das pessoas tendo por base normas e convenções sociais estabelecidas por instituições como Estado, Igreja, Escola, etc. (ALMEIDA, 2010).

Por fim, há avaliação no campo semântico da apreciação. Aqui, coisas e objetos ao nosso redor são julgados. Uma prova escolar, espetáculos teatrais, aparelho telefônico, infinitos objetos são julgados de maneira positiva ou negativa, levando em consideração as suas formas e estruturas. De maneira descritiva, os objetos são avaliados como o celular pequeno, a roupa folgada, o espetáculo demorado, etc. Em suma, o subsistema de atitude corresponde a uma



avaliação que pode estar pautada em 3 subsistemas: afeto, avaliação pautada em sentimentos; julgamento, avaliação das pessoas a partir de convenções sociais, e apreciação, avaliação dos objetos.

Na avaliatividade, ainda há dois subsistemas, como o engajamento e a gradação. Entendemos engajamento como a busca de uma outra voz dentro do discurso, visto que, de acordo com Bakhtin (2003, p. 295), “nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas), é pleno de palavras dos outros [...]. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos”. Dessa maneira, o discurso é constituído por outros discursos, por outras vozes, e, no sistema de engajamento, será feita a busca, o diálogo com essas outras vozes. O sujeito autorial dará uma resposta, uma posição, ao discurso primeiro dentro de sua própria produção. Se o produtor concorda com a voz primeira, dentro do seu discurso não haverá indícios, marcas de respostas ou contradições a esse outro discurso, pois o que fora dito outrora será visto como verdade absoluta, e verdades absolutas não são questionadas. Entretanto, vale ressaltar que, por mais que, na produção do texto, não encontre respostas a outras vozes, sempre há outras vozes, uma vez que todo texto faz ponte com outros textos, todo texto dialoga com outros textos. Quando não há posicionamento, referência a outros textos, há o que se chama de texto monoglóstico. Já se o sujeito autorial dialoga com outros textos e os referencia, não os aceita como verdade absoluta, posiciona-se de maneira contrária ao que fora dito, terá o que se chama de texto heteroglóstico.

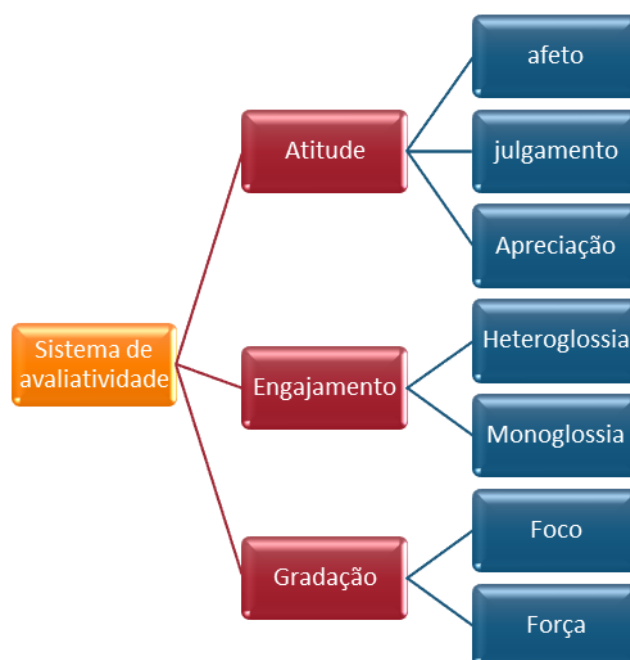
A Gradação, último sistema de avaliatividade, consiste em enfatizar ou não uma determinada avaliação. Ou seja, funcionará como um recurso que permite dar ênfase, suavizar, amplificar a avaliação. Se o sujeito intensifica de maneira gradativa, a avaliação está pautada na força. Isso se dá porque, na Língua Portuguesa, há palavras que denotam um mesmo sentido, mas que podem atribuir graus diferentes. Alguém pode achar uma Maria bonita, mas pode também achá-la linda ou até mesmo belíssima. Em todas as situações, o sujeito avalia de maneira positiva Maria, mas o grau de intensidade pode ser alterado a partir das escolhas lexicais do avaliador. O mesmo acontece se for afirmado que João comeu muito ou que João comeu bastante. A atitude de João, em ambas as sentenças, foi avaliada, mas com quantificações diferentes. Martin e White (2005) classificam os exemplos acima como gradação de força de intensidade e de quantificação, respectivamente. Logo, presumimos que a gradação tem o sistema de força, que, por sua vez, tem dois subsistemas: intensificação e quantificação.

Além da gradação com base na força, há outra baseada no foco. Nela, a gradação ocorre tendo por base a classificação de categorias. Ao se dizer “gosto de pastel de forno”, categoriza-

se prototipicamente o tipo de pastel, já que há de vários tipos, como o de feira, por exemplo. Nesse tipo de gradação, está presente o subsistema de acentuação. Nele, o termo avaliado é categorizado. Além desse subsistema, existe a atenuação, em que o termo categorizado é reduzido dentro de sua categoria. Ao disparar “Gosto do pastel que parec-e ser de forno”, exemplifica-se tal subsistema. Ou o pastel é de forno ou não o é, não existe a possibilidade do parecer. Provavelmente, esse pastel é de forno, entretanto é avaliado negativamente ou como menos legítimo. No sistema de Gradação, não há uma avaliação propriamente dita, mas uma intensificação, uma quantificação do termo que avalia o sujeito.

A partir da exposição acima, fica claro que a gradação, como também o engajamento, é intimamente ligada ao sistema da atitude, visto que, para referenciar algo, faz-se necessário um outro texto, bem como, para se dar ênfase a uma avaliação, isso depende do sistema de atitude. A partir disso, Almeida (2010, p. 39-40) diz que “a atitude abrange as avaliações, o engajamento contempla as fontes ou as origens da atitude e a gradação focaliza a intensificação para mais ou para menos das avaliações”. A fim de facilitar o entendimento, a Figura 2, a seguir, mostrará de maneira resumida tudo o que foi exposto até o presente momento acerca da avaliatividade e seus subsistemas.

**Figura 2:** Resumo sobre Sistema da Avaliatividade.



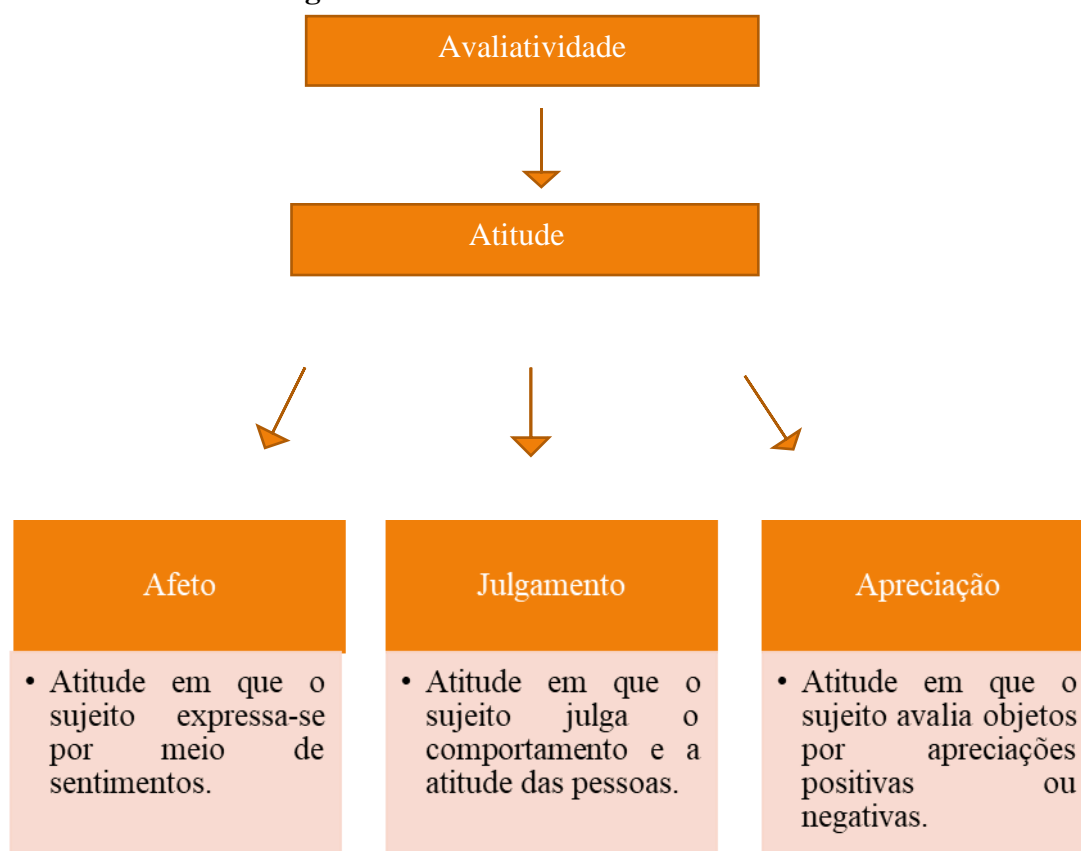
Elaboração: A autora.

A figura acima elenca os possíveis processos por onde pode caminhar o Sistema de Avaliatividade. As três bases de sustentação são a atitude, com os seus direcionamentos (afeto,

julgamento, apreciação); o engajamento, constituído pela heteroglossia e a monoglossia, e, por fim, a gradação, formada por processos como foco, que, por sua vez, está calcado na acentuação e atenuação, e força, que se subdivide em dois processos: intensificação e quantificação.

Indubitavelmente, a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) especificamente na LSF muito contribuiu e muito tem a contribuir para aqueles que direcionam suas pesquisas em torno da funcionalidade da língua, como, por exemplo, a ACD (Análise Crítica do Discurso). Não levar em consideração aspectos ligados seja ao contexto de cultura, da situacionalidade ou das relações entre os indivíduos no discurso é simplesmente ignorar um fator importante da linguagem: o uso. Não devem ser ignoradas as contribuições daqueles que se propuseram a observar a língua enquanto estrutura, como Saussure, mas é imprescindível voltar o olhar procurando perceber que a LSF/GSF é uma evolução daquilo que antes era visto como aspecto formal. A seguir, será apresentada uma figura que resumirá mais uma vez o Sistema presente na LSF, que contribuirá significativamente para a pesquisa, qual seja, a Avaliatividade.

**Figura 3:** Resumo da Avaliatividade.



Elaboração: A autora.

A Figura 3 ilustra a Avaliatividade e o subsistema da Atitude, sendo este dividido em três categorias, as quais foram acima definidas resumidamente. Para se somar a essa teoria e às

demais, tem-se a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), que, junto a outras contribuições, irá direcionar esta pesquisa.

#### **2.4 Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: Um olhar para as mudanças sociais e culturais**

Através da leitura já transcorrida, não é difícil perceber que as correntes que seguem a ACD são todas ligadas a autores europeus, as quais, por sua vez, são trazidas para o Brasil inicialmente por Izabel Magalhães e Célia Magalhães, originando discípulos que seguiam a ACD e as correntes europeias; porém, em 2011, nasce uma corrente brasileira, a ASCD, que tem como precursora a Professora Doutora Cleide Faye Pedrosa. Entendemos por ASCD a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, que, através dos estudos linguísticos da Linguística Sistêmico-Funcional, da Sociologia para a Mudança Social, da Sociologia Aplicada à Mudança Social, da Comunicação para a Mudança Social e dos Estudos Culturais, procura esclarecer, através de análises, as mudanças sociais e culturais sofridas pelos indivíduos enquanto sujeitos. Essa teoria terá como suporte teórico as contribuições de Bajoit enquanto estudioso da Sociologia para a Mudança Social; de Saco, com a Sociologia Aplicada à Mudança Social; de Gumucio e Navarro como teóricos da Comunicação para a Mudança Social, e, por fim, de Marttelart e Hall, com os Estudos Culturais.

Damaceno (2013, p. 84) diz que a ASCD “é uma proposta que se anuncia com o objetivo de (re)discutir algumas questões primordiais para ACD, como Sujeito e identidades, tipos de mudanças sociais e culturais, tipos de poder, entre outros”. Ou seja, a ASCD procurará discutir e pesquisar sobre poder e abuso de poder, mas não só, uma vez que, segundo Pedrosa (2016), a ASCD também irá estudar as mudanças sociais e culturais, bem como a formação das identidades dos sujeitos, já que se sabe que a identidade do sujeito é fragmentada. É importante ressaltar que essa corrente está inserida na ACD, mas se difere dela por procurar evidenciar as mudanças sociais, o que a torna muito singular. Entretanto, segue os caminhos apontados pela ACD por também dialogar com várias correntes que se agregam às pesquisas nessa área. Através da figura a seguir, é possível observar os diálogos da ASCD com outras teorias.

**Figura 4:** ASCD e os seus direcionamentos.



Elaboração: A autora.

Tendo em vista esta Figura, é importante reforçar que a ASCD é transdisciplinar por ser norteadas por outras teorias e correntes para que possam acrescentar conhecimentos que colaborarão significativamente com as análises. Como mostra a figura acima, a ASCD (Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso) é constituída a partir do diálogo com várias áreas: Sociologia para a Mudança Social, Sociologia Aplicada à Mudança Social, Comunicação para a Mudança Social, Estudos Culturais, Linguística Sistêmico-Funcional, o que muito contribui com analistas do discurso que procuram pesquisar sobre mudanças sociais, constituição das identidades do sujeito, etc., porém, entre as tantas contribuições ofertadas pela ASCD, esta dissertação se apropriará da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social para vislumbrar a que passo está a sociedade no que compete à temática proposta pelo ENEM 2017.

#### *2.4.1 Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social*

A ASCD enquanto teoria nacional que contribui com os estudos em ACD tem como um dos pilares a Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social. Esta abordagem, por saber que as relações sociais são modificadas, dedica-se a estudar tais mudanças sociais e culturais através dos estudos de Bajoit (2006, 2008, 2009, 2012) e Saco (2006).

#### *2.4.2 Mudança social e cultural*

Após uma discussão sobre ideologia, poder, hegemonia e outros pontos importantes dentro da ACD, da LSF e até mesmo da ASCD, é de extrema importância discutir brevemente sobre a concepção de sujeito e como ele age discursivamente nas mudanças sociais.

É difícil falar sobre sujeito, já que é impossível negar que existe uma gama de conceitos e posicionamentos diferentes sobre ele. Por exemplo, se enveredarmos pela Análise do Discurso Francesa (AD), veremos, segundo Vieira e Macedo, “a noção do sujeito assujeitado pelo próprio discurso, e não como autor dele” (2018, p. 63), ou seja, um sujeito passivo que recebe e reproduz os discursos sem ao menos questioná-los, logo é visto pela AC como sujeito assujeitado. Entretanto, para a Análise Crítica do Discurso (ACD), pode-se confirmar um posicionamento inverso, visto que, para tal teoria, “o sujeito é construído pelo discurso e constrói processos discursivos” (MACEDO; VIEIRA, 2018, p. 62), assim haverá uma relação dialética entre sujeito e discurso, pois ele, o sujeito, atua ideologicamente. Compartilhando dessa mesma perspectiva, não se pode deixar de citar Fairclough (2001), quando ele afirma que os sujeitos podem ser moldados pelas práticas sociais, mas também podem alterá-las e reestruturá-las, por isso o sujeito é visto por Fairclough como um sujeito transformador. Em linhas gerais, o sujeito da ACD, diferentemente do sujeito da AD francesa, dialoga com o seu discurso e, a partir disso, pode reestruturar suas práticas sociais, e isso faz com que ele não seja um receptor passivo daquilo que o envolve socialmente.

Por razões óbvias, já que somos orientados pelos estudos em ACD, esta pesquisa se apropria de um sujeito ativo, atuante ideologicamente, capaz de reproduzir ideologias, mas também provocar mudanças ideológicas na sociedade. Sabendo disso, trilharemos um caminho que evidencie como os sujeitos não assujeitados agem socialmente, mudando as relações socioculturais, e como essas mudanças são de fato efetivadas.

Partindo do pressuposto de que as ideologias de grupos que detêm o poder provocam a desigualdade social (THOMPSON, 2002) e de que sustentam um poder hegemônico instável, pois essa instabilidade provoca lutas pelo domínio, conforme Fairclough (2001), diz-se que os sujeitos agem de maneira a provocar mudança social. Sabendo disso, a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), em conexão com a Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social, de Bajoit, procurou discutir como as mudanças sociais são efetivadas na sociedade.

Segundo Bajoit (2006, p. 279,), “[...] são os conflitos, as competições e as contradições - tendo por objetivo o domínio, o poder, a autoridade, a influência e a hegemonia - que geram a mudança social e cultural”. Essas tensões sociais são oriundas da maneira como os indivíduos se posicionam socialmente.

Temos, de acordo com o mesmo autor, o “indivíduo consumidor competitivo” e o “indivíduo Hedonista solidário”, em que o primeiro procura não se envolver em causas sociais, pois serve à culturocracia, que prega o consumismo, a produção de riqueza e faz com que o

indivíduo deixe à margem tudo o que gire em torno do social, ou seja, ele se preocupa com a economia e tudo aquilo que esteja inserido no capital, o que provoca a desigualdade social cristalizada por indivíduos descompromissados com questões sociais.

Diferentemente desse indivíduo, há o “Indivíduo Hedonista solidário”, e em suas ações percebem-se posturas de sujeitos conscientes e até mesmo solidários com toda a sociedade ao seu redor, de maneira que Bajoit (2006, p. 296) diz que: “ele próprio usufruindo e desejoso de ver os outros usufruir de uma vida de qualidade, na autonomia e auto-realização”. Logo, podemos notar a configuração de uma tensão social em que dois indivíduos e os grupos a quem pertencem se chocam ideologicamente, a ponto de cada um lutar por aquilo que lhe convém. Uns lutarão pela cristalização de uma hegemonia calcada nos aspectos capitalistas, se assim se pode dizer, enquanto outros lutarão por causas sociais que garantam saúde, educação, moradia, entre outras muitas coisas que beneficiem a todos.

Pedrosa (2012) expõe que essas mudanças são tensas, mas necessárias. Essa tensão é claramente instalada por conta da dicotomização da sociedade, pois uns têm privilégios e outros, não. A partir disso, surgem conflitos, competições e contradições entre esses indivíduos, de maneira que ocorram as transformações com vistas à igualdade social. Essas mudanças nas estruturas das relações sociais são efetivadas pelo que Bajoit (2006, p. 253-254) chamou de intercâmbio e são de quatro tipos: cooperativos, conflitivos, competitivos e contraditórios.

Nos intercâmbios cooperativos, há poucas tensões entre os sujeitos representados pela coletividade, ou seja, não há tensão entre os grupos coletivos, de modo que haverá a reprodução das práticas sociais e discursivas, e isso se dá por conta dos interesses mútuos entre as coletividades.

Os intercâmbios conflitivos buscarão diminuir a reprodução das práticas sociais e discursivas vigentes que prejudicam alguns grupos para que haja uma renovação. É nesse intercâmbio que claramente se notará um embate entre as coletividades. Esse embate é norteadado inteiramente por conta do poder, aliás, por conta do abuso de poder. Segundo Vieira e Macedo (2018), “o poder não emana de um sujeito, mas do conjunto de relações que permeiam o corpo social” (2018, p. 58). Ou seja, o poder não está instalado no sujeito Z, mas no grupo de que o sujeito Z faz parte. Além disso, nem todos os grupos são detentores do poder, pois ele, o poder, pode estar presente no grupo X, mas não estar no grupo Y, o que resulta num intercâmbio conflitivo, pois os grupos antes excluídos passam a lutar por uma mudança social, luta essa que gera conflito, tensão.

Os intercâmbios competitivos, como o próprio nome sugere, giram em torno da competitividade, e, por isso, existirá uma competição para averiguar quem é melhor, mais forte. Pedrosa diz que nesse intercâmbio “entra em jogo a competência dos atores sociais como fator de seleção dos “melhores”, ou dos mais ‘fortes’” (2012, p. 8). Assim, haverá uma “disputa” acerca das ideologias, da cultura, da política, etc.

Já intercâmbios contraditórios trilharam o mesmo caminho dos intercâmbios competitivos, mas diferem destes por não seguirem regras, podendo levar danos graves/morte aos adversários, como explanado pelo próprio Bajoit (2006).

A partir da discussão acima, os intercâmbios, responsáveis por mudar as práticas sociais e discursivas dos sujeitos e gerar mudanças, são oriundos de tensões, de estresses sociais, da não conformidade com o que já está estabelecido na sociedade. É por isso que Sztompka (2005) nos diz que para surgir uma mudança social, há a necessidade de movimentos sociais, que organizados, atuam juntos de forma não-institucionalizada, ou seja, é a partir dos movimentos que são instituídas as mudanças sociais.

Bajoit (2006), além de se preocupar com o modo como as práticas sociais e discursivas são alteradas, também procurou evidenciar quais são as possíveis vias por onde as mudanças são de fato concretizadas. Para tanto, elencou duas grandes ramificações por onde as mudanças podem transitar. A primeira é a Mutação, a segunda é a Ruptura. Na primeira ramificação, estão presentes a Evolução e a Reforma. Na segunda, a Revolta e a Revolução.

A evolução, segundo Bajoit, está inserida nos intercâmbios cooperativos e competitivos, “é o resultado de uma soma de ações individuais” (2006, p. 279). Lê-se que os membros de uma determinada categoria social não organizada agem por si sós. É na evolução que se pode notar um primeiro passo para uma grande mudança, pois é a primeira movimentação que pode provocar outras mudanças sociais, como o estudioso diz: “a evolução é, cronologicamente, a primeira modalidade da mudança, na medida em que prepara as condições do aparecimento de outras modalidades” (BAJOIT, 2006, p. 280).

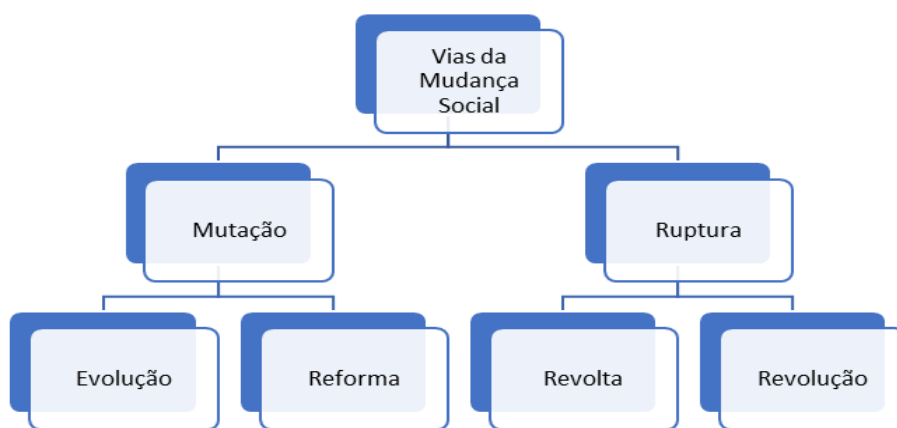
Por sua vez, a reforma, emparelhada com a evolução na ramificação exibida a seguir, está inserida num intercâmbio cooperativo e está pautada numa negociação entre as coletividades, uma negociação coletiva pacífica em busca do bem comum. Já na ramificação da Ruptura, por sua vez, estão presentes a Revolta e a Revolução. A partir de intercâmbios Conflitivos e Contraditórios, surge a Revolta, que nada mais é que o resultado de uma ausência de mudança ou de uma mudança fracassada, em que sujeitos individualmente tomam decisões similares que eclodem numa influência coletiva. “Essa modalidade de mudança produz-se quando uma evolução introduz variações importantes nas condições de vida de uma categoria



social” (BAJOIT, 2006, p. 281), ou seja, as ações individuais resultam em ações coletivas que buscam mudanças socioculturais.

A Revolução também está inserida nos intercâmbios conflitivos e contraditórios, mas diverge da Revolta por conta da solidariedade, uma vez que as categorias sociais estão devidamente organizadas e buscam inovação social. Tendo em vista o que já foi discutido, será apresentado a seguir um esquema que apresenta as Representações das Tipologias das vias da mudança social, a partir dos estudos de Bajoit (2006).

**Esquema 2:** Representação das tipologias das vias da mudança social.



Fonte: Elaborado a partir de Bajoit (2006).

Tendo em vista as mudanças citadas acima, podemos observar que há diferentes maneiras pelas quais as mudanças sociais podem ser efetivadas. Na ramificação da Mutação, observamos que a Evolução é sistematicamente desorganizada, já que não existe uma solidariedade coletiva, ao contrário da Reforma, pois esta possui atores sociais solidários, mas é comum às duas agir pacificamente, visto que estão inseridas na Mutação. Similarmente acontece na ramificação da Ruptura, já que na Revolta os atores não estão organizados, enquanto na Revolução os atores não são solidários uns com os outros, mas o alinhamento consiste em que ambas não agem pacificamente diante das tensões sociais.

Em vias gerais, essas mudanças são concretizadas em 4 passos: primeiramente, têm-se os indivíduos conflitivos; as tensões advindas desse conflito estimulam a reflexão, desembocando, assim, em reformas que alteram as práticas sociais e, por sua vez, geram revolta e estabelecem um novo cenário conflitivo.

Bajoit (2006) nos apresenta os caminhos, já discutidos, por onde as mudanças sociais podem ser realizadas. Mas, para que essas mudanças sejam efetivadas, elas passam por diferentes fases. Assim, também nos apropriaremos dos estudos de Saco (2006), de modo a

observarmos os passos que levam as mudanças sociais a serem estabelecidas socialmente. Ou seja, as contribuições de Bajoit (2006) serão complementadas, neste trabalho, por Saco (2006), para que possamos compreender os caminhos e as fases que norteiam as mudanças sociais.

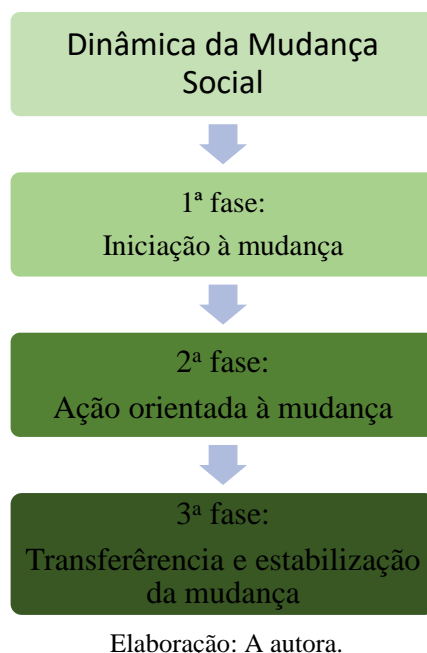
Saco (2006) aponta que as mudanças passam por três diferentes fases: iniciação à mudança, ação orientada à mudança, transferência e estabilização da mudança. A primeira fase é intitulada de iniciação à mudança e é caracterizada quando se percebe que há a necessidade do estabelecimento de uma mudança. Os atores sociais que podem perceber a necessidade de mudanças são, por exemplo, profissionais que, ao identificarem que o que já está estabelecido socialmente não funciona tão bem como deveria, solicitam mudanças; a própria coletividade ou alguém que a representa também pode perceber o mau funcionamento e pedir mudanças, ou alguém, que não faça parte da coletividade, pode buscar ajudar a coletividade ao entender que a mudança social já se faz necessária. De acordo com Pedrosa (2012), o estabelecimento dessas mudanças se dá através do oferecimento de tarefas à coletividade, de forma que ela se prontifique a gerar as mudanças de que precisa. Em linhas gerais pode-se dizer que os movimentos devem ser caracterizados por um coletivo atuando junto com objetivo de gerar uma mudança social, esse coletivo tem um baixo nível organizacional e as suas ações são espontâneas e até mesmo não-institucionalizadas, não convencionais Sztompka (2005).

A segunda fase da mudança corresponde à ação orientada à mudança. É nessa fase que a necessidade de mudança passa a ser convertida em ações; nesse âmbito, é definida a direção que a mudança trilhará e qual o objetivo a ser alcançado, é o momento das estratégias, metas, de curto alcance.

O que corresponde à terceira e última fase citada por Saco (2006) é a Transferência e estabilização da mudança, concretizada por três fases: a fase da racionalização que favorece a mudança; a fase que divulga a mudança e, por fim, o resultado/recompensa da mudança.

Como apontado acima, as mudanças sociais passam por três diferentes fases antes de serem instaladas. Observemos a figura a seguir, que ilustra a dinâmica das mudanças sociais, conforme discutido.

**Figura 5:** Dinâmica para Mudança Social com base em Saco (2006).



A figura acima mostra as fases pelas quais as mudanças sociais passam antes de serem efetivadas socialmente. Na primeira fase, percebemos a necessidade da mudança; na segunda, as ações são realizadas para que mudanças sejam alcançadas, e, por fim, há a última fase, que é a instalação da mudança social que é resultante da predisposição da coletividade em executar ações que orientam a mudança social.

A partir das leituras com base em Bajoit (2006) e Saco (2006), podemos compreender as motivações para as mudanças e quais os estágios que levam a um novo comportamento social da coletividade. É por meio dessas leituras que se pode presumir que os grupos vulneráveis precisam estar cientes de que são vulneráveis e devem se organizar (lutar) para alcançarem a visibilidade e a igualdade social.

Em linhas gerais, essa discussão em torno da vulnerabilidade dos grupos sociais não pode ser estreitada somente para a ASCD e seus desdobramentos, mas também para a ACD, pois ambas são interligadas. Por isso, podemos compreender que elas se preocupam inteiramente com a desigualdade social que chega a todo e qualquer grupo excluído socialmente, sendo, portanto, comum para essas teorias discussões em torno da vulnerabilidade estabelecida na sociedade, ocasionada pelo abuso do poder, pelas ideologias excludentes, pelas hegemonias estabelecidas, de modo a trazer para os bancos universitários reflexões em torno do que provoca a falta de igualdade, com isso formando alunos solidários que procurarão produzir ciência e contribuir com aqueles que precisam ser alvo de discussão nessa sociedade

excludente. A ACD e suas ramificações são teoria, discussão, um olhar solidário que através da ciência busca a empatia no cenário social.

### **3 ESTUDOS SURDOS: UMA RESPOSTA DE PRÁTICAS INCLUSIVAS**

É possível afirmar que a sociedade pós-moderna é composta por diferentes sujeitos que, por sua vez, permitem mudanças constantes na sociedade, e tais mudanças resultam em identidades e diferenças múltiplas. Sendo assim, irão existir na sociedade grupos de pessoas que pensam e agem de forma diferente. A grande problemática não está em ser diferente, mas em achar que a diferença é motivo para exclusão e privilégio para quem não é “diferente”, dando privilégios a determinados grupos sociais e fazendo com que se criem grupos hegemônicos portadores de vantagens, como também grupos submissos, estes sem voz. Falar em grupo minoritário é lembrar indivíduos Surdos. Esse grupo, por não interagir linguisticamente através de uma língua oral-auditiva, é excluído ou forçado a esquecer sua cultura e se engajar no grupo hegemônico, o dos ouvintes.

Tendo em vista que o indivíduo surdo não tem acesso à língua portuguesa, ou o tem, mas tardiamente, ele não poderá evidenciar sua cultura, comunicar-se e interagir com os familiares, amigos, ou seja, com a comunidade ao seu redor, assim ele será totalmente silenciado, e o silenciamento tem sido perpetuado por toda a história dessa comunidade.

#### **3.1 Aspectos históricos: uma visão cronológica para que se possa compreender o presente**

Neste tópico, será trazida à tona uma recontextualização do passado, para que se possa entender o atual cenário em que a comunidade surda vive.

Tentar fazer com que o surdo participe e aja como um ouvinte não é uma prática atual, pois, há alguns séculos, o surdo já era obrigado a atuar na cultura ouvinte, isso quando não era totalmente silenciado. Conforme Goldfeld,

[...] a idéia que a sociedade fazia sobre os surdos, no decorrer da história, geralmente apresentava apenas aspectos negativos. Na antiguidade os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonadas ou sacrificadas (2002, p. 27).

Para se ter ideia do papel do Surdo na sociedade, até o século XV não se falava em escolarização. Conforme Dias (2006), eles eram vistos como ineducáveis; em consequência disso, eram considerados inúteis à coletividade. Para tal comunidade, apenas no século XVI houve alguns educadores preocupados com ela. Nessa época, não existia um método específico para educar o surdo, mas, com um tempo, passaram a existir diversas metodologias, como as

que ensinavam a oralizar, as que optavam pela língua de sinais e por gestos aleatórios que fizessem referência àquilo que o surdo queria evidenciar, e, por fim, uma língua específica para o surdo (GÓES, 2012).

Fazendo uma busca histórica, percebemos que o século XVII foi o momento das construções bibliográficas, uma vez que três livros foram escritos. O primeiro foi o de Juan Martin Pablo Bonet, que publicou uma obra que discutiu sobre a invenção do alfabeto manual de Ponce Leon. O segundo livro foi publicado em 1644, em inglês, e tratava sobre a língua de sinais, com a autoria de J. Bulwer, e foi intitulado *Chrilogia*. O mesmo autor lançou, em 1648, a obra *Philocopus*, em que discutia que a língua de sinais pode expressar as mesmas significações da língua oral (GOLDFELD, 2002).

Conforme Lacerda (1998), em 1750, séc. XVIII, o Abade Charles Michel de L'Epée, um dos precursores da escolarização dos surdos, criou o chamado “Sinais Metódicos”, que era uma mistura entre a língua de sinais e a língua francesa. Na mesma época, Samuel Heinick, como forma de inibir o Sinais Metódicos, trouxe uma nova metodologia, a oralista, a qual pregava que o ensino oral de uma língua permitiria a inclusão do surdo na comunidade ouvinte.

No século XIX, muitos acontecimentos giraram em torno da inclusão surda. Em 1815, Thomas Hopkins Gallaudet criou a Comunicação Total, em que é válida tanto a união de sinais quanto a oralização, e tal metodologia prezava pela comunicação sem se importar com a maneira de realizá-la. Além disso, foi criada, em 1864, a primeira universidade nacional para surdos, a Universidade Gallaudet, nos Estados unidos (POKER, 2002).

Com o pequeno avanço da escolarização, aconteceu, entre 6 e 11 de setembro de 1880, o Congresso de Milão, realizado na capital da Itália. Esse evento foi uma conferência para tentar oficializar um único método para o ensino dos surdos. Após votação, o oralismo foi o método dito mais adequado para o momento, logo a língua de sinais foi oficialmente proibida entre surdos e até mesmo entre surdos e ouvintes.

No oralismo, era proibido qualquer tipo de gestualização para fazer referência a qualquer palavra que o surdo precisasse expressar, aceitava-se apenas a oralização. Para que a fala fosse desenvolvida, eram realizados alguns tipos de terapias, um deles conhecido como Perdoncini, que é uma metodologia audiofonatória que buscava resíduos auditivos como meio para se chegar à voz. Segundo Goldfeld,

O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do

Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade, à não-surdez (2002, p. 34).

Essa metodologia evidencia a prática do ouvintismo, pois o grupo de surdos precisa, a partir de treinamentos, aprender a oralizar e participar da comunidade ouvinte. Diante disso, a cultura do surdo é esquecida, visto que ele é tomado como alguém possuidor de uma patologia que precisa ser curada, para que possa se juntar àqueles que têm o poder de decisão.

Quando perceberam que a comunicação e não a língua era primordial para o desenvolvimento intelectual das pessoas surdas, surgiu uma nova metodologia, chamada Comunicação Total. Para Costa (1994, p. 103), a Comunicação Total resume-se ao seguinte:

[...] utiliza a Língua de Sinais, o alfabeto digital, a amplificação sonora, a fonoarticulação, a leitura dos movimentos dos lábios, leitura e escrita, e utiliza todos estes aspectos ao mesmo tempo, ou seja, enfatizando para o ensino, o desenvolvimento da linguagem. Portanto a Comunicação Total é um procedimento baseado nos múltiplos aspectos das orientações manualista e oralista para o ensino da comunicação ao deficiente auditivo.

Para a Comunicação Total, qualquer recurso linguístico que facilite a interação deve ser utilizado pelo surdo, e não interessa para essa corrente se o sujeito aprendeu uma língua, mas se ele conseguiu interagir com o outro, isto é, não importa como (oralização, gesto + oralização, gestos), mas sim se fora efetivada a interação.

Diferentemente dos métodos citados acima, existe o que chamamos de bilinguismo. Nessa “modalidade”, o surdo tem a sua própria língua, e existe além de tudo o respeito à sua identidade, pois ele poderá assumi-la e não precisará fazer parte de algo que não condiz com sua realidade. Essa metodologia prega que o surdo precisa saber a língua de sinais como L1 e o idioma vigente no país em que vive como L2. Nesse sentido,

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança as duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita (QUADROS, 1997, p. 27).

Já o século XX foi, a princípio, marcado pela oralização, entretanto, a partir da década de 1970, percebeu-se que a língua de sinais deveria ser também utilizada. Por isso, o Surdo em algumas situações utilizava a língua de sinais e, em outras, a língua oral, e por conta dessa “dicotomia” surge a filosofia bilíngue – que ganha força nas décadas de 80 e 90 (GOLDFELD, 2002).

Em suma, os surdos viveram e vivem imersos num mundo pautado pelo preconceito, e sua cultura não é aceita, e, quando o é, isso ocorre por meio de movimentos sociais que buscam visibilidade. Além disso, essa breve discussão nos permite inferir que os surdos há muito tempo são alvo de desigualdade social simplesmente por uma questão de intolerância social gerada por uma diferença linguística. Mas, ao mesmo tempo, ainda é possível perceber que, mesmo paulatinamente, essa comunidade tem alcançado certa visibilidade através de movimentos sociais realizados de diferentes maneiras.

### **3.2 Movimentos sociais surdos para o estabelecimento de práticas inclusivas**

Não é difícil perceber que vivemos em um mundo cheio de diferenças, entretanto tudo aquilo que foge ao padrão imposto pela sociedade é visto com maus olhos, pelo simples fato de ter desviado da “normalidade” estabelecida socialmente.

Tal questão é tão enraizada socialmente que todo aquele que foge, por alguma razão, do que foi estabelecido pela sociedade é excluído. Logo, podemos concluir que as minorias sociais, assim vistas por se distanciarem da condição social da maioria, vivem em constante desvantagem, já cristalizada na sociedade:

A desvantagem ocorre em função da relação entre as pessoas com deficiência e seu ambiente, e se produz quando essas pessoas enfrentam barreiras culturais, físicas ou sociais que lhes impedem o acesso aos diversos sistemas da sociedade, que estão à disposição dos demais cidadãos. A desvantagem é, portanto, a perda ou limitação das oportunidades de participar da vida em comunidade, em igualdade de condições com as demais pessoas (REZENDE, 2001, p. 17-18).

Essa desvantagem assinalada por Rezende é uma constante na vida daqueles que fazem parte de uma minoria, como os surdos, basta que voltemos o olhar para as profissões ocupadas por eles. Por tantas questões sociais, não se observa o surdo inserido no mercado de trabalho com profissões vistas como privilegiadas. Dificilmente se veem surdos médicos, advogados, engenheiros, bancários, mas sim ocupando cargos julgados como menos privilegiados, como empacotador de sacolas em supermercados, ajudantes em serviços gerais, entre outras funções.

Outro ponto a ser notado, além dos muitos que poderiam ser citados, que evidencia uma nítida desvantagem e exclusão é que a maioria dos programas televisivos, se não todos, não oferece intérpretes nos espaços públicos, o mesmo ocorre em bancos, hospitais, etc., assim desrespeitando a lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que assegura a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas através da Libras.



Porém, não há uma preocupação com os surdos, deixando claro que eles não têm vez e estão em grande desvantagem, o que permite a desigualdade social.

É fácil perceber que no Brasil há uma acentuada desigualdade social, e esta afeta exclusivamente aqueles que fazem parte de grupos vulneráveis, como os surdos, as mulheres, os idosos, os negros, entre outros. Estas, como outras minorias, por trazerem em seus corpos algum atributo que os diferenciam dos demais, bem como por não serem possuidores de poder social, tornaram-se, infelizmente, alvo de exclusão social.

Poder, segundo Van Dijk, “é uma propriedade das relações entre grupos, instituições ou organizações sociais” (2017, p. 87). Lê-se, assim, que o poder é uma relação estabelecida entre grupos sociais em que uns têm privilégios sobre os outros. Esses grupos possuidores de privilégios são os principais causadores da exclusão social. Não é possível perceber a inclusão social como pilar norteador da sociedade, mas o contrário, visto que, em consequência de um abuso de poder, instala-se uma sociedade desigual, não inclusiva. Os surdos, especificamente, são alvo de extrema desigualdade social, o que é claramente notado nas relações sociais entre surdos e ouvintes, de maneira que a comunidade surda por vezes abre mão da sua própria cultura para se inserir numa realidade que não é a sua. Ou seja, para serem aceitos socialmente, procuram participar do universo ouvinte, deixando à margem a identidade do seu grupo.

Tendo em vista que a língua oral inclui e ao mesmo tempo exclui, pois é através dela que ocorre a interação e sem aquela esta não existe, o surdo torna-se um indivíduo ignorado na sociedade. Logo, presumimos que a cultura ouvinte terá por muito tempo todos os privilégios e será sempre um grupo hegemônico. Devido a esse poder do ouvinte sobre o surdo, criou-se o que se chama de ouvintismo. De acordo com Perlin (2013), o ouvintismo é uma proximidade entre surdos e ouvintes em que o grupo de ouvintes possui uma postura superior à do surdo, colocando-se como grupo detentor do poder, detentor do saber, detentor da superioridade em graus elevados. Nessa perspectiva, o surdo é visto como possuidor de uma patologia que precisa de normalização, isto é, precisa ser curada. É através do ouvintismo que o surdo passa a fazer ou buscar uma identidade que não é a dele, a identidade ouvinte.

Skliar (2003) cita três subdivisões de ouvintismo, a saber: a primeira é o ouvintismo tradicional, em que o surdo é submisso à ideologia ouvinte, e a identidade do surdo não é desenvolvida; a segunda é o ouvintismo natural, que parcialmente reconhece a cultura surda, porém o surdo precisa ser biculturalista, isto é, precisa seguir duas culturas, a do ouvinte e também a sua própria cultura; por fim, o ouvintismo crítico, que continua a exercer o seu poder, mas reconhece a diferença surda e luta junto a tal comunidade.

A partir do ouvintismo tradicional, a identidade surda é renegada e se entende a identidade como um fator de constituição de um sujeito plural. Assim, no contexto cultural surdo, sabemos que a identidade Surda é reprimida, mas não se pode direcionar que o silenciamento da identidade do surdo e a desigualdade que alcança esse grupo são contemporâneos, visto que, por meio de estudos históricos, como já demonstrado aqui, é possível identificar que, infelizmente, a desigualdade social está instalada há muito tempo.

Assim, sabendo dessa desigualdade e exclusão social, cabe a essa minoria (surda), como às demais, deflagrar lutas hegemônicas e buscar visibilidade, de maneira que a igualdade social seja estabelecida, visto que “o direito à igualdade supõe que as demandas e necessidades, a língua, o modo de ser e de se expressar de cada um (individualmente ou como grupo social) têm legitimidade e igual lugar no cenário social” (KAUCHAKJE, 2003, p. 69). Ou seja, caberá às minorias lutarem cada vez mais, através de movimentos sociais, para que minimizem os privilégios que giram em torno dos privilegiados, como ouvintes, homens, brancos e jovens, de forma que os direitos daquelas também sejam assegurados e cumpridos, e isso é claramente possível, tendo em vista o pressuposto de que “para a ACD o poder é temporário, com equilíbrio apenas instável” (RESENDE, 2017, p. 26).

Conforme Kauchakje (2003), a busca por inclusão pelas classes menos privilegiadas, e em evidência a comunidade Surda, é a busca pelos seus direitos, tais como educação de qualidade, trabalho, saúde, lazer, cultura, previdência social. Acerca da inclusão, Sassaki (1997, p. 3) a define da seguinte maneira:

Conceitua-se a Inclusão Social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Como foi apontado acima, a inclusão social é um processo em que a sociedade paulatinamente passa a inserir na sociedade aqueles que são vistos de maneira diferente. Em um desses processos para a efetivação da inclusão social, podemos inserir os movimentos sociais, os quais vêm sendo uma prática comum no território nacional, promovendo a passos lentos a inclusão social daqueles que são excluídos.

Segundo Viana (2016), os movimentos sociais são movimentos em que grupos sociais não satisfeitos com determinadas situações promovem mobilizações, isto é, pessoas que estão à margem de privilégios reúnem-se, a fim de promover mobilizações que provoquem

visibilidade social diante das injustiças sofridas por essas minorias. Segundo Sztompka (2005,p.468) “os movimentos aparecem aqui como veículos, portadores transmissores de mudanças incessantes e não como causa última ou mera manifestação social”.

No que concerne à comunidade surda, é possível identificar muitas mobilizações orientadas por Associações e Institutos e também por forças populares que foram e são criados com o intuito de diminuir a desigualdade social em torno dos surdos. Como exemplo de movimentos sociais em torno da inclusão dos Surdos, temos o Congresso Internacional em sua 17ª edição, sendo este organizado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), tendo, no ano de 2018, abordado para cerca de 1.800 espectadores os “Estudos Surdos: diferentes olhares para os saberes das comunidades surdas”. A mesma instituição ainda promoveu, junto com o Congresso Internacional, o Seminário Nacional do INES, e ambos compartilharam da mesma temática.

Além de seminários e congressos, há uma forte presença de marchas sociais que cobram os direitos dos surdos. A saber, foi notificado, em maio de 2011, pelo *Diário da Amazônia*<sup>2</sup>, que os surdos de todo o Brasil mobilizaram-se para manifestar a necessidade de políticas públicas voltadas para a inclusão dos deficientes auditivos. O *Correio Braziliense*, no mesmo ano, também notificou que os Surdos de todo o país fizeram uma passeata em Brasília e participaram de uma audiência pública na Subcomissão das Pessoas com Deficiência, protestando contra a política educacional do MEC voltada para os surdos e defendendo a ampliação do uso da Libras nas escolas brasileiras. Em 2016, após 5 anos, a discussão foi novamente abordada por manifestantes que, junto à Federação Nacional Educação e Integração dos Surdos, organizaram uma Passeata Nacional dos Surdos, nos dias 24 a 27 de abril de 2016, em Brasília, cujo objetivo era lutar pelo direito a uma Educação Bilíngue e de qualidade. Portanto, podemos inferir que muitos movimentos são realizados a cada ano e que muitas dessas reivindicações não são atendidas, o que provoca novas e mais reivindicações.

Já existem notícias de uma comunidade surda articulada politicamente desde o século XIX, quando o governo Imperial apoiou o professor Ernest Huet, surdo que trouxe o alfabeto francês para o Brasil e implantou, com o apoio de D. Pedro II, a primeira escola para surdos no Brasil, denominada Collégio Nacional para Surdos-Mudos, fundada em 1º de Janeiro de 1856, no Rio de Janeiro. É importante destacar que, com o passar dos anos, a escola mudou a sua denominação e, atualmente, corresponde ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

---

<sup>2</sup> Notícias retiradas de: <<http://surdosegentequeluta.blogspot.com/2011/06/assunto-fwd-noticias-sobre-movimentos.html>>. Acesso em: 12 set. 2018.

O INES<sup>3</sup> é uma das organizações mais importantes do país, já que é reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) como centro de referência nacional em surdez.

Cabe a essa Instituição ajudar a formular e a efetivar políticas públicas direcionadas à comunidade Surda, através da Portaria do MEC nº 323, de 08 de abril de 2009, e do Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012. Além disso, cabe ao INES oferecer o Ensino Básico (Educação precoce de recém-nascidos – zero a três anos –, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), como também o Ensino Superior (Ensino de Graduação e Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão). Podemos dizer que esse Instituto é uma das grandes organizações que buscam dar visibilidade à comunidade surda, por não só contribuir educacionalmente nesse cenário, mas também por promover fóruns, publicações, seminários, pesquisas e assessorias no Brasil, por meio da concessão de material pedagógico, fonoaudiológico e vídeos em Libras, ou seja, o INES, sem sombra de dúvidas, é uma organização que realiza e constrói movimentos sociais através de diversas ações que incluem os surdos.

A partir do INES, algumas associações foram criadas, pois os alunos que não eram do Rio de Janeiro, sede do INES, voltavam para sua terra natal e criavam associações em seus estados. A exemplo disso, temos a Associação de Surdos-Mudos, fundada no ano de 1930; em 1954, foi criada a Associação dos Surdos-Mudos, em São Paulo, e, em 1956, houve a criação da Associação de Surdos de Belo Horizonte. Entretanto, sem vínculo com os alunos do INES, também foi criada, em 1953, a Associação que contou com a ajuda de Dona Ivete Vasconcelos e era composta por surdos da Congregação de Surdos do Rio de Janeiro (MONTEIRO, 2006). Ainda no ramo das organizações não governamentais, é importante apontar a criação da Federação Nacional de Educação Integração de Surdos (FENEIS), fundada em 1987 e atualmente disseminada por todo o país, e a Confederação Brasileira de Surdos (CBS), criada em 2004. Tanto a FENEIS quanto a CBS são entidades filantrópicas que defendem políticas linguísticas, educação, cultura e assistência social para os surdos, isto é, preocupam-se e buscam a integração dos surdos na sociedade. Atualmente, segundo a CBS, há 136 organizações distribuídas em Associações, Federações, Institutos, entre outros, em todo o Brasil, que procuram, através de movimentos sociais, inclusão social.

Podemos observar que em todas as décadas há, mesmo que paulatinamente, diversos movimentos sociais que buscam medidas inclusivas. Entretanto, a década de 90 foi um momento decisivo para a comunidade surda, já que, como bem dizem Thoma e Klein (2010, p. 110), “os anos 90 do século XX podem ser lembrados como o tempo da mobilização e do

---

<sup>3</sup> Informações encontradas no site oficial do INES. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/o-que-fazemos>>. Acesso em: 08 set. 2018.

fortalecimento dos movimentos surdos no Brasil”, e isso é notável por conta de um aumento do número de associações, assembleias e organizações não governamentais que se organizam para que suas reivindicações sejam atendidas (GARÉ, 2010). Logo, é plausível afirmar que muitas conquistas foram alcançadas através de muitos atos realizados nessa época. Como exemplo disso, temos a oficialização da Libras enquanto língua oficial dos surdos no Brasil que, apesar de ter sido oficializada pelo governo em 2002, o projeto de lei foi criado em meados de 1993, ou seja, durante 10 anos a comunidade surda batalhou para a Libras ser legalizada e regulamentada em âmbito federal, o que se deu nestes termos:

Em 1993, um projeto de Lei deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação em âmbito federal, culminando com a criação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, seguida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta. Este Decreto contém nove capítulos dispondo sobre os seguintes temas: a LIBRAS como disciplina curricular; o ensino da língua portuguesa oferecida aos alunos surdos como segunda língua; a formação de profissionais bilíngues; e também a regulamentação do uso e difusão dessa língua em ambientes públicos e privados (INES<sup>4</sup>).

É possível perceber que parte das mudanças sociais, políticas e na legislação é instaurada exclusivamente após atos, passeatas, Conferências, Congressos que têm como foco os direitos dos surdos na sociedade. No corrente ano, 2018, houve muitas passeatas, entre elas a Passeata em comemoração ao Dia do Surdo, com cerca de 650 pessoas que aproveitaram a data para aludir às barreiras de comunicação enfrentadas diariamente pela comunidade surda da região do Cariri<sup>5</sup>, em Juazeiro do Norte, local onde ocorreu a passeata. Em Paranaguá<sup>6</sup>, outra passeata fez parte das atividades do “Setembro Azul”, mês dedicado a reforçar o processo inclusivo da comunidade, e cerca de 100 estudantes solicitaram mudanças sociais que incluam os surdos. Essas mudanças podem ser concretizadas no sentido de que, para Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 149),

A mudança social surge, assim, no cenário das possibilidades da realidade social como um imperativo ético e político em favor de pessoas e grupos em desvantagem, um imperativo que se impõe desde que se toma consciência da situação, da condição de opressão ou desfavorecimento.

<sup>4</sup> Informações retiradas do site: <<http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>>. Acesso em: 09 set. 2018.

<sup>5</sup> Informações colhidas no site: <<https://www.juazeiro.ce.gov.br/Imprensa/Noticias/2018-09-26-Passeata-em-comemoracao-ao-Dia-do-Surdo-reune-mais-de-650-pessoas-5392/>>. Acesso em 09 set. 2018.

<sup>6</sup> Informações encontradas em: <<https://folhadolitoral.com.br/passeata-marca-o-dia-do-surdo-em-paranagua/#.W9dDypNKjIV>>. Acesso em: 09 set. 2018.

Logo, as mudanças só ocorrem quando a comunidade em desvantagem se impõe, e essa imposição acontece através de muitos movimentos sociais. Podemos ainda citar, a título de exemplo, o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, que reuniu cerca de 300 surdos de todo o Brasil, como também da América Latina, América do Norte e Europa, que aconteceu ainda na década de 90, mais especificamente em 1999. Os surdos que prestigiaram esse evento unanimemente organizaram-se e realizaram um Pré-Congresso que buscava discutir assuntos de interesse da comunidade surda. Esses assuntos foram acoplados num documento intitulado “A educação que nós, surdos, queremos”, e, durante uma passeata realizada durante o Congresso, foi entregue às autoridades locais do Rio Grande do Sul. Esse evento é um marco ímpar, já que tal documento foi atualizado após algum tempo e se tornou um documento que subsidia a Política Estadual de Educação de Surdos, ou seja, os Surdos se posicionaram com veemência, de maneira a modificar posições políticas que não os incluíam (THOMA; KLEIN, 2010).

Foi a partir desse documento e das mobilizações sociais que os surdos conseguiram instalar mudanças nas políticas públicas e na legislação. A oficialização da Libras, como já foi dito, e a inclusão da comunidade surda no ensino superior, de forma que eles e a sua cultura pudessem ser inseridos nas graduações, são um grande exemplo. Isso se deu exclusivamente por conta da lei nº 10.436/2002 e do Decreto 5.626/2005, o qual estabelece que o ensino da Libras é obrigatório nos cursos de licenciatura e Fonoaudiologia, bem como foram criados vários cursos de Letras-Libras, a partir do projeto da Casa Civil – Viver sem limites (2011-2014).

Muitas outras propostas são entregues àqueles que podem eficazmente instalar mudanças sociais que incluam os surdos. No Rio Grande do Sul, em 2016, o Movimento Surdo do Rio Grande do Sul reuniu-se com o secretário de educação, Vieira da Cunha, na Secretaria de Educação. Na ocasião, o Movimento Surdo do RS entregou ao secretário uma pauta de reivindicações que previa: garantia de classes e escolas bilíngues para surdos, já que as escolas no Brasil historicamente os têm excluído, oferecendo apenas a aquisição da linguagem oral e escrita nas salas de ensino regular. É por isso que muitos movimentos são realizados defendendo a implantação de escolas bilíngues específicas para surdos, nas quais a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a principal língua utilizada.

Ao direcionar o olhar para a história da comunidade surda que é construída dia após dia, é possível observar que as vitórias sociais dos surdos se deram inteiramente por conta do seu “grito” de socorro, visto que eles só conseguiram e conseguem ser vistos a partir de movimentos sociais que chamem a atenção das autoridades e da sociedade.

Recentemente, 6 milhões de alunos do Ensino Médio puderam discutir sobre “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”, tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2017. Sem sombra de dúvidas, essa discussão é resultante de muitos movimentos surdos que acontecem e aconteceram em todo o Brasil durante anos. Esse tema provocará mais mudanças, já que muitos jovens e todo o cenário brasileiro podem discutir sobre uma temática que favorece e dá visibilidade aos surdos. Ressaltamos, assim, que o ano de 2017 foi de significativas vitórias para os surdos, pois uma das suas causas sociais foi discutida em grande escala, de maneira que pode resultar em dissertações de mestrado, teses de doutorado e muitas outras pesquisas que se preocupam com grupos vulneráveis, buscando dar visibilidade àqueles que sofrem desigualdades sociais. Além disso, após 18 anos da existência do ENEM, o Ministério de Educação e Cultura, MEC, pela primeira vez disponibilizou a videoprova, recurso que permite que o surdo realize a sua prova do ENEM a partir da visualização de vídeo, recurso resultante das lutas Surdas.

Mesmo que paulatinamente, os surdos, junto a organizações não governamentais, lançam movimentos sociais e com isso têm alcançado algumas respostas em prol da inclusão social, mas ainda estamos longe de uma sociedade justa, equitativa. Há, ainda, obviamente, o descumprimento (ou a ausência) de leis que orientam e dão de fato a inclusão ofertada por nossa Constituição; sendo assim, muitas outras discussões existirão, muitas passeatas devem percorrer os grandes centros das cidades, muitos atos devem ser e serão realizados para que assim todos sejam tratados igualmente e o abuso de poder exercido pelos privilegiados seja minimizado, a ponto de todos serem vistos de uma mesma forma: humanos que merecem ser respeitados, independentemente de suas diferenças. Por saberem disso, os bancos universitários comprometidos buscam contribuir, através de pesquisas, para que as diferenças sociais sejam respeitadas. Como consequência disso, dedicamo-nos a buscar saber a que passo estão as contribuições científicas em torno da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade Federal de Alagoas.

### **3.3 Estado de Arte**

Após discutirmos sobre os diferentes movimentos sociais que contribuem para a visibilidade da Comunidade Surda, faz-se necessário apontarmos alguns trabalhos científicos que direta ou indiretamente permitem que os bancos acadêmicos também se dediquem a discutir sobre a Surdez e seus desdobramentos. Por isso, observamos o repositório da Universidade Federal de Sergipe (UFS), pois é a instituição onde desenvolvo a minha pesquisa e o da

Universidade Federal de Alagoas por ser um campus, territorialmente, próximo a UFS e por ela ter dado um forte suporte no momento do nascimento do programa de pós-graduação na UFS.

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) apresenta-se comprometida por sempre estar envolvida com a comunidade surda, oferecendo curso de Libras, Workshops e Congressos, como o I Congresso Sergipano de Libras e Saúde, cujo tema foi “Possíveis diálogos entre os pacientes surdos e os profissionais da área da saúde”. Além disso, A UFS tem um grande envolvimento com projetos de pesquisa, por exemplo a pesquisa intitulada “Papel da Análise Crítica do Discurso nas práticas sociais: desigualdade social, aprendizagem cidadã e empoderamento” , orientada pela Professora Cleide Emília Faye Pedrosa em 2018; já sob orientação do Professor Edivaldo da Silva Costa, há o projeto de pesquisa “Aquisição de escrita de sinais por surdos na educação básica” realizada em 2017, além dessa pesquisa, o professor Edivaldo também orientou, no mesmo ano, a pesquisa “Sinalário de matriz visual das terminologias específicas da linguística da língua brasileira de sinais”. Além dessas, há a pesquisa, do presente ano, intitulada “Escola comum inclusiva ou escola bilíngue? Um estudo sobre o processo de ensino do aluno surdo”, com a supervisão da Professora Tereza Simone Santos de Carvalho, entre outros estudos.

No que compete à pesquisa na Pós-Graduação, algumas dissertações e teses também já se dedicaram a estudar a Comunidade Surda e as desigualdades que a cercam. Entretanto, não caberá a esta pesquisa apontar detalhadamente as dissertações e teses que se dedicaram a trabalhar com a desigualdade social e a inclusão social dos Surdos, porque Maiane de Vasconcelos de Brito, integrante do grupo de que também faço parte e que tem os estudos orientados a partir da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), trouxe, em sua dissertação intitulada “Discurso do sujeito surdo sobre sua educação: contribuições da abordagem sociológica e comunicacional do discurso”, defendida no corrente ano (2018), uma rica e detalhada amostra de dissertações que também trataram sobre a desigualdade social e a inclusão dos Surdos na sociedade.

Logo, a fim de evitar repetições, este trabalho referenciará o Estado de Arte, no que diz respeito ao âmbito acadêmico da UFS, circunscrito ao estudo da nossa colega de pesquisa<sup>7</sup>, e se dedicará a buscar contribuições acadêmicas formuladas no *Campus* da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pois é uma das universidades que muito tem se dedicado a trabalhar com a inclusão social dos Surdos.

---

<sup>7</sup> A dissertação está disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/8173>>. Acesso em: 08 set. 2018.



Já se podem notar marcas dessa dedicação apenas ao acessar a Plataforma Digital da Instituição, que está sempre a notificar medidas inclusivas que a instituição promove, como, por exemplo, vagas para Cursos de Extensão, Cursos de Capacitação para os Surdos, Seminários, Workshops e vestibular para Curso de Letras-Libras. Além disso, a UFAL oferece Projetos de pesquisa que visam a beneficiar os Surdos, recebe alunos surdos nas aulas da Pós-Graduação em Letras e Linguística desde 2016, já promoveu eventos grandiosos voltados para os surdos, como o ABRALIN em Cena Libras, além de que o *campus* possui dois Laboratórios de Gravação de vídeo que permitem a efetivação de uma interação significativa. Na última avaliação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Ministério da Educação, divulgada em 2018, o curso de graduação em Letras-Libras obteve nível de excelência. Assim, é notório que a instituição é muito engajada, e, cientes disso, buscamos verificar as produções acadêmicas no Programa de Pós-Graduação em Letras realizadas durante os últimos três anos.

Nas produções acadêmicas, é possível notar que há algumas dissertações que buscam discutir sobre a realidade dos Surdos. Na pesquisa, encontramos a dissertação de Marcos de Moraes Santos, aluno Surdo que defendeu a dissertação em 2018, intitulada “Semântica da Libras: hiperônimos e hipônimos e o desenvolvimento linguístico da criança surda”, e procurou investigar como se estabelecem as relações hiperonímicas e hiponímicas na Libras, buscando identificar as estratégias utilizadas pelas crianças para se referirem aos animais.

No ano anterior, 2017, tem-se a dissertação de Fábio Rodrigues dos Santos, que promove uma reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem da Língua de sinais brasileira (Libras), vivenciado pelos alunos da disciplina Libras, do curso de Licenciatura em Letras-Português de uma instituição pública do ensino superior (IES) de Alagoas.

Ainda em 2017, houve a dissertação de Max Fontes Charridy Pinto, a qual versa sobre o fenômeno da ambiguidade e seus reflexos na ordem sintática dos respectivos verbos, a partir das pesquisas existentes em sintaxe em língua de sinais. No repositório da UFAL, não foi encontrada nenhuma dissertação no Programa de Pós-Graduação em Letras defendida em 2016.

Após o levantamento realizado por Brito (2018) e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Alagoas, é possível inferir que muitas pesquisas contribuíram de maneira significativa com os estudos que versam sobre a Surdez e a desigualdade social, pois sabemos que as conquistas sociais dos grupos vulneráveis surgem através de uma discussão desenvolvida e da visibilidade alcançada. Dessa forma, é muito significativo que bancos universitários já desenvolvam pesquisas em torno dessa temática, porque assim formarão alunos conscientes e engajados para com a realidade que os cerca.

Além de percebermos que a UFS e a UFAL já possuem pesquisas que envolvem a realidade dos surdos, foi também possível verificar que, diante desse cenário, o presente estudo apresenta um ineditismo, haja vista que será uma das primeiras, se não for a primeira dissertação, que versará sobre a temática do ENEM 2017, tendo por base os estudos da Análise Crítica do Discurso como campo norteador do estudo. Para que seja possível compreender os caminhos para a concretização desta dissertação, a próxima seção apontará os procedimentos seguidos para a construção do *corpus* e a materialização do estudo.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Uma pesquisa qualitativa-interpretativa

Como a presente pesquisa busca analisar fenômenos sociais, e por isso está calcada nas teorias sociais, especificamente na ACD, foi necessário buscar um método de pesquisa que possibilitasse alcançar as propostas do trabalho. Nesse sentido, a metodologia selecionada foi a pesquisa qualitativa-explicativa, já que esta é direcionada a trabalhos de cunho social.

Segundo Córdova e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa “não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social”. Logo, pautado nessa aceção, o presente trabalho será delineado a partir da pesquisa denominada qualitativa, uma vez que tem por pretensão evidenciar a relação de um grupo social minoritário com a realidade que o cerca, a saber, a comunidade surda. Considera-se ainda que:

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis que venham a se transformar em leis e explicações gerais. Afirmam que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria (GOLDENBERG, 2011, P. 01).

Diferentemente das pesquisas que não têm por objetivo observar o cenário social, o pesquisador, na qualitativa, não tem técnicas prontas a serem aplicadas ou simplesmente quantifica o resultado, a fim de evidenciar determinados comportamentos, mas com a sua própria técnica e sem compelir resultados numéricos, buscando, assim, explicar o motivo de determinadas condutas sociais.

Além de ser qualitativo, o estudo, a partir dos objetivos propostos, tentará explicar como ocorre a efetivação de comportamentos dos indivíduos na escala social. Ou seja, o trabalho terá como norte uma pesquisa qualitativa-interpretativa, visto que se preocupa não em quantificar fenômenos sociais, por exemplo, mas procura explicar os motivos de certos comportamentos, e isto através de análises, trazendo à tona, dessa maneira, os fatores que contribuem e explicam como a desigualdade social é instalada. Tais análises serão baseadas nos estudos da ACD, pois é através dessa rede teórica que podemos vislumbrar aspectos sociais e discursivos presentes nos comentários elencados.

## 4.2 Os objetivos e as perguntas

Esta pesquisa, baseada nos estudos sociais e discursivos, especificamente no que concerne às mudanças sociais, pretende responder aos questionamentos abaixo:

- 1) Como os três campos semânticos – afeto, apreciação e julgamento- apareceram na materialidade linguística do discurso dos internautas?
- 2) Quais Atores Sociais são marcados nas representações discursivas dos internautas?
- 3) Como as ideologias, as hegemonias e as relações de poder são implantadas nas práticas discursivas em análise?
- 4) A que passo estão as mudanças sociais que podem beneficiar a comunidade Surda?

Tendo em vista tais questionamentos, o objetivo geral é:

Diante da desigualdade social que atinge a comunidade surda, esta pesquisa tem por objetivo analisar criticamente as manifestações discursivas presentes nas páginas, do Facebook, do INEP, do MEC e da Folha de S. Paulo sobre o tema da redação do ENEM 2017, a saber, “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”, tendo como ponto de partida as representações discursivas dos atores sociais e as impressões avaliativas dos internautas sobre a temática.

Para que o objetivo geral seja alcançado de maneira eficaz, foram traçados objetivos específicos:

1. Discutir como o fenômeno da avaliatividade – afeto, apreciação e julgamento – foi instaurado nos discursos dos internautas;
2. Identificar como os Atores Sociais foram representados socialmente em seus posicionamentos e compromissos com a inclusão social dos surdos;
3. Explicar de que modo as ideologias, as relações de poder e a hegemonia, de grupos majoritários operam nas práticas discursivas e sociais sobre os grupos minoritários;
4. Constatar se as mudanças sociais inclusivas já foram iniciadas.

## 4.3 Um passo de cada vez: a construção do *corpus*

Este tópico tem por finalidade apontar como foi traçado o caminho teórico e operacional para que os objetivos elencados anteriormente possam ser alcançados. O trabalho buscará, a partir de teorias sociais e enquanto pesquisa qualitativa-interpretativa, perceber como as práticas sociais e discursivas são instauradas na sociedade.

A pesquisa procura analisar criticamente as manifestações discursivas presentes nas páginas, do Facebook, do INEP, do MEC e da Folha de S. Paulo sobre o tema da redação do ENEM 2017, a saber, “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”, tendo como ponto de partida as representações discursivas dos atores sociais e as impressões avaliativas dos internautas sobre a temática. Assim, são trazidas à baila as representações discursivas dos atores sociais, como também como se desvelam as ideologias e as relações de poder que são invisivelmente plantadas nas práticas discursivas e sociais em questão. Além disso, almejamos, a partir do contexto situacional, verificar se há espaço para uma sociedade mais inclusiva como também analisar a materialidade linguística do discurso baseada na corrente Funcionalista provocando assim uma reflexão em torno da discussão pública de um problema social que atinge os surdos.

O Facebook, suporte de onde são retirados os comentários e caracterizado como instrumento da Web 2.0, foi definido por Primo (2007, p. 01), como: “a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo”. É sabendo que o facebook é um grande instrumento de informações, interações e uma riquíssima arena discursiva que foram escolhidas 3 páginas com grande visibilidade e que exercem um grande papel político no cenário brasileiro.

A primeira página de onde serão retirados os comentários é a página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão responsável por elaborar as provas do ENEM. Atualmente, a página tem um número de 68.214 pessoas como seguidores. O Instituto surgiu em 1937 e tinha como função sustentar intercâmbio com instituições do País e exterior; realizar pesquisas, etc. Atualmente, busca formular políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país como também tem como principal função a criação de avaliações em praticamente todos os níveis educacionais no país.

A segunda página é a do Ministério da Educação (MEC), órgão do governo federal do Brasil que busca promover ensino de qualidade para o Brasil, e sua página conta com 3.447.363 seguidores. Nasceu no governo de Getúlio Vargas e nesta época o ministério também desenvolvia atividades na área da saúde e meio ambiente. Em 1953, a saúde ganha autonomia no cenário nacional e com o passar dos anos o MEC passou a ser responsável pela educação infantil; ensino fundamental, ensino médio, educação superior, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial e educação a distância. Além disso, dá

conta de pesquisas educacionais; e oferece subsídio financeiro a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

Por último, a página da Folha de São Paulo, renomada empresa jornalística brasileira, com 5.728.965 de seguidores. A história da Folha começou a ser escrita em 1921 tendo como público alvo a classe média urbana. Com o passar dos anos, a Folha cresce nacionalmente e passou a ser o jornal de maior circulação no Brasil e passou a oferecer os seus serviços via internet (UOL). Com uma grande relevância no país, a Folha de São Paulo é uma grande arena discursiva por estar sempre colhendo e divulgando diversas notícias de diferentes cunhos.

A escolha destas três páginas deu-se por conta do INEP enquanto órgão responsável por organizar a prova, do MEC por orientar o ensino no Brasil e por A Folha de São Paulo ser uma rica arena política ideológica e ser também disseminadora relevante de informações para a sociedade brasileira.

A seleção dos conteúdos ocorreu da seguinte maneira: após a página escolhida ser visitada, pesquisamos sobre a publicação que divulgava o tema da redação do ENEM 2017. Após detectarmos a postagem, foram criados critérios para selecionar os comentários. O primeiro critério girou em torno da relevância do comentário cedido pelo próprio Facebook. Ao encontrar a postagem, o Facebook sugere ver os comentários de acordo com três possibilidades: “Mais relevantes: comentários de amigos e de pessoas com mais visualizações, reações, respostas e outros aparecem no topo. Novos: novos comentários e aqueles com novas respostas aparecem no topo. Todos: todos os comentários, incluindo comentários em outros idiomas e os que parecem spam, são mostrados”.

Ao disponibilizar tais possibilidades, a selecionada foi a intitulada “mais relevantes”, tendo-se em vista que foram os comentários que tiveram muitas reações entre os internautas. O segundo critério para escolha foi relacionado à ordenação. Os 20 primeiros comentários com no mínimo 3 linhas foram selecionados de cada página, totalizando, assim, 60 comentários, os quais julgamos serem suficientes para o perfil de uma pesquisa qualitativa-interpretativa. Entretanto, depois de conhecer o corpus, percebemos que haveria posicionamentos e comentários extremamente parecidos, o que resultaria numa mesma análise. Dessa forma, optamos por excluir os comentários que se assemelhavam semântica e ideologicamente, restando, com isso, 23 comentários, os quais foram distribuídos em 6 tópicos:

#### **Quadro 2:** tópicos da análise

|  |
|--|
| <b>1) Tema avaliado como inapropriado para os alunos</b><br><b>a) A temática é para poucos</b><br><b>b) Tema complexo e desatualizado</b>  |
| <b>2) Atores (não) conscientes do papel da inclusão</b><br><b>a) Internautas não conscientes do papel da inclusão social dos surdos</b><br><b>b) Internautas conscientes do papel da inclusão social</b>   |
| <b>3) Quando a experiência “fala mais alto”</b><br><b>a) Quando as relações sanguíneas direcionam o posicionamento</b><br><b>b) Quando as relações profissionais e estudantis direcionam o posicionamento</b><br><b>c) Um surdo posicionando-se sobre a temática da redação do ENEM 2017</b> |
| <b>4) Avaliando as Instituições</b><br><b>a) Instituições por um olhar positivo</b><br><b>b) Instituições por um olhar negativo</b>  |
| <b>5) Uma “redação” para o INEP</b>  |
| <b>6) O tema da redação do ENEM 2017 e a mudança social: como se posiciona a ASCD</b>  |

Elaboração: a autora

Cada tópico traz os comentários que se assemelham parcialmente. Como apresentamos anteriormente, a análise foi dividida em 6 blocos com desdobramento identificados em “A”, “B”, “C”, tendo-se em vista a avaliação e o direcionamento ideológico dos internautas.

No primeiro bloco, intitulado “Tema avaliado como inapropriado para os alunos”, estão os comentários em que os internautas avaliaram que o tema não deveria ser direcionado para os recém-concludentes do Ensino Médio. Este bloco foi ainda dividido em sub-bloco “A” e “B”. No A, o tema foi visto como inapropriados para os alunos e apropriados para profissionais em educação e saúde e no “B”, o tema foi avaliado como desatualizado e complexo para os alunos.

O segundo bloco, intitulado por “Internautas (não) conscientes do papel da inclusão”, é constituído por comentários em que internautas não são e são conscientes do papel da inclusão social, logo é subdividido em dois sub-blocos, “A” e “B”.

Diferentemente dos blocos anteriores, o bloco três intitulado por “Quando a Experiência Fala Mais Alto” é subdividido em “A”, “B” e “C”. Em suma, neste bloco estão inseridos comentários em que os internautas tem uma relação direta com indivíduos surdos é tanto que no sub-bloco “A” é composto por comentários em que o internauta apresentou ter laços sanguíneos com alguém surdo, o sub-bloco “B” os internautas convivem a partir de relações profissionais e estudantis com surdos e o sub-bloco “C” é composto por um comentário que o internauta se apresenta como surda, aliás deve-se ressaltar que é o único comentário em que o internauta é surdo.

Seguindo, temos o bloco quatro constituído por comentários que avaliam os responsáveis pela elaboração da prova, assim sendo nomeado por “Avaliando as Instituições”. Esse bloco é dividido em “A” e “B”, pois há avaliações positivas direcionadas ao MEC e INEP e configuram o sub-bloco “A” e há avaliações negativas direcionadas para essas mesmas instituições e por isso compõe o sub-bloco “B”.

Já no bloco cinco temos um único comentário em que o internauta relata suas experiências vividas e esta é referenciado por “Uma “redação” para o INEP”.

Por fim, diante dos novos recursos disponibilizados pelo INEP para que os Surdos tenham um melhor desenvolvimento na avaliação, temos o último bloco que é constituído por comentários que (não)evidenciam mudanças sociais e este bloco é intitulado: “O tema da Redação do ENEM 2017 dá margem para uma mudança social?”.

Após aludir à composição do *corpus*, é importante citar que alguns comentários com o número de linhas menor que 3 também podem, eventualmente, ser incluídos, mas isto se agregarem dados relevantes para a análise.

Em suma, a postagem da divulgação do tema da redação do ENEM 2017 – “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”, nas páginas do INEP, do MEC e da Folha de São Paulo, foi selecionada, e os primeiros 20 comentários de cada página a partir de três linhas foram os escolhidos para análise. Como foi citado anteriormente, dos 60 comentários, 37 foram excluídos por conta de uma repetição semântica e ideológica presente nos comentários. Assim, foram analisados 23 comentários, sendo estes divididos em tópicos e subtópicos.

A importância da escolha desse *corpus* para análise está direcionada ao aspecto social e discursiva, tendo em vista que, em 2002, a libras foi reconhecida oficialmente como língua através da lei 10.436/2002, e, em 2008, através do decreto nº 6.571/2008, foram instituídas diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, e somente em 2017 abriu-se uma grande e importante discussão em que aproximadamente 6 milhões de pessoas, por meio de um texto dissertativo-argumentativo, puderam discutir sobre



a temática. Além disso, há, por parte da autora, uma identificação solidária com a comunidade surda, já que durante dois anos fez cursos de extensão em Libras e pode conhecer um pouco da realidade dos surdos.

Logo, a pesquisa buscará verificar o que as pessoas sabem sobre a temática, como se posicionaram diante dessa minoria, os surdos, e se avaliaram positiva ou negativamente o tema da redação. Para manifestarem tais impressões, os internautas, consciente ou inconscientemente, deixarão em seus textos marcas ideológicas, representarão os atores sociais envolvidos no processo e avaliarão a temática proposta pelo INEP, e, dessa forma, caberá à análise buscar tais posicionamentos, observar como os atores foram apontados, desvelar as ideologias, provocar uma reflexão e contribuir para uma maior visibilidade dessa minoria, os surdos.

#### **4.4 ENEM: volta ao passado para compreender o presente**

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018) O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) desde a sua criação até o presente momento passou por significativas mudanças.

O ENEM foi criado em 1998, a fim de avaliar o desempenho do aluno ao final do Ensino Médio e, dessa forma, poder contribuir com a melhoria da educação básica no país. Entretanto, a partir de 2009 esse exame passou a ser utilizado como processo seletivo para o ingresso de estudantes no ensino superior. Assim, é possível dividir o ENEM em duas fases. A primeira corresponde aos anos de 1998 a 2008 e a segunda compreende o período desde 2009 até os dias atuais.

Entre os dois momentos, o exame passou por profunda reestruturação, mas não deixou de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao finalizarem o Ensino Médio. Entre 1998 a 2008, o ENEM era caracterizado por ser: aplicado uma vez ao ano e num único dia para voluntários que tinham concluído o Ensino Médio; apenas como autoavaliação do candidato; modalidade total/parcial para processos de seleção para o mercado de trabalho ou cursos profissionalizantes; entre outras.

Em 2009, o ENEM passou por uma nova roupagem que perdura até os dias atuais e passou a ser caracterizado enquanto modalidade que permite que o estudante ingresse em Instituições Federais (IFS); possibilita certificação de Ensino Médio para aqueles que não concluíram esta última fase do ensino básico e que possuam a maioria; possibilita que o

aluno participe do Ciência sem Fronteiras, programa dos ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação que permite que alunos de graduação que tenham ingressado por meio do ENEM possam ganhar bolsas de estudos em instituições estrangeiras; as Instituições, sejam elas públicas ou privadas, de Educação Profissional e Tecnológica puderam selecionar candidatos a vagas gratuitas através da nota do ENEM a partir do Sistema de Seleção Unificada de Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC); como também permitiu que os estudantes de graduação e pós-graduação, que prestaram o ENEM, pudessem, através do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), financiar seus cursos em instituições privadas.

Já as temáticas abordadas nas redações durante todos esses anos foram:

**Quadro 3:** Temas das redações do ENEM desde 1998 até 2017.

| Proposta da redação  | Ano         |
|--|-------------|
| <b>Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil</b>   | <b>2017</b> |
| Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil  | 2016        |
| A persistência da violência contra a mulher no Brasil  | 2015        |
| Publicidade infantil em questão no Brasil  | 2014        |
| Lei Seca no Brasil   | 2013        |
| Imigração no país  | 2012        |
| Viver em rede no século 21 - os limites entre o público e o privado  | 2011        |
| O trabalho na construção da dignidade humana   | 2010        |
| O indivíduo frente à ética nacional  | 2009        |
| Como preservar a floresta Amazônica  | 2008        |
| O desafio de se conviver com as diferenças   | 2007        |
| O poder de transformação da leitura  | 2006        |
| O trabalho infantil na sociedade brasileira  | 2005        |
| Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação                                       | 2004        |
| A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo   | 2003        |
| O direito de votar: como fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais que o Brasil necessita? | 2002        |
| Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?                                     | 2001        |
| Direitos da criança e do adolescente - como enfrentar esse desafio nacional  | 2000        |

|                                 |      |
|---------------------------------|------|
| Cidadania e participação social | 1999 |
| Viver e Aprender                | 1998 |

Fonte: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/web/guest/enem-pll>>. Acesso em: 13 maio 2018.

Nestes últimos 19 anos de prova, percebemos que os temas das redações foram bastante diversificados, e em apenas três edições foram contemplados temas direcionados a uma minoria social. A primeira aparição de um tema envolvendo minorias foi em 2007, com o tema “Desafio de conviver com as diferenças”; após sete anos, a mulher apareceu como protagonista, com o tema “A persistência da violência contra a mulher no Brasil”, e, em 2017, o foco recaiu sobre “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”. No que concerne a medidas inclusivas, a videoprova foi uma das novas tecnologias usadas no Enem 2017, a qual traduz a prova em Libras por meio de um vídeo. Tal recurso foi escolhido por 1.897 participantes surdos ou com deficiência auditiva. Outras opções eram o tradutor-intérprete de libras, que teve 1.489 solicitações, e o recurso de leitura labial, escolhido por mil pessoas. Segundo o MEC, 52 mil candidatos solicitaram atendimento especializado para o Enem. Desse montante, 4.957 eram deficientes auditivos e 2.184, surdos. É importante referenciar que o ENEM, além de avaliar e permitir o ingresso dos alunos na universidade, pode e deve também ser um mecanismo que contribui para a reflexão em massa acerca de temas pouco abordados ou silenciados no dia a dia das pessoas.

#### **4.5 Teorias: as contribuições para a materialização da análise**

Para que tal análise possa de fato ser materializada, foram necessárias e imprescindíveis as contribuições de alguns estudiosos, como Fairclough, Pedrosa, Sztompka Thompson, Halliday, Van Leeuwen, Sklar e Goldfeld, a fim de atender a áreas e temas como: ACD, ASCD, Ideologia, LSF, Atores Sociais e Estudos Surdos. Melhor datar as obras

Sabemos que a linguagem é o principal instrumento para que a realidade possa ser construída e representada. E, por tal importância, muitos autores, com contribuições diversas, dedicaram-se a observar e analisar como a linguagem funciona em diferentes contextos. Um dos tantos envolvidos nessa perspectiva foi Michel Halliday, que, a partir dos contextos situacional e cultural, averiguou como a língua funciona e como ela é usada, e isso o tornou o analista responsável por criar a Linguística Sistêmico-Funcional, que, em linhas gerais, busca observar a língua em uso e não somente enquanto estrutura.

É em Halliday (2008) que surge a GSF, que nada mais é que uma gramática que norteia aspectos direcionados à língua em uso. Um dos aspectos presentes nessa gramática são as

metafunções, as quais consistem em apontar as relações do sujeito e o mundo que o cerca. Por exemplo, se o objetivo do sujeito é apresentar suas impressões sobre o mundo, tem-se a função ideacional; se tem por objetivo relacionar-se, tem-se a função interpessoal, e, se tem por direcionamento organizar informações, tem-se a função textual. Fazendo parte da GSF, a função interpessoal é a norteadora da pesquisa, e a subcategoria que será utilizada dentro de tal função é o Sistema de Avaliatividade. É neste sistema que está inserida a Atitude, subcategoria que visibiliza quando os sujeitos expressam seus sentimentos (afeto), apreciam objetos (apreciação) e julgam pessoas (julgamento). É pela apropriação dessa subcategoria que será feita uma das etapas da análise, tendo-se em vista o modo como os internautas apreciam e julgam a temática do ENEM 2017.

A grande segunda contribuição teórica está pautada nos estudos de Fairclough e Pedrosa no que diz respeito às teorias da ACD e ASCD, respectivamente. É por meio da ACD, teoria responsável por analisar eventos discursivos que prioriza verificar como as minorias são apresentadas e, por meio da análise, poder evidenciar as desigualdades sociais e, dessa maneira, dar voz às minorias, que o presente trabalho poderá produzir uma voz que denuncia o descaso para com a comunidade surda, já que, após tantos anos da lei 10.436/2002, a qual regulamenta uma língua própria dos surdos, a sua presença na educação básica é regimentar ainda, tratando-se de um grupo esquecido e excluído, abandonado por aqueles que são parte integrante do grupo dos ouvintes. Dessa forma, serão trazidos à tona, por meio de uma análise linguística, como os atores sociais são representados, além de aspectos como o abuso de poder, a hegemonia, as ideologias dominantes, que, infelizmente, ainda fazem com que esse grupo não usufrua de todos os seus direitos como cidadãos e cidadãs. Em contrapartida, também será verificado se há internautas que lutam contra hegemonias vigentes e que norteiam seus posicionamentos sociais por ideologias distintas.

Ainda no campo da ACD, há um outro autor que também auxiliou a pesquisa com seus estudos analíticos. Van Leeuwen, através das representações dos atores sociais, procurou evidenciar como aqueles que estão envolvidos no evento discursivo são representados, visto que a maneira como são referenciados é definidora da visibilidade que quer oferecer a determinados grupos, por exemplo. Se são evidenciados o nome do sujeito e a sua função na sociedade, obviamente aquele que o referenciou de tal ou qual maneira quer trazer à baila não somente o nome e a função, mas quer apontar que aquele que exerce tal função e atende por nome X ou Y tem propriedade ou não para se posicionar da forma que está se posicionando. Se simplesmente não referencia de forma alguma o ator social, está incutido o apagamento do ator envolvido em determinado evento discursivo. Restou, assim, observar quem são os atores

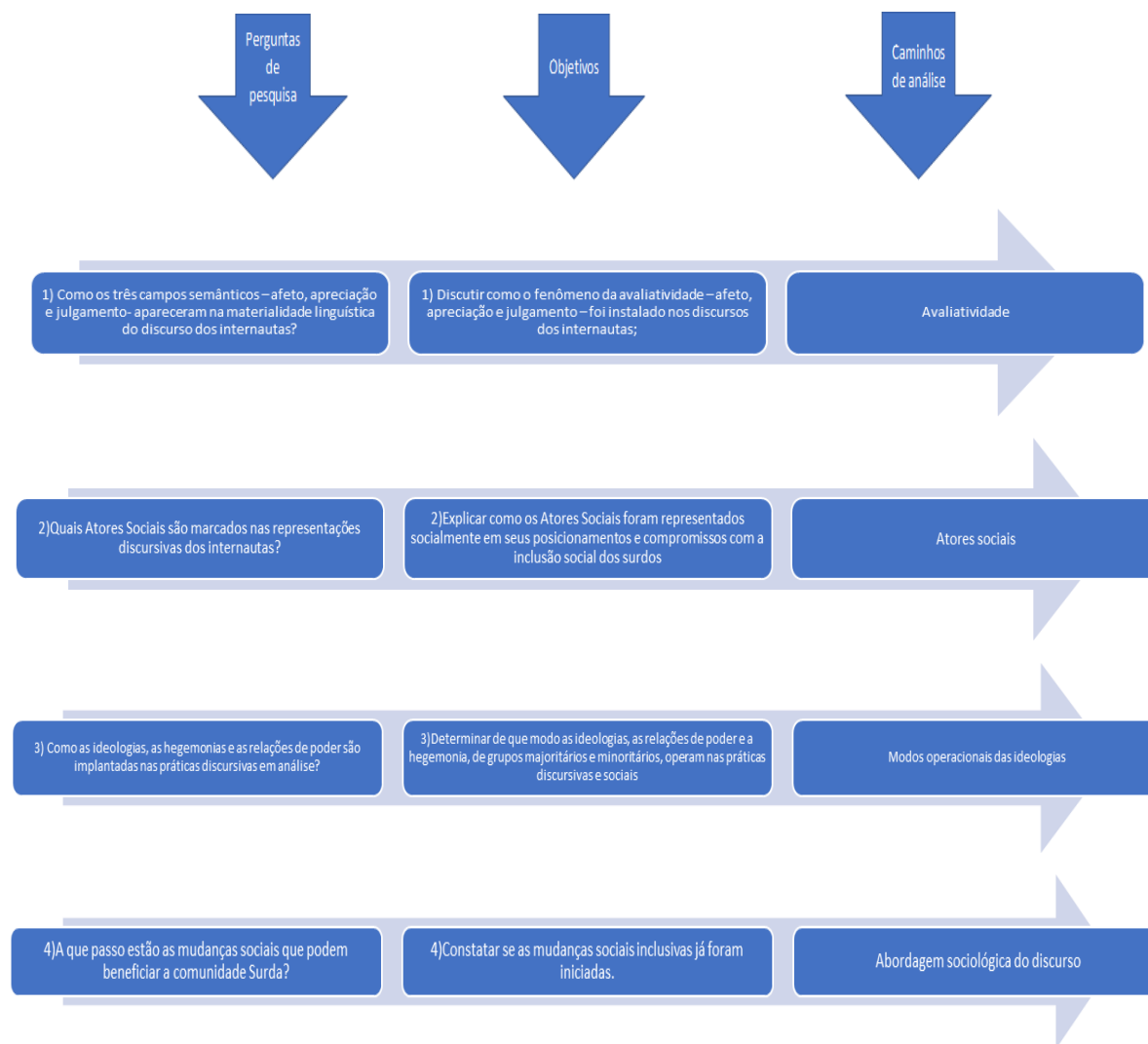
evidenciados nos comentários dos internautas, se há atores evidenciados, quem são os que são referenciados e como o são. Não se procura apenas observar se são ou não mostrados, mas também buscar as relações por trás das representações desses atores sociais.

A partir de Pedrosa (2012, 2013) uma das estudiosas que criaram no Brasil uma corrente pautada na ACD, a ASCD, as contribuições serão baseadas em Bajoit (2006) e Saco (2006), referências da Sociologia para a Mudança Social e um dos pilares da ASCD. É primordial citar que a ACD e uma das suas ramificações, a ASCD, são áreas transdisciplinares, ou seja, agregam-se a outras teorias e correntes para que possam acrescentar conhecimentos que colaborarão significativamente com as análises. Exemplo disso é a ASCD (Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso), que é constituída a partir do diálogo com várias áreas: Sociologia para a Mudança Social, Sociologia Aplicada à Mudança Social, teoria utilizada nessa pesquisa, Comunicação para a Mudança Social, Estudos Culturais e LSF, por exemplo.

O terceiro estudioso que oferece suporte para a pesquisa é Thompson (2002), com os modos de operação das ideologias. O autor assume que a ideologia veicula sentido negativo, pois é por meio dela que as desigualdades são instauradas. Assim, ele se dedicou a apontar mecanismos que os sujeitos utilizam para que, de forma tácita, possam difundir seu modo de ver o mundo e fazer com que os outros também vejam da mesma maneira. Então, sabendo que a ideologia é um dos conceitos trabalhados na ACD, Thompson (2002) foi o grande contribuidor para a pesquisa, no que diz respeito a desvelar as ideologias presentes na prática discursiva, e apontou cinco caminhos por meio dos quais a ideologia pode ser construída. Em resumo, no âmbito teórico, voltado para a Análise Crítica do Discurso, as discussões giraram em torno de Halliday (2008), com a Linguística Sistêmico-Funcional; Fairclough (2001) e Pedrosa (2008, 2012, 2013) com a ACD e a ASCD, juntamente com Bajoit (2006); Thompson (2002), com os modos de operação das ideologias, e Van Leeuwen (1998), com as representações dos atores sociais. Ademais, a respeito dos estudos surdos, Goldfeld (2012) foi uma grande ajuda para que se pudessem compreender tanto um pouco da história dos surdos na sociedade quanto as maneiras utilizadas para incluí-los na sociedade. A seguir será apresentado um quadro que procura apontar resumidamente os caminhos metodológicos da pesquisa. Segue:

### Esquema 3: Caminhos metodológicos.

Elaboração: da autora



O quadro anterior, em síntese, busca orientar quais os caminhos metodológicos que nortearam a dissertação. Na primeira coluna, estão incluídas as perguntas que direcionaram o trabalho. Em seguida, são mostrados, na segunda coluna, quais os objetivos a serem alcançados, tendo em vista as provocações que conduzem a pesquisa; já na última coluna, por sua vez, estão apontadas as contribuições teóricas que permitirão atingir o que foi proposto inicialmente.

Em linhas gerais, esta seção procurou apontar os métodos utilizados na dissertação, evidenciando quais os objetivos da pesquisa, quais as contribuições teóricas que permitirão alcançar os objetivos propostos, além de ter apresentado informações essenciais sobre o *corpus* que será analisado posteriormente.

## 5 ANÁLISE: POR QUE A EDUCAÇÃO DE SURDOS É UM DESAFIO PARA O BRASIL?

Esta seção apresenta as análises de comentários nas páginas, no Facebook, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), do Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e da Folha de São Paulo, a partir da postagem que apresenta o tema da redação do ENEM 2017, “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”, realizada em 05 de novembro de 2017. Para tanto, estaremos respaldados em Fairclough (2001), Thompson (2002), Van Leeuwen (1998), Bajoit (2006), Saco (2006) e Halliday (2008), para podermos fazer uma análise crítica do discurso, buscando evidenciar como a ideologia, o poder e a hegemonia são implantados socialmente e como a forma de representação dos atores sociais contribui para a implantação dessa tríade (ideologia, poder e hegemonia), bem como veremos como as mudanças sociais são instauradas na sociedade, observando a materialidade linguística através Linguística Sistêmico-Funcional.

Como foi apresentado na metodologia, a análise foi dividida em 6 blocos: cada bloco, por sua vez, recebe desdobramentos, segundo a avaliação e o direcionamento ideológico dos internautas.

Esta seção apresenta a seguinte configuração que atende ao percurso analítico da pesquisa: *os atores sociais estão representados em itálico*, enquanto *as construções avaliativas estão em itálico e sublinhado*. A partir dessas construções, desenvolveremos as análises em torno do desvelamento das ideologias, da hegemonia, do poder e sobre as mudanças sociais.

É de extrema importância, ainda, salientar como os comentários do *corpus* são identificados, a saber, por exemplo:

01-CF – Primeiro comentário, no Facebook, da Folha de São Paulo.

23-CM – Vigésimo terceiro comentário, no Facebook, do MEC.

40-CI – Quadragésimo comentário, no Facebook, do INEP.

### 5.1 Tema avaliado como inapropriado para os alunos

Sabemos que o ENEM é, normalmente, aplicado aos alunos que finalizaram o Ensino Médio e serve de mecanismo que possibilita o ingresso dos alunos no Ensino



Superior. Além disso, tem por meta avaliar os resultados para que se possa observar como o Ensino Médio (EM) tem preparado os alunos brasileiros, sendo possível criar, dessa forma, uma referência nacional que busque melhorar os currículos do EM. Por ser tão expressivo socialmente, a mídia e a sociedade sempre discutem sobre a prova e acerca do tema da redação do ENEM, procurando oferecer seus posicionamentos diante da proposta. Assim, este bloco expressa os comentários dos internautas diante da avaliação do tema.

**a) A temática é para poucos**

01-CF – Que tema ridículo para que um aluno do ensino médio possa argumentar! É sem dúvida um tema importante para especialistas como pedagogos, professores e teóricos da educação, mas, como tema de redação para alunos do ensino médio é mediocre

42-CI – Absurdo!! Isso é matéria pra *pedagogo e psicólogo*.

Bem vindo ao novo ensino médio emburrecedor de *jovens*.

Nada pra refletir, fazer análise crítica. Essa porra de *jovens* defendendo governo golpista não quer *jovens* pensantes. Não quer seus direitos, os direitos humanos. Governo de velhos corruptos, cobras peçonhentas que planejam destruir uma geração, um país com o único objetivo de lucro. *Povo* que pensa, não é enganado. Então se propõe a emburrecer esse *povo*

Nos comentários da página da Folha de São Paulo e do INEP, citados acima, foi possível identificar posicionamentos que evidenciam que a temática da redação do ENEM 2017 foi inadequada para os alunos recém-concluintes do EM. Assim, observamos, no grupo “A”, que os alunos não poderiam discorrer sobre a temática posta, uma vez que ela seria complexa e deveria ser discutida por profissionais, como pedagogos, psicólogos, etc. Já o grupo “B” defenderá que o tema é inadequado para os alunos, porque eles não estão suficientemente preparados para dissertar sobre o que foi proposto pelo INEP.

Este bloco, nomeado “A temática é para poucos”, é caracterizado por posicionamentos que evidenciam que a temática da redação 2017 proposta pelo INEP é julgada como inadequada para os alunos do Ensino Médio, apontando que a dissertação deve ser direcionada para profissionais da educação e também da saúde.

Esses posicionamentos podem ser facilmente identificados através das construções lexicais que avaliam a temática negativamente, ou seja, os internautas utilizam-se de apreciações negativas, como em 01-CF, “tema ridículo”, e “absurdo”, em 42-CI, para justificar que o tema não é importante para os alunos do Ensino Médio, mas

para “*especialistas como pedagogos, professores e teóricos da educação*” (01-CF), como também para “*pedagogo e psicólogo*” (42-CI). Nesse contexto, através da Funcionalização, categoria presente na Representação dos Atores Sociais de Van Leeuwen que consiste em apontar os atores sociais por meio da função que o ator exerce na sociedade, os internautas da Folha de S. Paulo e do INEP posicionaram-se contra o tema, já que, para eles, a temática é importante, mas não deve ser discutida por alunos do Ensino Médio. Além de apontar os atores sociais por meio da Funcionalização, é possível ainda perceber que a Generecização também foi utilizada como recurso que não especifica quem são de fato os atores sociais mencionados, como em “[...] ensino médio emburrecedor de *jovens*” e “Então se propõe a emburrecer esse *povo*”. Logo, podemos justificar que a Generecização foi utilizada porque os atores sociais apresentados como “*jovens*” e “*povo*” são alvo de um sistema educacional que não os torna inteligentes. Por isso, diante de uma desqualificação intelectual atribuída aos atores sociais, o internauta não os identifica para que não comprometa, assim, a sua face.

Esses comentários permitem uma discussão que não está voltada apenas para a valoração ou a não valoração atribuída ao tema ou para apontar os atores sociais envolvidos na temática, mas também para observar o direcionamento de quem deve discutir sobre a inclusão social dos surdos na educação brasileira quando ele faz uma fragmentação. Nos comentários acima, o tema não é visto como um mecanismo que em grande escala trará visibilidade para a causa surda, mas sim como uma discussão para poucos. Após direcionar quem deve tratar sobre o tema, fica claro que, para esses internautas, a causa surda deve ser direcionada a um grupo restrito, além de que também é visto como impertinente, pois, para o internauta do comentário 42-CI, o tema não permite reflexão e análise.

É, dessa forma, através da Fragmentação que a ideologia dos internautas é implantada. A partir dos estudos de Thompson (2002), os quais muito contribuíram para o desvelamento das ideologias, pudemos observar que os comentários estão calcados na Fragmentação. Entendemos por Fragmentação quando há uma divisão de indivíduos que podem se apresentar como uma ameaça ao grupo dominante. Isso, nos comentários, é claramente notado quando dois grupos são apontados.

O primeiro grupo sendo constituído por professores, pedagogos, psicólogos, teóricos da educação, e o segundo sendo composto apenas por uma única classe: jovens do Ensino Médio. A primeira grande classe é apontada como aqueles que podem tratar

sobre o tema, já a segunda é vista como um grupo sem maturidade social e acadêmica para discutir o que foi requerido, ou seja, o tema estaria além de sua compreensão. Tacitamente, há uma segmentação de quem pode falar sobre inclusão, não se reconhecendo que a causa surda é uma causa de todos, entretanto a um grupo restrito é dado esse aval, e isso configura um desejo implícito de que os alunos não sejam incomodados com uma temática difícil e que envolve a comunidade surda. Além de que o tema, ao ser refletido, pode colocar a hegemonia do grupo dominante em jogo. Ou seja, há, nessas práticas discursivas, impreterivelmente, discursos que infelizmente deixam a causa social em segundo plano, e isso é claramente identificado, ao passo que era um momento propício para uma discussão ampla, mas não aprovada pelos internautas. Tal desaprovação é inteiramente norteadada por uma ideologia que propõe que a inclusão seja uma discussão para poucos, o que resultará numa causa social sem visibilidade e conduzida para uma desigualdade social. É por isso que, para a ACD, “a ideologia é, por natureza hegemônica e inerentemente negativa” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 28), visto que, é através dela, da ideologia, que as relações de desigualdade social são estabelecidas e sustentadas na sociedade.

Nesses comentários, é possível ainda notar que o tema é importante para profissionais da área da educação, bem como para psicólogos, e não para alunos, isto é, os alunos são vistos como imaturos, crianças que não devem se preocupar com um tema importante. Consequentemente, esquecem-se de que os alunos, por estarem em grande massa, podem evidenciar a inclusão de maneira positiva, a ponto de o surdo ascender na sociedade após uma discussão com abrangência nacional.

Damaceno (2013) diz que o discurso enquanto prática ideológica e política pode transformar as relações de poder, entretanto, para esses internautas, essa prática não faz parte do seu constructo ideológico, uma vez que a real intenção deles é discutir sobre a dissertação em si e não focar numa discussão que pode favorecer a comunidade surda. Ao escrever “*Nada pra refletir, fazer análise crítica. Essa porra de jovens defendendo governo golpista não quer jovens pensantes. Não quer seus direitos, os direitos humanos*”, no comentário 42-CI, o internauta não percebe que refletir sobre esse tema é justamente fazer uma análise do lugar que os Surdos ocupam e concluir que não há um lugar digno para eles, como bem sabemos.

Se o aluno não sabe discutir, é porque nunca se preocupou com aquilo que o cerca e é, na verdade, um indivíduo com um repertório argumentativo fraco, mas o mais

agravante: trata-se de um aluno que está incluído numa bolha social excludente elaborada por uma sociedade medíocre, egoísta e individualista que não permite enxergar causas que não o beneficiam. Vemos prova desse individualismo quando o internauta do comentário 42-CI diz: “*Não quer seus direitos, os direitos humanos*”. Os direitos dos surdos ficam à margem, são esquecidos, então parece que a pauta deveria ser direcionada para os direitos desse aluno e do grupo de que ele faz parte, a discussão deveria abordar os direitos que competem a esse aluno. Para que refletir sobre os (ou a falta dos) direitos humanos se isso não me atinge? Transparece, pois, que é mais conveniente discutir sobre o que me atinge; discutir, pensar, agir de acordo com o que me beneficia é mais plausível. Infelizmente, estamos imersos numa sociedade que não lembra que os direitos humanos correspondem ao direito que garante vida digna para todos, para todas as pessoas, pelo fato de ela ser humana.

Segundo o internauta, essa discussão emburrece os jovens, logo lê-se que a temática não tem a função de tornar os alunos empáticos ou humanizados, mas burros. Tal posicionamento nos mostra que a inclusão está muito longe desse internauta, tão longe a ponto de não desejar uma ampla discussão no cenário nacional, mas sim desejar uma fragmentação social de quem deve opinar ou não sobre inclusão. Diante desse silenciamento social, a ACD, como afirmam Magalhães, Martins e Resende (2017), diante das realidades de injustiças e desigualdades que afetam os grupos vulneráveis, apresenta uma materialidade teórico-prática que ajuda nas lutas políticas que mudam as realidades excludentes, ou seja, faz pressão para que a justiça e a igualdade sejam estabelecidas nas relações sociais ainda pouco inclusivas.

É pela discussão que a visibilidade social é alcançada, mas não é bem esse o desejo desse internauta que está preso a uma bolha que não permite que a ideologia dele vislumbre e beneficie um grupo do qual ele não faz parte, não há sinal de empatia, há sinal de egoísmo, exclusão. Dos direitos humanos, é para ser cumprido aquilo que beneficia a sua própria ideologia. Caso contrário, não há necessidade de uma discussão, pois o meu grupo não é afetado.

Em suma, os comentários desse bloco procuraram evidenciar e fragmentar quem deve ser o público responsável por discutir sobre inclusão, ressaltando, assim, que as ideologias dos internautas não permitem visualizar que a inclusão da comunidade surda é uma causa social que deve ser abraçada e praticada por todos. Para que haja inclusão, é preciso que a sociedade como um todo volte o olhar para essa comunidade e para as

medidas inclusivas, de maneira que não segmente quem deve discutir e buscar inclusão. Dos mais novos até os mais velhos, a inclusão é social, é uma causa de todos.

### **b) Tema complexo e desatualizado**

06-CF – Os nossos *alunos* não estão preparado para debater minorias. Pq a sua educação ainda é presa no preconceito e negação ao outro. *Surdo, LGBT, Mulheres e Negros resistem* nessa sociedade dominada pelo patriarcado homofóbico, racista, machista e preconceituoso

31-CM

Coitado dos *candidatos*.

Tema ainda *desconhecido*.

*Ninguém* esperava.

Texto *complexo* que esbarra em inclusão.

Uma língua que deve ser inserida em todas graduações urgente.

LIBRAS.

43-IC – Tema fora da linha de atualidades que os *alunos* vinham estudando, *específico demais*. Que pena! Serão prejudicados ótimos *alunos*. Nenhum *professor* fez previsão, nem se longe desse tema!

Já o grupo “B”, intitulado “Tema complexo e desatualizado”, também aponta que o tema é inapropriado para alunos do Ensino Médio, mas com uma justificativa diferente, uma vez que aponta que a temática está distante da realidade dos alunos do EM, como também avalia o tema como difícil e complexo.

Este bloco, composto por três comentários, é um tanto similar ao bloco anterior, divergindo por não direcionar quem deve discutir sobre o tema da redação do ENEM, mas por avaliar os candidatos que, grosso modo, são vistos como vítimas por serem alvo de um tema complexo, desatualizado, etc. Construções como “*Coitado dos candidatos*” e “Serão prejudicados *ótimos alunos*” são utilizadas para expressar a indignação dos internautas diante da temática direcionada aos recém-concludentes do Ensino Médio, além de que já incute uma avaliação em torno dos candidatos, por meio do Afeto, um dos subsistemas que avaliam o que os cerca por meio de algum sentimento, como também através do julgamento, outro subsistema que avalia a postura, a ética da sociedade.

Alguns pontos podem ser evidenciados neste bloco. O primeiro deles está calcado na vitimização atribuída aos estudantes, por alegarem que os alunos não estão preparados para discutirem sobre inclusão, e o segundo, quando o tema é apontado como difícil para

os alunos do Ensino Médio, simplesmente por não existir uma discussão sobre inclusão na sociedade.

No 06-CF, aponta-se que os alunos não são capazes de tratar sobre o tema por simplesmente estarem inseridos numa sociedade em que a hegemonia dos grupos dos Ouvintes, heterossexuais, homens e brancos prevalece sobre surdos, LGBTs, mulheres e negros. Nesse comentário, o internauta constrói um referencial padrão ou uma unidade que liga indivíduos invisíveis aos olhos da sociedade. Assim, há o que Thompson (2002) denominou de Unificação por Padronização, que permite a operacionalização da ideologia, já que uniu grupos semelhantes (Surdos, LGBT, Mulheres e Negros) que são vítimas da desigualdade social, ou seja, ele justifica a falta de inclusão na medida em que a sociedade não volta o olhar para grupos que são alvo de preconceito e desigualdade social.

Essa sociedade, a qual mencionamos no parágrafo anterior, é representada por atores sociais por Funcionalização, expressa em “*alunos*”, já que os atores são apresentados diante da função que exercem na sociedade, e apresenta também a Assimilação por Coletivização, como em “*surdos, LGBT, Mulheres e Negros*”, pois houve o agrupamento de pessoas que sofrem desigualdades sociais. Esses alunos, representados pela Funcionalização, também são julgados negativamente, uma vez que são vistos pelo internauta do comentário 06-CF como despreparados, por exemplo em: “*Os nossos alunos nao estão preparado para debater minorias*”. Ou seja, através da Avaliação, esta que é uma subdivisão da categorização por identificação presente nos estudos de Van Leeuwen, que aponta uma qualificação positiva ou negativa do ator referido, os alunos são avaliados, bem como acontece uma nova Avaliação quando diz “*patriarcado homofóbico, racista, machista e preconceituoso*”, em que homens que mantêm o poder são avaliados como homofóbicos, racistas, machistas e preconceituosos, características inteiramente negativas que provocam desigualdade social.

Já nos comentários 31-CM e 43-IC, por sua vez, há construções que alegam um desconhecimento dos candidatos acerca da causa surda, como em: “*Tema ainda desconhecido*” e “*Tema fora da linha de atualidades que os alunos vinham estudando, específico demais*”. Por meio desses posicionamentos, é possível verificar avaliações/apreciações negativas sobre o tema através das adjetivações utilizadas. A temática é apontada como difícil para alunos do Ensino Médio por eles simplesmente não conviverem com os surdos ou não saberem sobre inclusão.

Essas são situações intrigantes e devem ser discutidas neste espaço. Como julgar que alunos terão dificuldades em dissertar por não conviverem com surdos se, de acordo com o IBGE, no último Censo, em 2010, foi apontado que 9,7 milhões de pessoas têm deficiência auditiva no Brasil, e, desses 9,7 milhões, um milhão são jovens de até 19 anos? Além disso, não há como esquecer que, desde 24 de abril de 2002 e 22 de dezembro de 2005, vigora uma lei que oficializa a Libras como língua dos surdos, estabelece medidas voltadas para a educação dos surdos e a formação de profissionais aptos para integrar o surdo na sociedade. Tendo em vista tais medidas e o número significativo de surdos no país, podemos dizer que há um apagamento naturalizado dos surdos, a ponto de não serem notados por essa categoria (alunos), e esse apagamento se dá exclusivamente por conta da ideologia vigente entre os grupos majoritários, a qual naturaliza práticas e relações como essas, para que o grupo hegemônico se mantenha no poder. Para Fairclough (apud RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 47), “as convenções do discurso podem encerrar ideologias naturalizadas, que as transformam num mecanismo eficaz de preservação de hegemonias”. Ou seja, as convenções são implantadas como mecanismo que faz com que grupos direcionem o que deve ser discutido e apaguem a discussão sobre o que não os beneficia. Assim, de maneira geral, os comentários acima apontam que os candidatos não estão preparados o suficiente para uma discussão como a que foi proposta, e esse despreparo faz com que o sentimento de aflição representado por pena venha à tona, ou seja, a avaliação por Afeto se faz presente, pois enxergar o aluno como coitado, o que vem a enaltecer o quanto a prova foi injusta diante da fragilidade que os alunos possuem.

Porém, não saber sobre o tema é provar um descompromisso social dos alunos para com o mundo à sua volta. Não saber dissertar sobre o assunto mostra que, além de atores sociais descompromissados, esses alunos têm um repertório cultural e intelectual paupérrimo, visto que, na prova, há um mecanismo que ajuda os alunos a entenderem a proposta, os chamados textos motivadores. Os textos motivadores são recursos disponibilizados pelo ENEM que ajudam o participante a entender a proposta da redação. Esses textos, somados ao contexto cultural do aluno, subsidiam a elaboração do texto dissertativo-argumentativo. Não há argumentos cabíveis que justifiquem que os alunos não se saíram bem, há, sim, justificativas frágeis que dissimulam o descompromisso social dos alunos e da sociedade com a inclusão que vigora em um desenvolvimento intelectual limitado.

Como reforço, esses comentários denunciam o despreparo dos alunos brasileiros em não tratar sobre uma causa que não os beneficia. Essa denúncia traz à tona que, se a inclusão fosse abordada, os alunos estariam habilitados para a discussão, e, por isso, é possível perceber que a inclusão social dos surdos está, infelizmente, ainda muito distante, uma vez que, nas práticas discursivas, não há espaço para tratar sobre uma causa que é de todos. Entretanto, não cabe atribuir apenas aos alunos a culpa por não saberem discorrer sobre a proposta em evidência, porque é papel da escola enquanto instituição social formar jovens críticos capazes de refletir e atuar na realidade que os cerca.

Direcionada especificamente para as representações dos atores sociais, as avaliações e os atores sociais foram apresentados de diversas maneiras nos comentários 31-CM e 43-IC. No 31-CM, houve a Coletivização por Assimilação por meio dos “candidatos”, pois os atores sociais foram agrupados através de um grupo que se destina a realizar o Exame Nacional do Ensino Médio, e houve a Exclusão por supressão através da construção “ninguém esperava”.

Para Van Leeuwen (1998), a indeterminação do ator está na fronteira entre a exclusão e a inclusão. Entretanto, nesta pesquisa, as referências exofóricas ou qualquer outra materialização linguística que indetermina o ator social serão apontadas como Ator Social Excluído por Supressão. A justificativa para tal posicionamento está pautada na impossibilidade de verificar em qualquer trecho do excerto quem é o sujeito praticante ou sofrendor da ação representado pela indeterminação, o que torna o ator social totalmente excluído. Assim, através do ator representado pelo advérbio “ninguém”, inferimos uma exclusão por supressão. Será mesmo que ninguém esperava por essa temática ou somente aqueles que não precisam ser incluídos na sociedade não esperavam? Certamente, os surdos há muito tempo esperavam por uma discussão que voltasse os olhos para a inclusão social da sua comunidade, pois, como já dissemos aqui, toda mudança social é iniciada quando se identifica uma crise (BAJOIT, 2006).

Logo, trazer essa temática é importante, pois evidencia que alguém já percebeu que há a necessidade de olhar mais pelos surdos. No entanto, a Exclusão evidencia que a temática não era esperada porque a sociedade é descompromissada, a ponto de não discutir sobre a inclusão dos surdos ao menos nas escolas, isto é, por mais que o MEC tenha reconhecido a importância dessa discussão, a sociedade, não, por isso que os internautas avaliaram o tema negativamente. A sociedade é a grande máquina que move



e realiza as mudanças sociais, mas, infelizmente, a máquina está em “stand by” ou somente é acionada quando a causa atinge a maioria, os privilegiados socialmente.

Além disso, os trechos que dizem: “Nenhum *professor* fez previsão, nem de longe desse tema”, “*Tema fora da linha de atualidades* que os *alunos* vinham estudando” e “Serão prejudicados *ótimos alunos*”, além de identificarem os atores sociais por meio da Funcionalização, “*professor*” e “*alunos*”, também se usa o epíteto em “*ótimos alunos*”, pois, além de trazer o ator, ainda o julga positivamente. O internauta desse mesmo comentário leva a pensar sobre o papel das escolas e dos professores no que concerne à discussão de temáticas inclusivas, já que eles, professor e escola, segundo o internauta, nem de longe falam sobre o tema, por este ser, a seu ver, desatualizado.

A escola deve se fundamentar numa filosofia que aceita e reconhece a diversidade na escola, proporcionando a todos uma educação escolar de qualidade, independentemente de diferenças individuais. Além do mais, deve procurar discutir sobre as diferenças e a inclusão, para que se forme uma sociedade inclusiva que reconhece e valoriza a diversidade, assim respeitando a Constituição. Porém, essa é uma realidade ainda distante. Não há sinais de uma escola que procura fazer a devida inclusão e discutir sobre temas de extrema importância social. Após 16 anos da lei da Libras, as escolas brasileiras historicamente ainda excluem os surdos ao oferecerem apenas aquisição da linguagem oral e escrita nas salas de ensino regular. A mesma negligência está em volta das discussões em torno da inclusão e da ausência dessa reflexão em sala de aula, o que se reflete em alunos apáticos no que compete à inclusão social.

Compreendemos, diante disso, que as escolas e os cursos preparatórios que buscam apontar possíveis temas da redação não discutem sobre a inclusão do surdo. Entretanto, é preciso dizer que a escola não é isenta de ideologia, uma vez que lá as ideologias são formadas. Se as diretrizes governamentais não olham para uma inclusão que seja de fato efetivada e que fuja do papel, e se o Ministério da Educação, enquanto órgão federal que centraliza o sistema educacional brasileiro, não promove ações mais efetivas para que as escolas não se eximam das suas obrigações, consequentemente os jovens brasileiros receberão uma carga cultural e ideológica que menospreza qualquer iniciativa de inclusão. Acerca disso, Machado (2008, p. 79) expõe que “O descaso das políticas de integração/inclusão e da escola com o fracasso escolar dos grupos não reconhecidos em nossa sociedade demonstra que a instituição escolar geralmente está voltada para a manutenção e fortalecimento da cultura dominante”.

Talvez seja na escola onde reside o maior obstáculo que impede a decolagem de uma sociedade compromissada com a inclusão social; assim, se a escola não fala sobre minorias, os jovens serão formados e também não falarão sobre elas, o que resultará numa hegemonia ouvintista mais forte e excludente. Ou seja, as escolas, ao não discutirem sobre minorias, compartilham ideologias excludentes e formam alunos com visões excludentes.

Essas instituições têm, de um modo geral, em suas práticas, ideologias que sustentam a visão da normalidade, pois, enquanto órgãos formadores de cidadãos, pregam valores, normas, maneiras de pensar que infelizmente ainda não encaixam a inclusão, e tudo isso faz acreditar numa sociedade una, sem diferenças, igualitária e que se surpreende e avalia negativamente uma proposta que trate sobre inclusão. Diante dessa realidade, Skliar (1998, p. 37) diz que “[...] a escola democrática é aquela que se prepara para atender cada um dos seus alunos. Se ela não tem condições de fazer esse atendimento, o professor precisa entrar em contato com os órgãos competentes e discutir o tema”. Mas, em vista do que foi discutido, percebemos que as escolas, juntamente com o corpo docente, deixam à margem qualquer tipo de inclusão.

Em linhas gerais, o bloco 4.1 avaliou o tema negativamente, por este ter sido julgado como complexo e desatualizado. No bloco seguinte, será possível observar novos posicionamentos que abordam a temática sob duas outras perspectivas, como segue.

## **5.2 Atores (não) conscientes do papel da inclusão**

Nesta subseção, foram elencados os comentários que demonstraram a existência de dois tipos de internautas. No grupo “A”, os comentários trouxeram posicionamentos que demonstram internautas não compromissados com a inclusão social dos surdos. E, diferentemente do grupo “A”, o “B” aponta para internautas solidários com a inclusão dessa comunidade.

### **a) Internautas não conscientes do papel da inclusão social dos surdos**

24-CM Muito furtivo! Foge a temática do que vem acontecendo no país, evitando assim que se discuta e que se busque saber mais. Parabéns pela formação de *estudantes* cada vez mais distantes das discussões realmente relevantes para o futuro da nação!

30-CM O pau quebrando no país... A *juventude* precisando pensar e refletir sobre a série de atrocidades diariamente jogadas na nossa cara e o tema da redação é pífilo. Digo isto porque temos políticas para inclusão. Estou desapontado com o tema.

Ambos os comentários acima avaliam a temática negativamente e demonstram que os internautas não são inclusivos. Isso é claramente notado por conta da avaliatividade direcionada à temática da redação. Através dos estudos de Halliday (2008), é possível compreender que construções como “Muito furtivo” e “o tema da redação é pífilo” apontam para Apreciações negativas sobre o tema, como também denotam que os atores não são indivíduos inclusivos, pois, se o fossem, o tema seria avaliado de maneira diferente.

É importante ressaltar que as Apreciações negativas consistem em avaliar objetos de maneira negativa. O uso dos adjetivos “*pífilo*” e “*furtivo*”, além de avaliar negativamente o tema, também demonstra que, para os internautas, o tema é extremamente irrelevante, além do que, de maneira gradativa, também avalia, uma vez que, primeiramente, diz que o tema é muito furtivo e depois o avalia com mais força, quando o caracteriza como pífilo. Não incluir é deixar do jeito que está: um grupo dominante que, em suas práticas discursivas, exprime ideologias que incutem desigualdades sociais. Assim, para os internautas dos comentários 24-CM e 30-CM, *os estudantes*, atores sociais representados por meio da Funcionalização (VAN LEEUWEN, 1998), e a *juventude*, grupo representado através da Assimilação por Coletivização, que consiste em unir coletivamente grupos em identidades coletivas, deveriam refletir e dissertar sobre temas que abrangessem causas que beneficiassem a maioria.

Sabemos que o Brasil está imerso numa crise política generalizada e que constantemente a mídia brasileira, e até mesmo internacional, notificam grandes escândalos sobre a corrupção no país, por isso se pode fazer uma leitura correlata à do internauta do comentário 30-CM, ao se posicionar dizendo: “O pau quebrando no país... A *juventude* precisando pensar e refletir sobre a série de atrocidades diariamente jogadas na nossa cara e o tema da redação é pífilo”, além do comentário 24-CM, quando expressa: “Foge a temática do que vem acontecendo no país evitando assim que se discuta e que se busque saber mais”, entendendo-se que ele desejava que a temática fosse direcionada para uma discussão que beneficiasse toda a nação e não uma comunidade específica. Isto é,

em 24-CM e 30-CM, o internauta desejava que a discussão o beneficiasse, pois se sabe que as diferentes formas de corrupção afetam todos os cidadãos da sociedade. Logo, julgou injusto que a temática favorecesse um grupo do qual não faz parte. E esse posicionamento é justificado ao afirmar que o tema é irrelevante, sem valor. Sendo assim, o papel das ideologias é justamente fazer com que as práticas discursivas favoreçam a si e ao grupo de que participa, ignorando, dessa forma, tudo aquilo que não lhe traz bônus. Se há um posicionamento que silencia a inclusão dos surdos, é sinal de que essa temática não favorece, em nenhum quesito, o internauta dos comentários 30-CM e 24-CM, já que as ideologias são implantadas tendo em vista benefícios para um grupo restrito. Por tais razões, Thompson (2002) expressa que as ideologias são inerentemente negativas, pois são o mecanismo que serve para a universalização de interesses particulares.

Nesses posicionamentos, é possível ainda verificar o que Thompson (2002) chamou de Unificação, que consiste em construir uma unidade que liga todos os indivíduos numa identidade coletiva. Ou seja, a ideologia dos internautas sugere que grupos específicos não sejam beneficiados, mas sim a coletividade, o que obviamente o inclui e faz com que permaneça com o poder hegemônico em mãos. Prova disso está no comentário 30-CM, que sinaliza que há leis e decretos que já foram outorgados e darão conta da inclusão, e, por isso, a sociedade não precisa estar atenta a práticas discursivas que corroborem a inclusão, apontando, desse modo, para atores sociais com identidades que invisibilizam as comunidades surdas e suas lutas por inclusão.

O internauta não se importa, por exemplo, se as leis estão sendo de fato efetivadas. Devemos, nesse sentido, lutar para que os direitos sejam respeitados e cumpridos e, ao mesmo tempo, ter consciência dos deveres e cumpri-los, entretanto a existência das leis, mesmo que não sejam cumpridas, já conforta o internauta. O decreto de 2009 é um exemplo disso, pois estabelece que todos os órgãos públicos devem ter intérpretes, mas essa não é uma realidade vigente, mas não há importância se ela é cumprida, pois o fato de haver políticas públicas já satisfaz o internauta; se, e somente se, os direitos dos internautas não fossem cumpridos, talvez pudéssemos ter indivíduos preocupados.

Não é possível perceber em 24-CM, assim como em 30-CM, um posicionamento voltado para a inserção social do surdo, ou seja, não há a presença de uma solidariedade para com os direitos humanos dessa comunidade, “os direitos humanos são produtos do reconhecimento expreso da existência de bens soberanos de toda humanidade, cuja proteção é condição para sua sobrevivência” (COMPARATO, 2003, p. 209-210), e, ainda

como diz o estudioso, os direitos humanos protegem e permitem a condição de uma vista justa. Entretanto, ser desumano a ponto de não enxergar a necessidade de um outro grupo e não perceber que os surdos precisam ser incluídos na sociedade é sinal de uma grande desumanidade, além de que avistar apenas o que lhe convém e silenciar o outro são indícios da falta de humanidade, como também do desejo de ausência de preservação da vida do outro, porque, quando não respeitamos e não buscamos o direito do outro, contribuímos para que sua sobrevivência seja limitada.

A inclusão não é direcionada apenas por dimensões políticas, mas também por dimensões humanas e sociais. Através dos posicionamentos anteriormente mostrados, notamos, infelizmente, que políticas inclusivas não são abraçadas por todos, já que práticas e ações voltadas para a inclusão esbarram em preconceitos e em pessoas que se sentem desapontadas com o tema, numa prova de redação como a do ENEM, evidenciando desumanidade e descompromisso com o social. Em suma, observamos que o tema foi apresentado por apreciações negativas que apontam um descompromisso dos internautas nos comentários quando tratam da inclusão social dos surdos.

#### **b) Internautas conscientes do papel da inclusão social**

02-CF Ótimo tema! As *comunidades sociais* menos propagadas tomando visibilidade já é um avanço. Primeiro, um mito que *costumam* jogar para cima dos *surdos* é a de que eles são menos capazes do que os falantes; segundo, é a da mistura entre surdo e deficiente auditivo; terceiro, esta comunidade não deve ter por língua materna a língua oral/escrita, mas o direito a LIBRAS, afinal é uma língua com suas complexidades como qualquer outra e constitui a identidade do indivíduo

38-CM Muito bom, inclusão deve ser discutido e muito, porque na maioria das vezes está somente no papel, na prática e na realidade é bem difícil pra *educadores e educandos surdos*, em escolas específicas é tranquilo, mas em escolas públicas e até mesmo privadas onde se tem pouco ou nenhum profissional preparado, como que faz essa inclusão?

53-IC Arrazou no tema. O Enem além de ser uma ferramenta de ingresso em Universidades é um meio de avaliar se o candidato está apto a ser um cidadão e contribuir para o meio em que vive através dos conhecimentos do nível superior. Este tema é esquecido mas de muita importância quando falamos em inclusão social. Ser um cidadão é promover pra si e para quem está a sua volta, igualdade em toda atmosfera social.

Neste segundo bloco, foram encaixados os comentários que, por meio de escolhas lexicais, demonstraram uma avaliação positiva diante da temática da redação proposta pelo ENEM. Nessas avaliações, foram notadas apreciações positivas, tendo por base os estudos funcionalistas, mais especificamente no que diz respeito à Avaliatividade.

No 38-CM, por exemplo, o tema agradou ao internauta, e isso é claramente notado através da construção lexical utilizada por ele em “*Muito bom*”. Além disso, há uma nova avaliação, porém dessa vez sendo direcionada a uma parcela dos profissionais da rede pública e privada, já que são vistos como despreparados: “na prática e na realidade é *bem difícil* pra *educadores e educandos surdos* em escolas específicas é *tranquilo*, mas em escolas públicas e até mesmo privadas onde se tem pouco ou nenhum *profissional preparado*, como que faz essa inclusão?”. Ou seja, ele, o internauta, através de um questionamento e julgamento negativo, traz à tona uma realidade que infelizmente ainda é presente no Brasil, ao mencionar que não há profissionais preparados o suficiente para lidar com a clientela surda. Ele denuncia uma situação presente em instituições de ensino, por não colaborar para que haja profissionais capacitados, ou seja, são órgãos não compromissados com a inclusão do público surdo. Nesse pequeno trecho, é possível ainda verificar os atores sociais sendo representados por meio da Funcionalização, que, segundo Van Leeuwen (1998), consiste em apontar os atores sociais através da função que eles exercem na sociedade.

Logo, no 38-CM, dois objetos são avaliados, o tema, com uma apreciação positiva, e uma parcela dos profissionais da rede pública e privada, com um julgamento negativo, e, mais uma vez, um ator social é representado por meio da Funcionalização. As diferentes avaliações foram estudadas por Halliday e materializadas nos estudos Funcionalistas, sendo mais exatos, no Sistema da Avaliatividade, o qual versa sobre as avaliações dos sujeitos sobre pessoas, coisas, etc. Por exemplo, é possível avaliar, no Sistema da Avaliatividade, as pessoas a partir de julgamentos positivos ou negativos, como aconteceu no 38-CM, ou objetos, sendo estes avaliados por apreciação positiva ou negativa, como aconteceu nesse mesmo comentário, quando o internauta registrou sua avaliação sobre o tema da redação do ENEM em 2017.

É importante apontar que, nesse comentário (38-CM), faz-se presente um outro subsistema da Avaliatividade, a gradação, que consiste em enfatizar, suavizar, amplificar a avaliação. O internauta que escreveu o comentário, ao usar os advérbios de intensidade *pouco* e *nenhum*, ao se referir à preparação do profissional, avalia, por meio de uma gradação, o ator social referenciado, de maneira que essa avaliação seja enfática. Além de nos deixar inferir sobre a avaliatividade e sobre os atores sociais, o comentário 38-CM é também muito contundente no que concerne às leis.

Desde o início dos anos 2000, há leis que abordam a questão inclusiva. A título de exemplos, temos uma lei instituída em 2002 que oficializa a Libras como língua; em 2004, foi sancionada a lei que determina o uso de recursos visuais e legendas nas propagandas oficiais do governo; em 2010, foi decretada a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete, como também foi instituído que as repartições públicas obrigatoriamente devem possuir intérpretes para um melhor atendimento aos Surdos, porém é possível notar que, apesar de terem os direitos assegurados, os surdos ainda não usufruem como deveriam dos seus direitos. Assim, esse internauta do comentário 38-CM demonstra estar inteirado dessa situação e enxerga que esse tema poderá proporcionar uma visibilidade que dê ao surdo a condição de viver em boas condições e desfrutar dos seus direitos.

Ele tenta mostrar isso quando diz que em escolas públicas é muito pior fazer a inclusão, tendo em vista o despreparo dos professores. Na verdade, os professores não são os responsáveis pela falta de inclusão, mas são, por vezes, aqueles que não receberam as condições necessárias para trabalhar com a inclusão. Ou seja, as leis não cumprem o que prometem, a inclusão fica à margem, e os surdos são excluídos socialmente. Dessa forma, para o internauta, esse tema é muito mais que bem-vindo por saber que não serão apenas os alunos a refletirem sobre a inclusão, mas a mídia e toda a sociedade, de maneira que isso possibilite a reflexão, o questionamento das leis e o cumprimento delas, consequentemente, resultando em professores mais preparados e na instauração da inclusão.

Ainda neste mesmo bloco, mais especificamente no comentário 02-CF, há a valoração positiva do tema, sendo ele apontado como mecanismo que dá visibilidade ao surdo. Tal posicionamento demonstra que o internauta do comentário 02-CF é solidário com a comunidade surda, o que é claramente notado por meio do epíteto de mais alta gradação, a saber, “*ótimo tema*”. Além disso, os surdos são vistos como vulneráveis, e essa vulnerabilidade pode ser percebida por serem, segundo o internauta do 02-CF, ainda vistos através de um mito.

Mito é um termo utilizado de maneira pejorativa diante de atitudes comuns, como também pode ser visto como algo cercado por mentiras. Para o internauta, achar que os surdos não são capazes como os ouvintes não passa de um mito, uma mentira, e evidencia situações que apontam e comprovam que os surdos ainda não têm a visibilidade que merecem, como também defende o direito do surdo de aprender somente a sua língua,

pois uma língua é uma maneira de constituir uma identidade. É importante ainda apontar que, ao não apresentar aquele que sustenta o mito destacado pelo internauta, há uma representação do ator social excluído, através do verbo na terceira pessoa do plural, “*costumam*”, o que impossibilita verificar quem sustenta o mito de que os surdos são menos capazes que os falantes/ouvintes. Tal mecanismo é apropriado pelo internauta do 02-CF para esconder a sua face, por fazer um julgamento negativo, por isso exclui a quem foi destinado o julgamento.

Além dessa representação dos atores sociais, há outras, por exemplo, a Assimilação por Coletivização, em que indivíduos são representados por uma categoria com identidade coletiva, como exemplo disso, tem-se: “As *comunidades sociais* menos propagadas”, “*surdos*” e “*falantes*”. O internauta também apresenta os atores sociais por Generecização, visto que referencia o ator de maneira generalizada, “*comunidade*”, e, por fim, há ainda uma representação por Identificação física, como em “*surdo e deficiente auditivo*”, já que os atores foram evidenciados através de uma característica presente em seu corpo. Esse posicionamento nos remete a um ponto importante: historicamente, as pessoas surdas eram vistas com maus olhos, eram classificadas como “anormais” que precisavam ser curadas. Essas nomeações e maneiras de enxergar o surdo foram sistematizadas socialmente, a ponto de só levarem em consideração o aspecto biológico e esquecerem que o que realmente difere o surdo de um ouvinte não são marcas em seu corpo, mas sim a maneira de se comunicar na sociedade. Segundo Almeida (2000), surdez não é uma patologia que torna o sujeito surdo inferior aos demais e sim um sujeito que interage de maneira diferente com o meio. São os aspectos linguísticos que o fazem diferente e nada mais. Entretanto, a sociedade ainda insiste em rotular os surdos de acordo com os aspectos biológicos, o que é lamentável.

É de extrema importância apontar que o internauta indicia uma possível instabilidade hegemônica ao demonstrar, no comentário 02-CF, que “*as comunidades menos propagadas tomando visibilidade já é um avanço*”. Hegemonia é um poder instável de um grupo social sobre outros, e, por ser instável, pode ser transferido a outros através de lutas hegemônicas que, segundo Lacerda e Machado (2005, p. 03), “envolve a capacidade de aglutinar grupos e classes sociais em torno de projetos, liderar e propor alternativas para os problemas, contradições, conflitos, questões”.

No posicionamento do internauta do comentário em tela, há indícios de uma mudança social em que a inclusão se faça presente, pois, segundo Saco (2006), as



mudanças sociais começam a ser concretizadas a partir de um olhar que percebe a necessidade de mudança. Tendo em vista que há um poder dos ouvintes sobre os surdos, essa discussão em massa, como a que foi proposta pelo MEC, pode resultar numa instabilidade da hegemonia do ouvinte sobre os surdos que, com a reflexão dos alunos, pode ganhar força e um devido e merecido lugar. Ou seja, a temática é um instrumento que pode ser usado a favor dos surdos nessa luta entre os privilegiados e os desprivilegiados e pode resultar numa mudança social que englobe os surdos. Nesse sentido, todos os pontos elencados dão parecer a um internauta que ideologicamente sabe da importância da inclusão na sociedade e da relevância da visibilidade para os surdos, isto é, reconhece a importância de uma modificação social, conforme alerta Sassaki (2010) quando declara que a inclusão é um processo que transforma a sociedade, a mentalidade das pessoas e até mesmo o ambiente.

Além disso, o internauta do 02-CF chama para uma discussão importante em torno da Libras, ao afirmar que muitos não sabem o que ela é. A Libras, desde 24 de abril de 2002, foi reconhecida como uma língua com estrutura própria, sendo assegurado pela lei nº 10.436/2002 que ela deve ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, como também garante que os sistemas educacionais federal, estadual e até mesmo municipal têm por obrigação avaliar a inclusão da Libras nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério. Nos níveis médio e superior, o ensino da Libras também deve ser integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs –, além de que a lei também obriga que deve ser garantido pelo poder público em geral o apoio ao uso e à difusão da Libras como meio de comunicação. Entretanto, após 16 anos de uma lei que assegura a Libras como língua oficial da comunidade surda, ainda há muitas pessoas que não sabem o que é a Libras, o que denuncia um descompromisso da sociedade como um todo, uma vez que as medidas propostas pelo governo federal em 2002 ainda não surtiram efeito em pleno 2017 (ano em que a surdez foi tema da redação do ENEM), pois parte das medidas, se não todas, não são ao menos reconhecidas.

O não reconhecimento das medidas inclusivas faz com que a comunidade surda não seja integrada à sociedade de maneira que possa comunicar-se por meio de sua língua oficial, silenciando não só a sua língua, mas também a sua identidade, pois uma língua é marca de uma identidade, e, por conseguinte, o surdo usa a sua língua apenas com quem também é surdo, visto que os ouvintes, em grande parte, mesmo com o decreto, não sabem a Língua de sinais, ou seja, os surdos são excluídos de uma integração social.

Em face disso, a identidade linguística dos surdos é perdida. Sabemos que a sociedade é norteadora por diversas identidades que constroem os indivíduos, entre elas a identidade linguística e social também os marcam e os caracterizam. Porém, essas diferentes identidades linguísticas difundidas nas mídias fizeram com que houvesse a distinção entre habitantes de uma mesma nação (DITTRICH; LOPEZ, 2005), e, por conseguinte, determinadas identidades linguísticas foram ovacionadas, ao passo que outras foram alvo de exclusão social, como a dos surdos, por exemplo.

É preciso ainda falar sobre o comentário 53-IC, o qual versa sobre a importância do Exame para a sociedade, já que pode contribuir positivamente para uma discussão social que englobe a inclusão social.

O internauta do 53-IC, através da escolha lexical “*arrazou* no tema”, imprime uma apreciação positiva sobre a temática, e tal visão positiva foi mais uma vez instaurada/reforçada por uma nova avaliação, em “este tema é esquecido, mas de muita importância”, dando valor e significância ao tema. O tema é apontado novamente como instrumento que contribui para uma discussão sobre inclusão no meio social. Essa causa é esquecida por não ser uma causa de todos, mas de um grupo específico, que, por ser minoria, é excluído da sociedade, e essa exclusão é justificada simplesmente porque os surdos não se encaixam na “normalidade” imposta pela maioria, a qual se preocupa apenas com as causas que a beneficiam. Logo, as ideologias dos privilegiados são implantadas, e as minorias agem de acordo com a vontade desse grupo, sendo que sua vontade é simplesmente destacar o que importa para ele, mas o tema é visto pelo internauta como um mecanismo que desconstruirá a exclusão, lembrará sobre o lugar dos surdos e provocará nos alunos a necessidade de não ser apenas um recém-concludente do Ensino Médio, mas um cidadão ciente do seu lugar na sociedade, lugar esse pautado pela empatia e pelos direitos humanos para todos.

Após essa discussão, é preciso voltar o olhar para um outro grupo de internautas que, em suas práticas sociodiscursivas, trouxe em seus comentários relatos que demonstram uma aproximação profissional/estudantil ou uma relação sanguínea com os surdos, e até mesmo é trazido à tona um único posicionamento de um indivíduo com surdez, por isso, nos próximos comentários, serão encontradas avaliações positivas sobre o tema da redação do ENEM em 2017. Segue, portanto, a seção 4.3, a qual é dividida em três grupos.

### 5.3 Quando a experiência “fala mais alto”

Na presente seção, os comentários evidenciarão relações sociais entre os internautas e os surdos e está dividida em três grupos: A, B e C. No primeiro grupo, encontram-se comentários que identificam que os internautas têm laços afetivos e sanguíneos com pessoas com surdez. O grupo “B”, por sua vez, também seguiu pelo mesmo posicionamento, entretanto leva em conta as relações profissionais e estudantis com pessoas surdas. Já o último, o grupo “C”, traz um comentário em que o internauta se apresenta como surdo e tece sua avaliação diante do tema.

#### a) Quando as relações sanguíneas direcionam o posicionamento

05-CF – Tema interessante. Poderiam pensar mais nos *surdos* fazendo uma coisa muito simples: colocando legenda em todos os filmes no cinema independente de serem dublados ou nacionais. Vocês sabiam que os *surdos* não conseguem assistir os filmes nacionais por que não tem legendas? Como sei disso? *Tenho uma irmã que é surda*. O Brasil até que tem melhorado, mas há um longo caminho até que a inclusão seja abrangente em nosso país

09-CF – Mas muito importante falar da situação que a *maioria desconhece*, *tenho um pai* que tem problema de surdez e ele se sente muitas vezes excluído da *sociedade*, mas isso está mudando ou vai com iniciativas iguais a está!

No bloco “A” do tópico 5.3, há dois comentários em que seus internautas se sentem solidários com a causa surda. Tal solidariedade gira em torno de uma aproximação dos internautas com algum membro da comunidade surda. No 05-CF, por exemplo, há uma relação sanguínea entre o internauta e o ator social que ele representa. É possível notar isso através do que Van Leeuwen (1998) chama de Identificação Relacional. Esse tipo de representação consiste em apontar os atores sociais através de graus de parentesco. Assim, tanto no comentário 05-CF, em que o internauta menciona “tenho *uma irmã surda*”, quanto no comentário 09-CM, “tenho *um pai* que tem problema de surdez”, há a Identificação Relacional. Em ambos os casos, a relação sanguínea torna os internautas dos comentários solidários com a causa surda, como também lhes dá autoridade para trazerem duas realidades que, infelizmente, ainda se faz presente nessa comunidade. A primeira, quando aponta que os filmes nos cinemas não têm legenda: “Vocês sabiam que os *surdos* não conseguem assistir os filmes nacionais por que não tem legendas?”; e a segunda, quando apresenta que o seu pai vive excluído da sociedade: “tenho um *pai* que tem problema de surdez e ele se sente muitas vezes excluído da sociedade”.

Tanto no comentário 05-CF quanto no 09-CF, além da Identificação Relacional, podemos perceber uma Exclusão por Supressão no 05-CF, pois o internauta utiliza o verbo em 3ª pessoa do plural, “*Poderiam*”, e a Representação por Generecização, já que, de maneira generalizada, em “*a maioria desconhece*”, os atores sociais são trazidos à tona. Antes de discutir sobre o que essas representações incutem, é importante lembrar que os verbos em 3ª pessoa do plural não serão representados por Indeterminação, como propôs Van Leeuwen (1998), mas por Exclusão por Supressão, pois não é possível identificar de fato quem é o ator social representado.

Ao levar em consideração que, nos comentários, apareceram tanto a Exclusão por Supressão quanto a Generecização, é possível perceber que os internautas conseguem visualizar a necessidade de inclusão social, principalmente por vivenciarem a triste realidade que atingem a comunidade surda; entretanto, ao apontarem que a causa surda precisa ser pensada por um alguém não definido, um alguém excluído, podemos apreender que a ideologia do internauta ainda não foi totalmente rompida em relação às ideologias que norteiam a não inclusão do surdo. Ou seja, notamos um posicionamento de pessoas que sabem sobre a importância da discussão acerca da inclusão, mas, ao mesmo tempo, essa discussão é silenciada por não ser direcionada para ator(es) específico(s), e isso permitirá que a inclusão não seja de fato discutida e concretizada por um alguém, assim ela permanecerá no campo das ideias.

Além dessas representações já apontadas, houve a Assimilação por Coletivização, em “*surdos*” (05-CF) e “*sociedade*” (09-CF), como também foi possível visualizar que a temática foi avaliada positivamente através do epíteto “*tema interessante*” e da construção lexical “*muito importante falar da situação*”, do que se depreende uma Avaliação positiva, já que o objeto avaliado, o tema da redação, foi avaliado positivamente.

Tendo em vista o comentário 05-CF, outro ponto deve ser discutido: sabemos, por parte dos posicionamentos dos internautas, que há a necessidade de serem implantadas medidas a favor da comunidade surda, uma vez que há o desejo de que as pessoas olhem por essa causa. Esse desejo do internauta do comentário é reflexo da sua realidade, pois o ele, por ter uma irmã surda e fazer parte de um grupo que volta o olhar para a inclusão social dos surdos, deseja que outras pessoas também pensem a respeito de medidas inclusivas. Nesse sentido, ele queria que os sujeitos tivessem uma identidade voltada para a inclusão social dos surdos, mas, ao mesmo tempo, ele, por meio do apagamento do ator

social, concentra sua atenção num único aspecto: “*legenda de filmes*”, e por isso silencia quem poderia promover medidas em torno da situação apontada.

Diante desse posicionamento há uma brecha para algumas indagações: como desejar que os indivíduos tenham uma identidade voltada para a inclusão se o próprio governo não estabelece o cumprimento de leis já sancionadas? Como querer que o governo cumpra as leis se a sociedade não verifica se elas estão sendo cumpridas? Há, de ambas as partes, o descomprometimento das funções. Leis que obrigam o uso de intérpretes amplamente não são cumpridas, e aqueles que poderiam cobrar o uso do intérprete também não têm força suficiente para cobrar, já que não há apoio social. É intrigante a nossa realidade: por que, em filmes nacionais, são inseridas a L1 (Língua 1, Língua Portuguesa), como também a Língua Inglesa, espanhola e até mesmo francesa, como legendas e se esquecem da Libras, que já foi oficializada como língua brasileira? Há, na verdade, um apagamento linguístico, se assim podemos dizer, e uma grande valorização do que não é nosso. A língua portuguesa é nossa, a Libras é nossa. Mas, parece-nos que as produções cinematográficas são direcionadas aos ouvintes e estrangeiros, e os surdos que fiquem com o cinema mudo. Aliás, para os surdos, nesse sentido, há somente a resolução 23.404/14, do Tribunal Superior Eleitoral, que fixou a obrigatoriedade do uso da Libras ou de legendas não só na propaganda gratuita, mas também nos debates veiculados em televisão.

Nos pequenos e grandes detalhes, os surdos são excluídos. Na nossa hipócrita sociedade, não há espaço para um entretenimento coletivo, mas sim um entretenimento que fragmenta, seleciona e reverencia um povo que não é o seu.

Não se deve esquecer de notar que há uma necessidade de mudança, como o internauta percebeu, sendo esse um ponto positivo, visto que as mudanças sociais são concretizadas a partir da premência por mudança, essa que é, para Saco (2006), uma das etapas iniciais para a mudança social. Isso também é percebido no comentário 09-CF, pois, indiretamente, percebemos que, para a ideologia do internauta, por ter um pai surdo e saber da realidade que o aflige, a exclusão, tratar desse tema na redação do ENEM funciona como uma iniciativa contra grupos hegemônicos, uma vez que lutar contra hegemonias é lutar por transformações, e toda luta, mesmo que paulatina, pode resultar na mudança social tão sonhada pelas minorias. Dessa forma, o internauta do 09-CF opera a sua ideologia com vistas à Universalização apontada por Thompson (2002), já que ele

cita uma causa isolada, ou seja, uma situação direcionada para determinado grupo, apresentando-o como uma causa de interesse geral.

Nessa mesma perspectiva, houve ainda mais dois comentários que serão apresentados a seguir, nos quais, entretanto, a solidariedade com a causa surda não se dá por conta de graus de parentesco, mas por um relacionamento estudantil e profissional, conforme segue.

#### **b) Quando as relações profissionais e estudantis direcionam o posicionamento**

25-CM – *PARABÉNS MEC!! Pela relevância do tema!! Maravilhoso!!* Em nome todos os surdos, com os quais eu tenho tido o grande desafio e *prazer de lecionar música*, e que enfrentam dia a dia a dura realidade do despreparo da *sociedade* para lidar com essa realidade os saúdo pela abordagem!

26-CM – *Tema muito bem lembrado!!* tive a oportunidade/desafio *de estagiar com uma menina surda e foi encantador!!!* Um tema que deveria ser abordado sempre nas salas de aulas independente do curso 🙌🙌🙌🙌🙌

Como nos comentários 05-CF e 09-CF, os comentários 25-CM e 26-CM apresentam também uma solidariedade com a causa, não por haver laços sanguíneos, como nos comentários 05-CF e 09-CF, mas por haver uma afetividade construída numa relação profissional/estudantil que resultou num vínculo solidário que foi materializado da seguinte maneira: “*Em nome todos os surdos, com os quais eu tenho tido o grande desafio e prazer de lecionar música*” e “*tive a oportunidade/desafio de estagiar com uma menina surda*”.

Desses dois últimos excertos, ainda é possível extrair que os internautas representaram os atores sociais, por meio do que Van Leeuwen (1998) chama de Representação Física, em “*menina surda*”, e de uma Assimilação por Coletivização, em “*todos os surdos*”. No comentário 25-CM, também se encontra mais uma representação, através da Assimilação por Coletivização, quando o internauta destaca o “*MEC*”, de maneira que o ator é representado por fazer parte de um grupo coletivizado.

Quando há construções como “*PARABÉNS MEC!! Pela relevância do tema!! Maravilhoso!!!!*” e “*Tema muito bem lembrado!!*”, é possível identificar apreciações positivas que evidenciam práticas discursivas compromissadas com a inclusão social dos surdos. O tema não é simplesmente um tema, mas um instrumento que irá levar à reflexão, em que práticas discursivas podem ser alteradas e ideologias, desveladas. Segundo Vieira e Resende (2016, p. 27), “o primeiro passo para a superação de relações assimétricas de

poder, e para a (auto)emancipação daqueles/as que se encontram em desvantagem, pode estar no desvelamento das ideologias”. Sabemos que a comunidade surda vive à margem da sociedade e que as ideologias dominantes a apagam. Entretanto, sabemos, também, que, pelo discurso, as práticas discursivas podem ser alteradas, o que significa que tratar sobre o tema é utilizar um discurso que desvelará a hegemonia dominante. A redação é, sem dúvida, um fator ímpar para uma luta contra-hegemônica, e isso é implicitamente desvelado no posicionamento do internauta do comentário 25-CM, por ter uma ideologia que aponta o desejo de mudança, o que é relevante, pois toda mudança é instaurada pelo desejo de mudança, como afirma Saco (2006): a primeira fase de uma mudança é caracterizada quando se percebe que há a necessidade do estabelecimento de uma mudança.

A temática é pouco discutida porque há um poder-hegemonia que faz com que grupos majoritários tenham o poder e, por isso, imponham situações a grupos minoritários, sendo que tais imposições normalmente estão pautadas nos interesses do grupo dominante. Para os grupos hegemônicos, dar voz aos surdos é pôr em risco o poder daqueles, pois já é sabido que a hegemonia é instável e pode ser transferida por lutas hegemônicas.

Quando o internauta do comentário 25-CM fala “o despreparo da sociedade para lidar com essa realidade os saúdo pela abordagem!”, ele nos chama para uma discussão importante. É na sociedade que as interações são estabelecidas, é na sociedade que se veiculam as relações interpessoais, e, se essa mesma sociedade está despreparada para relacionar-se com os surdos, eles ficarão à margem. Difícil saber a causa desse despreparo, aliás, fácil saber, pois, para que se preparar para se comunicar com um número “restrito” de pessoas se você pode conviver com muitas outras como você? É assim que as ideologias são estabelecidas: quando se faz o que contribui para si e para o grupo do qual faz parte. Infelizmente, é assim que milhares de cidadãos pensam e agem, poucos se interessam pela Libras, poucos estão preocupados com a realidade dos surdos, entretanto, para os que se preocupam e vivem com os surdos como ambos os internautas desse bloco, esse tema foi extremamente relevante.

Em suma, o grupo “B”, composto por dois comentários, trouxe avaliações positivas e alguns atores sociais sendo representados, através da Assimilação por Coletivização, Representação Física, etc. Além dos grupos “A” e “B”, houve um outro

comentário no grupo “C”, em que o internauta se apresenta como surdo, como exposto a seguir.

**c) Um surdo posicionando-se sobre a temática da redação do ENEM 2017**

33-CM – Teve *gente* que reclamou do tema, mas é justamente por isso que colocaram esse tema, um tema inesperado poderia trazer os que realmente são qualificados na redação ao invés de *gente* que treinou tema de bullying, homofobia e colocando opinião formada sem muito conhecimento na redação. E o fato de *eu ser surda* só me deixou mais curiosa ainda em ler as redações por conta disso. Devido à separação de escolas especiais e normais, muita gente tem muita falta de conhecimento sobre esse assunto

No último comentário desta seção, o 33-CM, há a primeira aparição explícita de uma pessoa com surdez, em “*E o fato de eu ser surda só me deixou mais curiosa...*”. Tal posicionamento e comentário deixam claro que uma das preocupações do internauta está pautada exclusivamente no que os alunos irão escrever, não percebendo, assim, que a temática pode contribuir para que eles e a sociedade deem visibilidade à inclusão. Essa preocupação é justificada diante da pouca discussão em torno do tema no âmbito escolar, e, por isso, o que os alunos irão escrever causa curiosidade.

A curiosidade surge por saber que os alunos vivem numa bolha social que só disserta sobre o que atinge a grande parte da sociedade. É totalmente cabível que os alunos treinem redações com temáticas como Corrupção, Violência, Uso da mídia descompassadamente, Meio ambiente e seus desdobramentos, enfim, temas que direta ou indiretamente afetam grande parte da sociedade. Por isso, uma onda de curiosidade bate ao saber do tema “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”, visto que os alunos estão condicionados a discutirem sobre o seu restrito universo, enquanto se esquecem de um cenário social que não se permitem compreender e conhecer.

Esse posicionamento que demonstra curiosidade, revela uma sociedade ideologicamente posicionada ao redor de causas que não engajam a inclusão, logo, nesse comentário, é possível encontrar posicionamentos como o seguinte: “*Teve gente que reclamou do tema*”. Essa reclamação é motivada porque o tema não privilegia a maioria, mas uma parte ainda esquecida, o que confere um poder hegemônico forte e que não permite que a inclusão seja instaurada e discutida. Quem reclamou está certamente numa bolha social que não permite olhar para o outro, vivendo imerso em contextos culturais e situacionais que não priorizam a inclusão. Sassaki (2003) corrobora isso quando declara



que a sociedade pratica a exclusão por conta das diferenças que não são atribuídas à maioria da população. Se os participantes estão inseridos numa bolha que não lhes permite olhar para outras realidades, o que lhes parece fugir do âmbito da normalidade é automaticamente excluído.

Nesse pequeno trecho e em todo o comentário do 33-CM, além de perceber o posicionamento do internauta, é também possível identificar atores sociais representados pela Generecização (VAN LEEUWEN, 1998), que consiste em não apontar o ator social individualmente, mas por meio de construções como “*teve gente*”, “*gente*” e “*muita gente*”. Essa generalização é por vezes efetuada quando o internauta não sabe quem de fato é o ator social ou quando exprime uma crítica ao ator social e, para não comprometer a sua face, prefere generalizá-lo.

Em suma, esta seção (4.3) foi constituída por comentários que avaliaram positivamente o tema da redação, tendo em vista que os internautas têm uma relação com surdos. É impossível negar a importância dessa discussão proposta pelo ENEM, uma vez que cerca de 6 milhões de alunos voltaram os olhos e refletiram sobre uma causa com pouca ou nenhuma visibilidade no país, isto é, são 6 milhões de alunos que puderam pensar sobre uma classe que é alvo de exclusão social. Não se pode negar a importância dessa temática ou simplesmente afirmar que os alunos não estão preparados para discutir sobre o que foi proposto, mas é preciso observar que a temática pode gerar novas práticas discursivas que incluam a comunidade surda.

Na sequência, serão apontados os comentários em que os internautas avaliam as Instituições responsáveis por organizar e elaborar o Exame Nacional do Ensino Médio.

### 5.4 Avaliando as Instituições

Este bloco, como os demais, é subdividido em A e B, e neles estarão presentes os comentários que procuraram avaliar as Instituições responsáveis por organizar e elaborar o Exame Nacional do Ensino Médio. No bloco “A”, estão os comentários que avaliam positivamente as instituições, e, no B, estão aqueles que avaliam negativamente.

#### a) Instituições por um olhar positivo

52-IC – Como muitos fiquei surpresa com o tema da Redação do Enem 2017. E aproveito para parabenizar o *INEP* pela escolha do tema. Excelente!!!! Precisamos levar a nossa sociedade maneira geral a pensar em todos, a pensar em igualdade, enfim. Parabéns

22-CM – E o povo com um auê da muleta com "Direitos Humanos", foi a maior trollada da história do MEC. Como é que desrespeita direitos humanos com um tema desse? Temos que admitir, o MEC é maquiavelicamente genial.

A propósito, ótimo tema.

Para uma melhor compreensão, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) trata-se de um órgão federal vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e tem como missão subsidiar as políticas educacionais. Ao INEP<sup>8</sup> são atribuídas algumas funções, entre elas a responsabilidade de produzir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre outros. Em relação ao ENEM e ao processo de inclusão social, o INEP se posiciona dizendo que “busca, ano a ano, ser cada vez mais inclusivo e justo com todos os participantes. Para se ter ideia de uma das especificidades do Enem, no ano passado, foram solicitados 35.653 atendimentos especializados à organização da prova”.

No que se refere ao atendimento especializado para os surdos, já há a disponibilização de tradutor-intérprete em Libras, e, mais recentemente, como em 26 de setembro se comemora o Dia Nacional dos Surdos, o INEP, a fim de reforçar sua Política de Acessibilidade e Inclusão, passou a disponibilizar a videoprova em Libras do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em seu portal, assim como ocorre com a prova

<sup>8</sup> Informações retiradas do site: <<http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

regular, para que os surdos estudassem pela prova de 2017, ano em que houve a aplicação da primeira prova com auxílio da videoprova.

Não muito diferente do INEP, pois ambos estão diretamente envolvidos com o processo educacional, está o Ministério da Educação e Cultura<sup>9</sup>, o MEC, que busca promover ensino de qualidade para o Brasil. O MEC é o grande responsável pelo desenvolvimento da Educação Infantil; do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação Superior, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Profissional e Tecnológica, da Educação Especial e da Educação a Distância, e, junto ao INEP, busca organizar o ENEM.

Os comentários deste bloco “A” trazem à tona, além de posicionamentos sobre a temática, avaliações positivas que giram em torno do MEC, o Ministério da Educação e Cultura, e do INEP, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Essas instituições foram representadas por Assimilação por Coletivização (VAN LEEUWEN, 1998), já que os atores foram representados através de uma identidade coletiva.

Quando há apreciações positivas nos comentários direcionados ao MEC e ao INEP, por exemplo em “E aproveito para parabenizar o INEP pela escolha do tema. Excelente!!!!”, em 52-IC, é possível perceber práticas discursivas solidárias com a inclusão social dos surdos. Ademais, o tema não é simplesmente um tema, mas um instrumento que causa surpresa e irá levar à reflexão, em que práticas discursivas podem ser alteradas e ideologias, desveladas.

A surpresa do internauta do comentário 52-CI, em “Como muitos fiquei surpresa com o tema da Redação do Enem 2017”, é extremamente cabível, por saber que estamos inseridos numa sociedade excludente, sob o comando de um governo que poderia fazer mais pelas minorias. Prova disso está nos direitos dos surdos. Muitos estão para ser conquistados, e os já conquistados, com muita luta, não são em grande parte efetivados. Como exemplo desse descomprometimento, tem-se o decreto nº 5.296, de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000, que estabelece a acessibilidade a pessoas surdas. Nesse decreto, é estabelecido que a comunicação e a informação podem ser alcançadas através de sites acessíveis e de aparelhos de televisão com legenda oculta, como também que emissoras de televisão incluam em suas programações intérprete de Libras, para que as pessoas surdas possam acompanhar os

---

<sup>9</sup> Informações retirada do site: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

programas. Porém, é notável que, após quase 14 anos, não se vê cumprimento efetivo desse decreto, como também não se observa uma fiscalização dos procedimentos que não são utilizados quando deveriam.

Assim, é de causar surpresa quando órgãos públicos se propõem a provocar uma discussão ampla e necessária, porque já é “natural” o descaso. E esse descaso é norteador perante as ideologias que, conforme Fairclough (2016, p. 122), “[...] contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação”, ou seja, as ideologias não permitem que os descasos com os surdos sejam reparados, pois essa reparação faria com que a relação de dominação entre os privilegiados e os não privilegiados seja extinta. Por isso, ao propor um tema que permita olhar por uma minoria, isso causa surpresa, uma vez que já está cristalizada socialmente a desigualdade que afeta os surdos, como também já se naturalizou o silenciamento em torno dessa comunidade. Logo, discutir justamente sobre essa minoria é sinal de que há a presença de uma desconstrução ideológica excludente sendo instalada, pois aqueles que não eram vistos socialmente passam a ser alvo de uma reflexão no cenário nacional, e tal atitude, tomada pelo MEC e pelo INEP, acarreta um olhar positivo.

Já no bloco “B”, por sua vez, é possível identificar dois comentários com posicionamentos diferentes dos que aparecem no grupo “A”. Observemos os comentários e a discussão, conforme segue.

#### **b) Instituições por um olhar negativo**

17-CF – O ENEM propõe tema capcioso para dar um grau de dificuldade sem sentido que reflete toda incapacidade do ministro da educação que não entende das necessidades dos candidatos e muito menos dos deficientes. Uma pauta pouco discutida no congresso dá uma maior impressão de uma busca de opinião do que redação

51-IC – Fora do contexto para alunos de nível médio. Esses tema ainda é pouco discutido nas universidades. Como exigir de iniciantes? Lamentável como esse povo gosta de brincar com sonhos de milhões de estudantes.

Nessas avaliações do bloco “B”, constituídas por apreciações negativas que giram em torno das instituições, os internautas justificam suas posições alegando que a temática é sem sentido, por conta do possível desempenho ruim dos alunos. No 17-CF, o tema é visto como mecanismo que tenta confundir os alunos, sendo referenciado da seguinte maneira: “O ENEM propõe tema capcioso para dar um grau de dificuldade sem sentido

que reflete toda incapacidade do ministro da educação...”, e, no 51-IC, há uma apreciação negativa que, por sua vez, não avalia diretamente as instituições responsáveis pela prova, mas, por meio de uma Generecização, o internauta, implicitamente, faz uma crítica cabível tanto ao MEC como também ao INEP, visto que ambos, com suas determinadas funções, constroem o exame para ser aplicado aos estudantes. Nesse contexto, o internauta do 51-IC diz: “*Lamentável* como esse ‘povo’ gosta de brincar com sonhos de milhões de *estudantes*”.

A grande preocupação do internauta do comentário 17-CF, a exemplo disso, não é sobre o tema que discute a desigualdade social e pode levar à visibilidade do surdo na sociedade, mas observa primeiramente a necessidade dos candidatos, e, nessa direção, o tema é adjetivado como capcioso.

No entanto, não lembra ou segue uma ideologia que esquece que a necessidade dos surdos é ser alvo de discussão, para que assim possam ser enxergados, por isso, através do discurso, ideologias são operadas e levam à desigualdade. Ressaltar que os alunos não estão preparados para essa discussão é mostrar o quanto eles estão condicionados a escreverem sobre o que importa para eles ou sobre aquilo que treinaram em escolas e cursos preparatórios.

Por isso, é natural que o internauta diga que o ministro da educação não entende as necessidades dos estudantes e ouvintes. Esse é um posicionamento que nos permite fazer diferentes leituras. A primeira é em torno dos alunos. Talvez, para o internauta, o ministro não saiba satisfazer ou entender os alunos por não propor temas “fáceis”, uma vez que os participantes estão condicionados a escreverem sobre o seu universo excludente ou por apontar que o ministro não entende as necessidades dos surdos. Sim, é bem verdade que os surdos precisam de um melhor atendimento, e é nesse âmbito que tal tema é de extrema importância, por torná-los mais visíveis socialmente, e isso foi claramente entendido pelo INEP e pelo MEC.

A temática, como foi mencionado no comentário 51-IC, é pouco discutida, porque há um poder-hegemônico que faz com que grupos majoritários tenham o poder e, portanto, imponham situações a grupos minoritários, sendo que tais imposições normalmente estão pautadas nos interesses do grupo dominante. Para os grupos hegemônicos, dar “voz” aos surdos é pôr em risco o poder daqueles, visto que já é sabido que a hegemonia é instável e pode ser transferida por meio de lutas hegemônicas, como bem dizem Vieira e Resende (2016).

O tema, mais uma vez, é apontado como pouco discutido nas universidades, o que justifica o motivo de os alunos do Ensino Médio não deverem tratar sobre ele. A escola é norteadada por ideologias, e, se ela não discute sobre inclusão, é porque a ideologia vigente é excludente no que se refere à inclusão social dos surdos. Conforme diz Van Dijk (2017), as ideologias são formadas, obtidas nas instituições de ensino, nas igrejas, no Estado, nas relações familiares, e cabe às determinadas instituições seguir e pregar ideologias que as beneficiem. Se as instituições de ensino citadas pelos internautas não tratam sobre inclusão, é sinal de que essa temática não as favorece em nenhum quesito, pois as ideologias são implantadas tendo em vista benefícios para o seu grupo.

Nesses comentários, partindo das contribuições de Van Leeuwen (1998), vários atores sociais foram representados de diversas maneiras, por exemplo, no 51-IC, “*o povo*” é representado pela categoria da Generecização, assim o ator social aparece através do substantivo simples “povo”. Há ainda atores sociais que foram representados por Funcionalização, no 51-IC, em “*alunos de nível médio*”, uma vez que tais atores foram representados pelos cargos que ocupam na sociedade. Sinalizar o ator social de acordo com a função que ele ocupa socialmente é uma estratégia linguística que faz com que o leitor entenda que determinada função não tem suporte para falar sobre determinado assunto, e, por isso, o tema deve ser destinado a quem está apto para tal e, se não o for, então deve ser silenciado. Essa é uma das estratégias de que a ideologia lança mão.

Em suma, este bloco foi constituído por comentários que avaliaram positiva e negativamente a temática, como também foram evidenciadas avaliações acerca das instituições responsáveis por elaborar e organizar o exame. Foi possível compreender que esses comentários são de mão dupla, pois alguns internautas, através de apreciações positivas, viram a temática como estratégia que dá visibilidade à causa surda, ao passo que houve internautas que visualizaram a temática negativamente, por dificultar o ingresso dos alunos no ensino superior. Entretanto, não é possível negar a importância dessa discussão proposta pelo ENEM, visto que foram cerca de 6 milhões de alunos que voltaram os olhos e refletiram sobre uma causa com pouca ou nenhuma visibilidade no país, ou seja, foram 6 milhões de alunos que puderam pensar sobre uma classe que é alvo de exclusão social. Não se pode negar, portanto, a importância dessa temática ou simplesmente afirmar que os alunos não estão preparados para discutir sobre o que foi proposto, pelo contrário: é preciso observar que a temática pode gerar novas práticas discursivas que incluam a comunidade surda.

### 5.5 Uma “redação” para o INEP

Este bloco, diferentemente dos outros, possui um ineditismo, pois é o único que é norteado por apenas um comentário. Este denuncia o INEP por ser descompromissado com a causa surda, porque o internauta de fato revela viver e saber como é a realidade surda e sabe mais do que ninguém como os surdos são vistos por órgãos como o INEP. Segue:

49-CI – Vocês querem uma redação sobre surdos no ENEM?

Tinha algum tempo que eu não vinha aqui. Tinha prometido que dado o cansaço de um ambiente cheio de opiniões e mais que isso, CERTEZAS, era campo fértil para sentimentos que não quero alimentar, eu deixaria meio que morto o perfil. Isto não quer dizer que não os tenha alimentado no passado recente. Mas hoje, para minha incrível surpresa me deparei com o tema da redação ENEM: Educação para surdos. Confesso que minha espinha gelou. Minha memória me levou para alguns anos atrás. Um misto de sentimentos tomou conta de mim. Alguns, confesso, não foram bons. Poucos de minha lista de amigos capitaneada com o tempo e uma participação em programa de TV, sabem sobre a deficiência auditiva de *minha irmã*. Assim, poucos acabam sabendo também de sua história de superação. Não só sua, mas de toda a nossa *família e educadores.*

Vocês querem uma redação sobre surdos no ENEM? Conversem com *minha irmã*. Colocada à margem do processo seletivo por uma limitação cognitiva clássica em não ouvintes. Menos *pessoas* ainda sabem que um *surdo* tem severas dificuldades de escrita, dado que a linguagem falada lhe é tolhida por questões às vezes genéticas ou por quaisquer motivos. Vocês querem uma redação sobre surdos no ENEM?

Conversem com *minha mãe* e toda a sua jornada para garantir que a síndrome degenerativa de *minha irmã* não a alçasse de forma definitiva ao mundo dos não falantes. (sim *minha irmã* é uma *surda oralizada*, faz uso da leitura labial para se comunicar).

Vocês querem uma redação sobre surdos no ENEM?

Conversem com a *tia Lila...* que não mediu esforços junto ao *corpo de professores* da *minha irmã* para garantir a ela acesso à informação que é negada à grande maioria daqueles que como ela, não ouvem.

Vocês querem uma redação sobre surdos no ENEM?

Conversem com o *INEP...* aplicador da prova, que negou auxílio oralizado para a interpretação de texto da prova da *minha irmã* (outra grande dificuldade dos *surdos*), ofereceram um interprete de libras uma língua que tirando o Ade AMOR da Xuxa, *ngm* sabe do que se trata. Ou ainda, o mesmo *INEP* que negou requerimento para que *minha irmã* tivesse sua prova de redação corrigida a luz de suas limitações. Isso em meados de 2010.

Vocês querem uma redação sobre surdos no ENEM?

Conversem com o poder judiciário que negou, exatos 4 QUATRO anos depois, o pedido de revisão da negativa do requerimento. A rápida justiça de nosso país se manifestou quando *minha irmã* já estava próxima de concluir a faculdade particular.

Vocês querem uma redação sobre surdos no ENEM?

Procurem a Universidade onde *minha irmã* estudou, procurem conhecer a teoria do "Microfone sobre a boca". O microfone que permite a aula, mas impedia que ela fizesse leitura labial.

Vocês querem uma redação sobre surdos no ENEM?

Conversem com as parcelas da caixa que tem chegado mensalmente em casa para pagar as despesas de formação da *minha irmã*. Ngm chegou tão rápido em casa para ajudar como os boletos tem chegado.

Vocês querem uma redação sobre surdos no ENEM?

Ahhh Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Que tema infeliz. Que tema triste. Que escolha de mau gosto.

Vivemos em país onde as leis são criadas antes das bases para que elas possam ser aplicadas. Cria-se a obrigatoriedade de salas mistas - crianças sem e com limitação sendo educadas juntas. Mas nenhum professor recebe instrução para tal. Cria-se uma lei de inclusão de deficientes nas empresas, mas as universidades públicas, que há muito atendem interesse majoritariamente da classe dominante desse país, não educa seus “filhos de papai” para conviver com o diferente.

“Essa Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira É a minha redação não sobre "Educação de surdos", é minha redação sobre "A hipocrisia só vence onde o silêncio dos justos impera". Não me calei e jamais o farei. Que nota eu mereço?!”

Neste bloco, há mais do que um comentário retirado da página do INEP, há o que o próprio internauta chamou de redação, mas se pode dizer que as linhas dele são, mais que um comentário e uma redação, o desabafo de alguém que não opina sobre a temática aleatoriamente. Ou seja, não é um comentário que apenas avalia as instituições, a preparação do candidato ou simplesmente “opina por opinar”, é um internauta que vive a dura realidade que a sociedade brasileira impõe aos surdos e a seus familiares. A marca que permite saber que essa é uma realidade vivenciada pelo internauta está pautada em como ele apresenta os atores sociais. Primeiramente, é trazida à tona uma Identificação Relacional, que, segundo Van Leeuwen (1998), é a maneira de representar atores através do grau de parentesco, como em “*minha irmã*” e “*minha mãe*”, e também se utiliza a Nomeação por Filiação, que nada mais é do que nomear o ator e o grau de parentesco, o que é visto na representação de “*Tia Lila*”. Mas a discussão desse bloco vai além das representações sociais, tomando como base as contribuições de Van Leeuwen. A primeira discussão girará em torno deste primeiro excerto do 49-CI:

“Vocês querem uma redação sobre surdos no ENEM? Conversem com minha irmã. Colocada à margem do processo seletivo por uma limitação cognitiva clássica em não ouvintes. Menos pessoas ainda sabem que um surdo tem severas dificuldades de escrita, dado que a linguagem falada lhe é tolhida por questões às vezes genéticas ou por quaisquer motivos”.

Sabemos que a língua é o elemento norteador das relações sociais. Se o sujeito, por alguma razão, não faz uso da língua por alguma diferença, ele é, infelizmente,



colocado à margem da sociedade ou, por algum método, é obrigado a desenvolver a língua da comunidade majoritária, para que possa inteirar-se da sociedade, ou ele simplesmente é excluído. Pensando nisso, o governo federal, em 2002, decretou uma lei que reconhece a língua própria para os surdos, a Libras, entretanto o surdo ainda é obrigado a desenvolver a língua portuguesa para que possa se adequar à maioria. Prova disso é realizar uma prova escrita em uma língua que não é a sua e competir com alunos que dominam a língua portuguesa, para buscar uma vaga no ensino superior. Ou seja, alunos surdos são colocados à margem, num processo seletivo, por realizarem um exame que não condiz com a realidade deles. Dessa forma, há uma incongruência permitida pelas instituições responsáveis pelo exame em não adequarem como deveriam a prova para a comunidade surda. Por isso, os surdos, para se integrarem à sociedade, são obrigados a dominar uma língua que não é a sua. Essa realidade é também apontada pelo internauta.

“Vocês querem uma redação sobre surdos no ENEM?”

Conversem com minha mãe e toda a sua jornada para garantir que a síndrome degenerativa de minha irmã não a alçasse de forma definitiva ao mundo dos não falantes. (sim minha irmã é uma surda oralizada, faz uso da leitura labial para se comunicar)”.

O trecho acima revela o desabafo de um irmão que sabe a luta da sua mãe para que a irmã dele não perdesse totalmente a audição. Integrar-se totalmente a essa comunidade é aceitar ser excluído, pois, infelizmente, essa é uma realidade que integra esse grupo social. Ou se integra socialmente, abrindo mão da sua cultura, ou é excluído socialmente. Sabemos que a comunidade surda vive à margem da sociedade, pois as ideologias dos grupos dominantes apagam a inclusão social. Por isso, Perlin (2005, p. 64) assegura que:

A hegemonia dos ouvintes exerce uma rede de poderes difícil de ser quebrada pelos surdos, que não conseguem se organizar ou mesmo ir às comunidades para resistirem ao poder. Aí pode dar início ao que chamo de situações dominantes de tentativa de reprodução da identidade ouvinte, com atitudes ainda necessárias para sustentar as relações dominantes”.

Logo, cabe aos surdos se integrarem aos ouvintes por meio da oralização, este que é um mecanismo desenvolvido através de terapias para a estimulação da fala, uma delas é a conhecida como Perdoncini, que é uma metodologia audiofonatória que busca resíduos auditivos como meio para se chegar à voz. Essa metodologia evidencia a prática do ouvintismo, pois o grupo de surdos precisa, a partir de treinamentos, aprender a

oralizar e participar da comunidade ouvinte (GÓES, 2002). É assim que a comunidade surda vive: tenta, na maioria das vezes, negar a sua cultura, a sua realidade e se propõe a realizar mecanismos que tragam de “volta” a sua voz, para que possam, assim, viver “naturalmente”. Isso se dá, exclusivamente, por conta de uma sociedade excludente e incompreensiva por isolar os surdos e, conseqüentemente, aceitar em seu universo somente aqueles que são iguais a ela. Aqueles que não compactuam com essa igualdade precisam encontrar métodos que façam com que se assemelhem, métodos que causam, por vezes, sofrimento, já que não é fácil compreender que as pessoas ao seu redor não te compreendem por ser diferente e, por isso, te excluem. É dessa maneira que podemos compreender o quanto a nossa sociedade não pratica a empatia, é, portanto, excludente.

Mais alguns trechos são evidenciados pelo internauta:

“Vocês querem uma redação sobre surdosno ENEM?

Conversem com a tia Lila... que não mediu esforços junto ao corpo de professores da minha irmã para garantir a ela acesso à informação que é negada à grande maioria daqueles que como ela, não ouvem.

Vocês querem uma redação sobre surdosno ENEM? Conversem com o INEP... aplicador da prova, que negou auxílio oralizado para interpretação de texto da prova da minha irmã (outra grande dificuldade dos surdos), ofereceram um interprete de libras uma língua que tirando o Ade AMOR da Xuxa, ngm sabe do que se trata. Ou ainda, o mesmo INEP que negou requerimento para que minha irmã tivesse sua prova de redação corrigida a luz de suas limitações. Isso em meados de 2010.

Vocês querem uma redação sobre surdosno ENEM? Conversem com o poder judiciário que negou, exatos 4 QUATRO anos depois, o pedido de revisão da negativa do requerimento . A rápida justiça de nosso país se manifestou quando minha irmã já estava próxima de concluir a faculdade particular”.

A partir dos trechos destacados, é possível perceber mais uma incongruência do INEP e dos órgãos responsáveis pela prova e pela educação dos surdos. O INEP, desde maio de 2006, através da portaria do MEC nº 976, em que o ministro de estado da educação, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Decreto 5.296 de 2004, assegura que:

Art. 3º A contratação de serviços de organização, apoio e realização dos eventos pelo Ministério da Educação e entidades vinculadas deverá prever e prover:

I - disponibilização de serviços de tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais - Libras para pessoas surdas ou com deficiência auditiva;

Apesar de possuir o direito assegurado por lei, a irmã do internauta foi diretamente prejudicada diante da inadimplência do INEP, que, mediante o relato, não cumpriu efetivamente com os deveres esperados pela candidata surda, sendo ela prejudicada. Essa inadimplência é o reflexo de uma hegemonia ouvintista que não respeita as diferenças e ainda instala conflitos sociais. Logo,

A diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante (SKLIAR, 2005, p. 6).

A partir de Skliar (2005), compreendemos que a diferença provoca conflitos e movimentos sociais que são incutidos, por conta de um poder hegemônico ouvintista que só pode ser derrubado através de resistência e das lutas hegemônicas. Porém, mesmo que sejam efetivadas medidas contra essa desigualdade social como a relatada pelo internauta, ainda parece ser insignificante. Ao mencionar que “Conversem com o poder judiciário que negou, exatos 4 QUATRO anos depois, o pedido de revisão da negativa do requerimento”, alude a mais um descompromisso social, este dessa vez sendo praticado pela justiça. Nesse contexto, “A luta por direitos e a luta por mais democracia são suas faces de uma mesma moeda” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 180), e a ordem social justa deve ser alcançada por todos. Entretanto, como alcançar uma ordem social justa e os direitos se a entidade responsável fica cega diante de uma injustiça? De acordo com Rawls (1993, p. 27-28):

É necessário um conjunto de princípios que permitam optar por entre as diversas formas de ordenação social que determinam esta divisão dos benefícios, bem como obter um acordo sobre a repartição adequada dos mesmos. Estes princípios são os da justiça social: são eles que fornecem um critério para a atribuição de direitos e deveres nas instituições básicas da sociedade e definem a distribuição adequada dos encargos e benefícios da cooperação social.

A justiça agiu tardiamente e não cumpriu com o papel imposto a ela: proceder ao cumprimento dos direitos e deveres assegurados por lei, seja para a minoria ou para grandes órgãos sociais.

Mais uma vez, é trazido um assunto já discutido no nosso *corpus*. O reconhecimento da Língua de sinais (Libras) na legislação brasileira foi instaurado em 2002, através da lei nº 10.436/24, de abril de 2002, e, já em 22 de dezembro de 2005, a

Libras foi lançada no contexto educacional brasileiro, por meio do decreto 5.626. Nele, mais especificamente em seu art. 14, parágrafos 1º, 2º e 3º, consta o seguinte:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa

§ 2º O professor da educação básica, bilíngüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2005).

Tendo em vista o artigo, os seus parágrafos e o desabafo no comentário 49-CI, tudo leva a crer que a lei foi oficializada para “ficar no papel”, uma vez que o que foi assegurado por lei não é definitivamente executado. A própria justiça negou aquilo que é previsto por lei.

A ausência do espaço para os surdos é velada através do apagamento dessa comunidade, eles são vistos à distância porque as ideologias dos grupos dominantes não deixam que a voz do surdo seja ouvida na sociedade, além de que os detentores das vozes são privilegiados o bastante para que não deixem espaço para os surdos.

Há uma ideologia que, ao não olhar para o outro, resulta em desigualdade social, por isso a ideologia é apontada pela ACD como um mecanismo social inteiramente negativo (THOMPSON, 2002). No comentário 49-CI, ainda cabe uma avaliação negativa. De acordo com Halliday (2008), construções como “*Que tema infeliz. Que tema triste. Que escolha de mau gosto*” fazem parte de uma avaliação por afeto, uma vez que a proposta de redação foi avaliada através de um sentimento culturalmente negativo. Essa avaliação negativa pode ser justificada por conta da hipocrisia, pois o INEP propõe um tema que envolve inclusão social, enquanto suas práticas não condizem com o que foi proposto por ele, e a própria experiência familiar comprova o fato.

Ao visitar a página oficial do INEP na internet, percebemos que o órgão é extremamente comprometido com a inclusão de maneira geral. Ao abrir o site, o INEP

apresenta o VLIBRAS, conceituado na página da seguinte maneira: “consiste em um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, responsável por traduzir conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, tornando computadores, dispositivos móveis e plataformas Web acessíveis para pessoas surdas”.

Além disso, na seção notícias, é possível encontrar um comprometimento maior com a inclusão, por exemplo: “Campo Grande terá Central de Interpretação de Libras”, “SUS fornece reabilitação para pessoas com deficiência auditiva”, “Enem terá provas em videolibras para candidatos com deficiência auditiva”, “Tratamentos do SUS ajudam pessoas com deficiência auditiva a melhorar qualidade de vida” e “Quase 80 mil pessoas com deficiência auditiva têm carteira assinada no Brasil”, etc. Entretanto, a partir do comentário 49-CI e de dois comentários que serão expostos a seguir, que, por sua vez, não estão no *corpus* da análise por fugirem ao critério de escolha, é possível perceber que, na teoria, o INEP é extremamente eficiente, mas, quando se trata da prática, deixa a desejar. Talvez o INEP faça o que Van Dijk (2017) chamou de “controle da mente”, impondo suas ideologias ao se mostrar inclusivo e fazendo com que as pessoas acreditem e passem a seguir os seus posicionamentos, ou seja, controlando a mente. Mas, diante desse relato, ousaria dizer que existe uma prática reversa, pois há uma pseudoinclusão velada num discurso que parece ser inclusivo, conforme segue:

“O Tema de inclusão é realmente muito importante mas eu questiono o próprio INEP, nunca trabalhei com alunos surdos no ENEM mas já fui ledora e transcritora inúmeras vezes de alunos cegos e já cansei de mandar mensagem para o INEP avisando que os métodos de inclusão que eles usam com esses alunos está longe de ser suficiente e justo, uma vez que os leitores tem que ler várias vezes para o aluno cego conseguir acompanhar aquelas questões com textos extensos e o tempo adicional que eles tem não supre a real necessidade”.

“Grande hipocrisia onde qualquer deficiente auditivo for no próprio Inep não tem um intérprete pra atendê-los dependem de uma funcionária terceirizada da área de telemarketing que só se encontra no período da tarde...”.

Nos comentários acima, notamos dois relatos, o primeiro, que traz à tona a realidade vivenciada por uma ledora para cegos, e o segundo, que evidencia uma situação vivenciada pela internauta. Há dois comentários que denunciam tudo aquilo que o INEP, junto ao Governo Federal, diz executar. Primeiramente, ressaltamos o descaso com a forma de aplicação da prova, pois talvez o mecanismo utilizado na aplicação esteja distante de ser inclusivo, já que, por inúmeras vezes, a ledora questionou o próprio INEP

sobre a como a medida inclusiva é executada, logo se nota, a partir do comentário, um descaso que também atinge os cegos. Além disso, observamos que leis criadas pelo próprio governo são descumpridas, não são concretizadas, a saber: a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que oficializa a Libras como língua; o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que, no art. 26, diz que difunde a Libras na sociedade, como também a lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS –, entre outras leis que não são parcial ou totalmente cumpridas.

Órgãos legislativos têm autoridade suficiente para direcionar medidas que abranjam as necessidades sociais; essa autoridade é chamada por Bajoit de Poder-Estado, em que o regime político dita as regras a serem seguidas (o que é permitido ou não), julga e reprime os sujeitos conforme a lei, governa de modo que possa interferir numa ordem já estabelecida, ou seja, a partir da relação governo e sociedade, leis são estabelecidas para a sociedade e fiscalizadas pelo governo. Entretanto, a partir dos comentários citados acima, observamos que o governo não estabelece de fato um Poder-Estado quando se refere à inclusão, pois leis e decretos outorgados em 2002 e 2005 ainda não estão sendo plenamente executados, mas já são reconhecidos quando se trata da inclusão dos surdos nas escolas bilíngues, da presença da Libras nas Licenciaturas, da criação de curso de Letras-Libras, inclusive no *Campus* da Universidade Federal de Sergipe.

No entanto, tudo o que foi citado acima apresenta uma incongruência do INEP, que, de maneira aprazível, apresenta-se inclusivo e compromissado com as medidas inclusivas, mas, a partir das experiências como as já apresentadas, percebemos que tais medidas são, para o INEP, um placebo, uma mentira velada que atinge as comunidades que vivem à margem da inclusão social. Ou seja, os responsáveis por permitir que a inclusão seja de fato concretizada são os primeiros a não cumprir as leis e os decretos impostos, e, infelizmente, quem sofre são os cidadãos surdos, cegos, entre outros, por não terem o que lhes foi assegurado por lei.

## 5.6 O tema da redação do ENEM 2017 e a mudança social: como se posiciona a ASCD

Como já foi discutido em alguns tópicos do primeiro capítulo, as mudanças sociais são necessárias para que as desigualdades sociais sejam amenizadas na sociedade. Tendo em vista os estudos de Bajoit (2006), essas mudanças são realizadas a partir de lutas sociais em que as minorias percebem que não são ouvidas socialmente e precisam se organizar para clamar por visibilidade social. Assim acontece com a comunidade surda. Para que sejam ouvidos socialmente, os surdos lutaram e lutam diariamente para que os privilégios que giram em torno dos ouvintes sejam amenizados e eles, os surdos, tenham seus direitos assegurados.

Segundo Bajoit (2006), essas lutas sociais podem ser concretizadas através de uma cooperação social em que a sociedade, por ter interesses mútuos, se sensibiliza com a causa social, por meio de conflitos e competições, pois as coletividades entrarão em conflito por conta dos poderes estabelecidos socialmente e também buscarão estabelecer quem tem mais “força” na sociedade.

Ao tratar sobre as lutas sociais, podemos trazer, a título de exemplo, a oficialização da Libras como língua oficial da comunidade surda. A Libras foi oficializada em 2002, através da Lei nº 10.436, entretanto, para que essa conquista fosse efetivada, foi necessário muito clamor da comunidade surda, e esse clamor foi realizado através de incontáveis movimentos sociais que foram iniciados em 1993, ou seja, foram necessários quase 10 anos para que uma lei oficializasse uma língua que permite a comunicação entre os surdos e a sua comunidade e entre os surdos e toda a população. Muitos outros movimentos ainda, infelizmente, são realizados para que os surdos consigam ter a visibilidade merecida, assim é extremamente natural navegar na internet e encontrar notícias como: “Com 12 mil pessoas em MS, comunidade surda reivindica acesso a serviços básicos”, “Surdos protestam em Manaus por retorno à escola especial no Centro”, “Passeata lembra o dia do surdo em Paranaguá, aproximadamente 300 pessoas participaram”<sup>10</sup>. Esses movimentos e muitos outros ocorrem justamente por conta da invisibilidade dos direitos já assegurados por lei, mas que são descumpridos socialmente, ou porque houve a necessidade de novas leis que procurem inserir o surdo na sociedade.

---

<sup>10</sup> Disponíveis, respectivamente, em: <<http://www.progresso.com.br/cotidiano/com-12-mil-pessoas-em-ms-comunidade-surda-reivindica-acesso-a/364349/>>. <<http://amazonasatual.com.br/surdos-protestam-em-manaus-por-retorno-a-escola-especial-no-centro00/>>, e <<http://www.paranaguaemfoco.com/2017/09/passeata-lembra-o-dia-do-surdo-em.html>>. Acesso em: 12 out. 2018.

Nesse cenário, é cabível citar, sobre a temática da redação do ENEM 2017, “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”, que essa proposta é, sem sombra de dúvidas, um mecanismo que poderá proporcionar uma futura mudança social, pois cerca de 6 milhões de estudantes puderam pensar e escrever sobre os desafios para a educação de surdos. Nesse contexto, esses 6 milhões de participantes puderam refletir e até mesmo rever as suas práticas sociais diante de uma exclusão social para com os surdos.

Podemos perceber que destacar essa temática é indício de uma possível mudança social, pois levantar essa discussão é ter ciência de que os surdos não têm a devida assistência educacional e que medidas pautadas na inclusão social devem ser realizadas para que a desigualdade social seja sanada. Tendo em vista os estudos de Saco (2006), esse é o primeiro estágio para uma mudança social, pois perceber que há necessidade de mudança, para ele, é o primeiro passo de uma possível transformação social. Logo, trazer essa temática para uma discussão tão ampla faz com que percebamos que o Ministério de Educação e Cultura (MEC), enquanto órgão governamental, já se preocupa um pouco mais com essa comunidade e faz com que a sociedade também perceba que há a necessidade da inclusão.

Além de o MEC sinalizar indícios de uma mudança social que beneficie a comunidade surda, uma vez que trazer essa discussão é um sinal de que a educação dos surdos precisa ser assegurada pela legislação, que ainda é falha e precisa ser discutida, podemos evidenciar o novo recurso utilizado pelos surdos no momento da avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que outrora não era usado, a saber, a videoprova, recurso que disponibiliza a prova em DVDs com a Libras (MEC, 2017). Além disso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) também realizou mais medidas inclusivas, já que possibilitou que as campanhas em redes sociais e a cartilha do participante, entre outras orientações, fossem realizadas também em Libras. Assim, poucas mudanças, porém significativas, foram realizadas no ano de 2017 no que concerne ao ENEM e a tudo o que o cerca, como, por exemplo, o ineditismo da videoprova e dos recursos em Libras que dão a devida assistência aos candidatos surdos. Entretanto, apesar de observarmos que esse tema como discussão do ENEM 2017 é um possível caminho para a efetivação de uma mudança social, infelizmente ainda há internautas que viram a temática com maus olhos, permitindo inferir que uma mudança social que englobe a comunidade surda enfrentaria embates,



mas, ao mesmo tempo, também foi possível encontrar internautas conscientes da importância do tema e da necessidade de mudança.

Sabendo disso, pelo viés da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), faremos a análise de mais dois blocos de comentários, procurando discutir, com base em Bajoit (2006) e Saco (2006), sobre as mudanças sociais e a que passo elas estão sendo estabelecidas, o que será possível através dos posicionamentos dos internautas quanto ao tema da redação do ENEM 2017.

#### **a) Internautas que não vislumbraram o tema como mecanismo para mudança social**

40-CI – Quem escolheu esse tema para redação só pode ter pensado em beneficiar alguém da, desemprego, a droga que invade os lares, meio ambiente?? *escolheram* esse tema pra beneficiar alguém família dela ou não tem experiência no ENEM. é como escolher um tema como ALTISMO., ALZHEIMER, MAL DE PARKINSON . São temas muito específicos. Porque não violência que assola a todos.

27-CM – O pau quebrando no país... A juventude precisando pensar e refletir sobre a série de atrocidades diariamente jogadas na nossa cara e o tema da redação é pífio. Digo isto porque temos políticas para inclusão. Estou desapontado com o tema.

Segundo Bajoit (2006), as mudanças são realizadas por conta das tensões sociais, e essas tensões são sustentadas por “indivíduo consumidor competitivo” ou “Indivíduo Hedonista solidário”. O “consumidor competitivo” preocupa-se com a sua vida privada e, enquanto estiver ganhando o jogo, tudo estará sob controle; além disso, o que gira em torno do social é de pouca ou nenhuma importância para ele. Em contrapartida, há o Indivíduo Hedonista solidário, aquele que se preocupa com o bem-estar da sociedade.

Ao observarmos os dois comentários acima, é possível inferir a presença de dois internautas que são indivíduos consumidores competitivos, o que é claramente notado através das ideologias veladas em seus discursos. Primeiramente, eles usam a Universalização de Thompson (2002) para velar a sua ideologia, pois claramente dizem que prefeririam uma temática que os beneficiasse. Ou seja, apontam, através de “*Porque não violência que assola a todos*” e “*A juventude precisando pensar e refletir sobre a série de atrocidades diariamente jogadas na nossa cara e o tema da redação é pífio*”, que o tema precisaria discutir sobre a violência, já que o internauta é alvo dela, como também menciona as atrocidades que ocorrem sistematicamente no Brasil, podendo

inferir que o internauta refere-se à corrupção que é mencionada todos os dias nas diversas mídias brasileiras e que (in)diretamente afetam todos os cidadãos brasileiros.

Nesses dois comentários, ainda é notável que ambos os internautas não estão e não são solidários com a inclusão social do surdo, bem como de outras minorias, o que faz com que o tema tenha uma apreciação negativa. No primeiro comentário, o tema foi avaliado negativamente por ser específico, não abrangente, e essa especificidade não inclui o internauta. Além disso, o “responsável” por trazer essa temática é visto/julgado também negativamente, pois, para esse internauta, o tema beneficiaria familiares desse responsável e não todos aqueles que precisam ser incluídos socialmente. O internauta, infelizmente, ignora toda a realidade da comunidade surda, como também daqueles que são autistas ou possuem Alzheimer, mal de Parkinson, preocupando-se apenas com aquilo que possa beneficiar a si mesmo. Sendo assim, ele exclui não só os surdos, mas também outras minorias que precisam ser urgentemente inseridas, de modo igualitário, na sociedade, por terem em seus corpos marcas que os diferenciam dos demais. Isso porque,

Uma democracia amplamente inclusiva ancora-se em um programa abrangente, que preveja o respeito aos direitos humanos, a proteção dos grupos sociais mais enfraquecidos e a promoção de canais efetivos de expressão política, não permitindo a supremacia dos grupos mais poderosos, mas buscando o equilíbrio tanto quanto possível, entre direitos e possibilidades (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 167).

Sendo assim, fazemos a leitura de um internauta não solidário com as causas sociais e preocupado exclusivamente com temas que possam incluir todos da sociedade, como meio ambiente, drogas, desemprego, não visualizando, por conta da ideologia que segue, que os surdos e todas as minorias citadas por ele sofrem também com problemas relacionados a drogas, meio ambiente, desemprego e, além disso, exclusão social, que, por vezes, a vivencia todos os dias, mas, por parte desse internauta, não há uma preocupação com os grupos vulneráveis. Levando em consideração tal posicionamento, não há sinal de uma democracia que olhe por todos, mas há supremacia dos grupos privilegiados, solicitando, desse modo, medidas que também os incluam.

Os surdos, como as demais minorias, precisam lidar com as dificuldades que os cidadãos brasileiros enfrentam, mas não só, pois, além disso, são alvo de muitas outras dificuldades não mencionadas ou apagadas da memória do internauta. Ele esquece que a comunidade sofre com a ausência de educação de qualidade já assegurada por lei, mas não efetivada como deveria; esquece que os surdos precisam de um atendimento

especializado nos órgãos públicos, também já assegurado por lei, mas não efetivado como proposto, por exemplo. São muitos os desafios enfrentados pelos surdos, mas são totalmente esquecidos pelas próprias leis que se comprometeram a sanar as dificuldades que giram em torno das minorias. Muitas das leis, não todas, são verdadeiros placebos, ou seja, nada mais são que um engano, já que se lê, mas não se cumpre, ou se cumpre parcialmente. A falta de visibilidade ultrapassa as leis e chega ao cenário real, o cenário em que tudo acontece, aliás, o cenário em que nada ou pouco acontece em torno da visibilidade surda. Muitos que têm o privilégio de fazer parte da maioria não se preocupam com aquilo que não os atinge, não praticam a inclusão no cenário real, mas se preocupam somente com aquilo que os fere direta ou indiretamente. Assim, a exclusão e a falta de solidariedade são reforçadas a cada dia, pois as leis que estabelecem regras a serem seguidas não são cumpridas; muitos cidadãos agem, pensam em torno de si e, quando convocados para pensar sobre a realidade de uma comunidade que não é a sua, acham ruim, reivindicam e afirmam: “São temas muito específicos. Porque não violência que assola a todos”.

O segundo comentário não se distancia ideologicamente do primeiro, pois o tema, mais uma vez, provoca resistência e desperta insatisfação no internauta. O tema é avaliado negativamente, visto que era para ser discutido sobre as atrocidades que a sociedade vive, por isso o tema proposto se torna “pífio” para esse internauta. Ele se esquece ou não tem conhecimento de que os surdos vivem imersos em variados desafios, sem educação de qualidade, sem atendimento especializado em órgãos públicos, sem uma comunicação efetivada com os ouvintes – já que estes negam a Libras –, sem terem sua cultura respeitada e sem visibilidade social, e isso pode ser compreendido por um fator: “a divulgação de cultura globalizante e universal pode ser uma armadilha imposta aos nossos tempos, provocando a massificação cultural” (SKLIAR, 2013, p. 143). O estudioso é claro quando declara que estamos inseridos numa sociedade com uma cultura uma e global, o que permite que as variações culturais sejam esquecidas e excluídas.

Por conta dessa cultura dita una, os surdos estão inseridos socialmente em muitas atrocidades, além de outras que a maioria, juntamente com as minorias, também vive. E, por isso, devemos destacar que existe uma sociedade inserida em um multiculturalismo, o que faz necessário entender que as dificuldades enfrentadas pelos surdos devem ser discutidas, exclusivamente, pelas políticas públicas e por aqueles que compõem a sociedade, pois é imprescindível praticar a empatia. É nesse cenário que os Estudos

Críticos dos discursos são mais que bem-vindos por criarem alianças com as minorias e instituições comprometidas com as lutas sociais, combatendo a desigualdade. Por conseguinte, os estudos críticos formam um sujeito solidário (VAN DIJK, 2017).

O internauta apresenta-se pouco solidário com a inclusão social; ao invés disso, distancia-se de um compromisso social, justificando que órgãos governamentais são os únicos responsáveis por efetivarem as medidas inclusivas. Porém, sabemos que as políticas inclusivas precisam ser efetivadas por todos os cidadãos, mas parece que essa vertente é esquecida pelo referido internauta.

Ao falar sobre as medidas inclusivas concretizadas por meio de políticas públicas e que não são realizadas pela sociedade, quando deveriam ser, temos a Libras, língua oficializada em 2002 no Brasil, e, na maioria das vezes, somente utilizada pelos surdos, quando, na verdade, deveria ser de domínio de todos da sociedade, efetivando, dessa forma, a comunicação entre surdo e surdo ou entre surdo e ouvinte. O mesmo acontece com o Decreto de 2009 que define que órgãos públicos devem dar atendimento especializado aos surdos, entretanto não é perceptível a efetivação dessa medida.

Entendemos que as políticas públicas são criadas, mas não são devidamente efetivadas por conta de cidadãos – como esse internauta – que se eximem de seu compromisso social; por sua vez, as leis também possuem sua “culpa”, pois não oferecem, como deveriam, os recursos que propõem, mas cabe ao cidadão fiscalizar, cumprir e fazer valer aquilo que foi imposto por lei. Isto é, há uma grande problemática em torno da inclusão social: algumas leis foram criadas, não cumpridas e muito menos fiscalizadas pelos cidadãos, o que nos permite afirmar que há um grande apagamento em torno da inclusão social dos surdos. Não cumprir as leis, apagar as medidas públicas ou silenciar o seu compromisso social, como o internauta fez, significa silenciar a comunidade surda e excluí-la da sociedade, de maneira que as suas reivindicações só aumentem e as atrocidades em que está envolvida solidifiquem-se, asseverando, assim, a desigualdade social cada vez mais presente.

Em ambos os comentários, é totalmente esquecido que a inclusão social deve ser instalada pela e na sociedade, porém percebemos que os internautas estão distantes de uma possível solidariedade, como a inclusão social, mas desejam que os benefícios sejam somente para os grupos de que fazem parte. Esse é o discurso da exclusão, que tem por característica, de acordo com Barros (2015), ser passional e negar o outro por ser estrangeiro, diferente. Essa é a primeira marca de um indivíduo claramente competitivo

que provavelmente não aceitaria uma mudança social com facilidade, visto que, aos seus olhos, o que importa é a sua realidade.

Apropriando-nos da ASCD, mais especificamente das contribuições do sociólogo Bajoit (2006), podemos compreender que, se a mudança social for instalada será por meio de um intercâmbio conflitivo já que existiria uma tensão social instalada entre aqueles que querem que o seu privilégio permaneça e aqueles que lutam por visibilidade assim resultaria numa reforma, pois o Estado que instiga a mudança social negociaria pacificamente com os atores; nesse caso, os atores que têm o mesmo perfil desse internauta seriam alvo de uma negociação do Estado. É fácil entender que o Estado proporia essa mudança, pois já se percebe uma inclinação dele ao indicar o tema “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”. Faz-se necessário perceber que o tema não foi posto aleatoriamente ou sem nenhuma razão, mas como uma tentativa de fazer com que os candidatos olhem, reflitam e mudem suas práticas sociais até então excludentes. Além de propor um tema de extrema importância social, o INEP, junto ao MEC, nesse mesmo ano elaborou um novo recurso para ser usado pelos surdos durante a aplicação da prova: a videoprova, mecanismo que disponibiliza a prova em vídeo. Essas inclinações do INEP e do MEC, antes não ofertadas, são sinal de uma mudança, porque Saco (2006) diz que perceber que é preciso mudar é o primeiro estágio de uma possível transformação social. Mas é preciso salientar que já estamos na segunda fase de uma mudança, tendo em vista que já existem ideias inclusivas sendo convertidas em ação, como a videoprova. A segunda fase de uma mudança corresponde à direção que a mudança trilhará e ao objetivo a ser alcançado, ou seja, é o momento das estratégias, metas, ações, por isso é chamada de ação orientada à mudança. Por isso, já temos mudanças paulatinamente sendo inseridas na sociedade, mudanças “pequenas”, mas significativas.

### b) Internautas que vislumbraram o tema como mecanismo para mudança social

18-CI – “Só vejo o *povo* falando mal do tema, mas já pararam pra pensar na importância social e no quanto esse tema trata de uma classe da sociedade que busca ser integrada e ter os mesmos direitos que os demais, principalmente no quesito educação? Tantas abordagens podem ser feitas com esse tema: a qualidade do ensino, a estrutura física das escolas, a formação de professores... E nada disso é necessário ser um expert no assunto. Conhecimentos que podem ser traduzidos da própria experiência do *aluno* na sua escola. *Jovens alienados*, que não enxergam as vertentes da *sociedade*, esses sim não saberão escrever uma linha se quer

22-CM – “Achei *super importante* abordar este tema, tenho visto muitos criticando o tema por não terem conhecimento sobre o assunto. *Ninguém* precisa falar sobre isso ou ter conhecimento sobre, pois está no nosso dia a dia, milhares de pessoas deficientes auditivas passam dificuldades por falta de comunicação, todos nós já presenciamos *pessoas surdas* em mercados, na rua, bancos, e a dificuldade que elas têm são enormes, principalmente na educação que quase não tem estrutura para eles, o tema falou tanto da educação do nosso país que de maneira geral é precária + uma minoria que sofre com isso, o tema foi *genial*, sou filha de surdos e sei como debater sobre tal assunto é importante. Fiz a redação e achei *muito bom*. ( sem contar que no próprio comando da redação estava totalmente explícito o assunto, foi um assunto simples que se entende simplesmente na leitura do texto para a argumentação).”

Esses internautas podem ser caracterizados como internautas que se preocupam com a visibilidade da comunidade surda, o que permite a eles serem chamados de indivíduos hedonistas solidários, já que, em seus discursos, podemos observar uma demasiada importância dada ao tema da redação do ENEM em 2017. O internauta do comentário 18-CI avalia o tema dizendo o seguinte: “[...] mas já pararam pra pensar na importância social e no quanto esse tema trata de uma classe da sociedade que busca ser integrada [...]”, essa avaliação positiva é motivada porque, além de discutir sobre a inclusão, também serão tratados os seus desdobramentos, que, por sinal, são relevantes. Assim o internauta se posiciona:

“[...] já pararam pra pensar na importância social e no quanto esse tema trata de uma classe da sociedade que busca ser integrada e ter os mesmos direitos que os demais, principalmente no quesito educação? Tantas abordagens podem ser feitas com esse tema: a qualidade do ensino, a estrutura física das escolas, a formação de professores [...]”.

Apesar de o internauta apagar o ator social, através do verbo na 3ª pessoa do plural, e ao mesmo tempo convocá-lo para pensar sobre a importância do tema, ele se apresenta com um discurso consciente e reflexivo em torno da inclusão social dos surdos, principalmente no que concerne à educação de qualidade, e ainda se mostra inteirado das dificuldades que os surdos vivem diariamente, e isso é identificável quando expõe que “Tantas abordagens podem ser feitas com esse tema”. Ele indicia, assim, o quanto de dificuldade o surdo enfrenta em seu dia a dia, mas, não contente, prefere sinalizar quais

são essas dificuldades quando elenca “a qualidade do ensino, a estrutura física das escolas, a formação de professores...”, e então percebemos que em todos os quesitos apontados os surdos são realmente prejudicados, pois a estrutura física e educacional em que se sustenta o ensino-aprendizagem é tão devassada, a ponto de ser motivo de uma discussão no cenário social através do ENEM.

A educação brasileira ainda deixa a desejar, principalmente para a clientela surda, que, por ser surda, não tem, na maioria das vezes, professores que saibam Libras e muito menos intérpretes em sala de aula, sendo ainda “obrigada” a aprender uma língua além da sua para que possa interagir com todos à sua volta. Isso é o resultado do abuso de poder presente na sociedade. Van Dijk (2017) aponta que o poder é necessário para organizar as relações sociais, mas o abuso de poder pode prejudicar as pessoas e ocasionar uma desigualdade social mais forte na sociedade.

Essa desigualdade leva, por exemplo, a comunidade surda a reivindicar, solicitando intérpretes nas escolas e em órgãos públicos, por isso é comum abrir o noticiário e encontrar matérias como estas: “Alunos surdos pedem intérpretes de Libras: Manifestação em Curitiba alerta para problemas de aprendizagem por falta de profissionais”, “Surdos reivindicam a contratação de mais intérpretes em escolas de RO”, “Baixo número de intérpretes nas escolas é barreira para inclusão do surdo”, “Falta de intérpretes em escolas prejudica alunos com deficiência auditiva”, “Falta de intérprete de Libras prejudica estudantes deficientes auditivos em Instituto Federal”<sup>11</sup>.

Não precisa ir muito longe para averiguar a triste realidade do ensino de surdos no Brasil, basta acessar o noticiário e ver que não há, quando deveria, intérpretes e professores preparados para lidar com a real situação de um surdo, visto que ele precisa abrir mão da sua língua para aprender uma língua que não é a sua, e isso para conseguir ser alfabetizado. Ou seja, por conta da grande carência ocasionada diante da invisibilidade para com os surdos ou por conta do que (não) é oferecido nas escolas, muitas das vezes eles se perdem no processo de ensino-aprendizagem e, por falta de oportunidades, estão fadados a ocupar cargos de baixo prestígio social, pois os melhores cargos estão, via de regra, ao dispor daqueles que tiveram educação de qualidade e não precisaram de

---

<sup>11</sup> Notícias disponíveis em: <https://www.surdosol.com.br/surdos-reivindicam-a-contratacao-de-mais-interpretes-em-escolas-de-ro/>; <<http://dircarol.blogspot.com/2009/06/alunos-surdos-pedem-interpretes-de.html>>; <<https://www.opovo.com.br/jornal/cidades/2018/09/baixo-numero-de-interpretes-nas-escolas-e-barreira-para-inclusao-do-su.html>>; <<http://danianepereira.blogspot.com/2015/05/falta-de-interpretes-em-escolas.html>>; <<https://g1.globo.com/sp/itapetininga-regiao/noticia/2018/08/07/falta-de-interprete-de-libras-prejudica-estudantes-deficientes-auditivos-em-instituto-federal.ghtml>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

movimentos sociais para clamar por uma educação justa e de qualidade. Infelizmente, essa carência educacional que chega até os surdos é resultante do que Van Dijk (2017) chamou de dominação calcada na injustiça e nas formas ilegítimas de nortear as ações e circunstâncias.

Já o comentário 22-CM trata da importância de abordar o tema, ressaltando que por todos os lugares os surdos estão e são excluídos, tendo em vista a ausência na comunicação. Apesar de o decreto de 2009 assegurar que órgãos públicos precisam ter atendimento especializado para os surdos, sabemos que, nas práticas sociais reais, esse atendimento não é efetivado plenamente, o que evidencia o descompromisso judicial e social que resultará num silenciamento da comunidade surda, visto que a efetivação da comunicação é deixada à margem da sociedade.

O tema tem uma apreciação positiva quando o internauta diz que ele é “*genial*”, e isso se dá exclusivamente por ele, o internauta, ser filho de um surdo e, conseqüentemente, saber da precariedade educacional e também social em que está inserida essa comunidade. Além disso, o internauta retrata o quanto os surdos sofrem. Assim, é possível fazer a seguinte leitura: para os surdos, poucas leis, leis não cumpridas e o descompromisso são o resultado de uma severa desigualdade social. Essa desigualdade nunca é comentada, sendo, portanto, velada e, quando discutida, é alvo de críticas pela sociedade. Essas críticas somente evidenciam o descompromisso da sociedade para com a inclusão, o que é relatado quando o internauta afirma: “[...] tenho visto muitos criticando o tema por não terem conhecimento sobre o assunto [...]”. Essa falta de compromisso pode ser justificada, na medida em que a identidade surda, para Perlin, “dentro da cultura ouvinte é um caso onde a identidade é reprimida, se rebela e se afirma em questão da original. A identidade original estabelece uma identidade de subordinação em vista da alteridade cultural, a mesma que se dá entre outros grupos étnicos” (1998, p. 53).

Como foi dito por Perlin (1998), a identidade surda é reprimida, e essa repressão também atinge grupos étnicos diferentes. A repressão que os surdos e os grupos étnicos sofrem é oriunda de discursos que segregam. “O ‘outro’ deve manter-se separado de ‘nós’, para que não haja contaminação. Não se trata de exclusão absoluta, mas de apartheid, por exemplo” (BARROS, 2017, p. 63). Seria o caso de dizermos que alteridade



faz com que os grupos vulneráveis sejam alvo de uma subordinação que separa o privilegiado daquele que não é privilegiado.

É bem verdade que nem todos os privilegiados têm o desejo de segregação, se assim podemos dizer, isso depende do meio social em que o sujeito está envolvido. O internauta, por exemplo, diz que o tema é “*muito importante*”, e essa forma de avaliar é reflexo da realidade que o cerca, uma vez que ele, por ser filho de um surdo, sabe o quanto a temática é significativa. Avaliar ou perceber a importância desse tema é mostrar-se como um cidadão que está ciente de tudo o que o surdo vive diariamente: preconceito, exclusão, discriminação, compreendendo, assim, o tema como um instigador de discussões pautadas na inclusão, já que ele poderá levar à reflexão os jovens e todos aqueles que verão, por meio da grande mídia, uma ampla discussão sobre a inclusão social, de forma que possam rever as práticas sociais que ainda excluem os surdos.

Nesse segundo bloco, os internautas foram conscientes da importância da temática. Por isso, podemos caracterizá-los como indivíduos hedonistas solidários, já que se preocupam com o bem-estar dos surdos. Diante desse tipo de indivíduo, pode-se configurar um intercâmbio cooperativo tendo em vista uma mudança social pautada na pacificação, porque aqueles que necessitam da mudança podem dialogar e negociar, sem conflitos, com internautas que se apresentam conscientes da necessidade de inclusão social. Por ser pacífica, esse intercâmbio resultaria numa mudança por meio do que Bajoit nomeou de reforma, a saber, “processo de negociação com outros atores, sem, contudo, desencadear conflitos nem contradições” (2006, p. 280). Ou seja, a comunidade surda pode propor uma mudança social que a inclua socialmente, e os indivíduos conscientes da importância da inclusão não se oporiam à mudança social.

Saco (2006), um dos sociólogos que a ASCD se apropria e re-textualiza a sua contribuição, aponta que há três fases por onde a mudança transita antes da sua efetivação. A grosso modo, na primeira fase, os indivíduos percebem que precisa haver mudança; na segunda, as ações que podem resultar em mudança são realizadas, e, na terceira, há os resultados das mudanças. Se levarmos em consideração que esses internautas do grupo “B” já têm consciência do papel da inclusão e consideram oportuno que haja uma discussão\ ação que desencadeará reflexões, já que estamos diante de ações que desencadearão em mudanças sociais, estamos 2ª fase de uma mudança, pois ações que levarão a mudança foram instaladas e bem aceitas por esses internautas. Eles já estão conscientes de que os surdos precisam ser alvo de discussão, precisam ser incluídos na

sociedade e vê que o tema do ENEM é uma ação que quebra paradigmas excludentes e resulta em mudanças sociais necessárias.

Já ao observar os comentários do bloco “A” e “B”, podemos perceber dois posicionamentos distintos. No primeiro bloco, estão os internautas que não avaliaram a temática positivamente, enquanto no outro se situam internautas conscientes da importância de uma discussão sobre a temática “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”. Aliás, ressaltamos que em todo o *corpus* utilizado para esta dissertação é notório que há duas grandes divisões. Um grande grupo avaliou a temática negativamente, e essa avaliação foi justificada com argumentos que excluem os surdos e não veem a proposta como uma medida que trará visibilidade para os surdos; e um outro grupo que, por sua vez, se mostra consciente da importância do tema, pois que permite pairar o olhar sobre o que os surdos vivem diariamente. Logo, a partir dos comentários, é fácil notar que temos internautas que se preocupam consigo mesmos e com o grupo do qual fazem parte, e internautas preocupados com o outro. Temos, assim, grupos com ideologias diferentes, um com ideologias excludentes que provocam a desigualdade social e que corrobora a formulação de Thompson (2002) no sentido de que a ideologia é negativa, e outro grupo que se apresenta consciente diante da realidade dos surdos.

Vivemos, de fato, uma grande tensão social. O nosso *corpus* nos permitiu fazer essa leitura. Tal tensão é um sinal de futuras transformações, já que Bajoit (2006) assegura que as mudanças sociais são oriundas de tensões sociais. Tais tensões dão lugar a reflexões, por meio de debates que, por sua vez, provocam reformas sociais que orientam a mudança nas práticas sociais, nas leis e nas instituições. Em suma, há quem queira mudança e há quem não esteja ciente dessa necessidade; esse duelo resultará numa mudança, por meio de intercâmbios contraditório, pois este segue o mesmo direcionamento do intercâmbio conflitivo, porém há chances de uma morte física ou social, ou seja, os surdos ao duelarem com aqueles que são contrários a inclusão podem perder a sua identidade cultural, língua.

A partir dessa contradição, instala-se a revolta. A revolta é originada se não existir primeiramente uma reforma, ou seja, um movimento pacífico que resulta em mudança. Se não há um acordo, irá se instalar a revolta. Lê-se que não há uma luta corporal nessa modalidade de mudança, há, na verdade, conflitos sociais. Esse tipo de mudança se dá a partir dos conflitos, contradições em que mobilizações espontâneas são realizadas socialmente buscando aquilo que se deseja.

Em suma, reformas e revoltas serão instaladas entre os grupos, para que as mudanças sejam concretizadas ou não. Se forem instaladas será através dos movimentos autogestionais. Segundo Saco (2006) essas mudanças são assim chamadas por virem de dentro pra fora e de baixo para cima. As que são de dentro para fora são nomeadas de endógenas e de acordo com Pedrosa (2008, p. 10) “ocorrem dentro do próprio sistema como resultado de movimentos de transformação social” e as de baixo pra cima são caracterizadas por serem realizadas a partir de mobilizações populares. Logo, temos movimentos autogestionais por elas serem instaladas via movimentos sociais, movimentos que buscam visibilidade, inclusão, respeito às diferenças.

## O PENÚLTIMO PASSO

Talvez seja intrigante nomear este último capítulo de “O Penúltimo Passo”, quando, na verdade, deveria usar algo que indicasse a conclusão desta dissertação. Não queremos dizer com isso que o trabalho está inconcluso, mas sim dizer que os trabalhos, as pesquisas, tudo o que está no campo de investigação não está totalmente concluído. Prova disso está nos desdobramentos que este trabalho poderá ter, na heteroglossia que ocasionará, isto é, nos diálogos que ele provocará, e isso fará com que muitas outras questões sejam levantadas, problematizadas e resolvidas, se não pela autora do estudo, mas por alguém também comprometido a olhar, através da ciência, para a comunidade surda. Ou seja, muitas outras contribuições poderão ser realizadas a partir da conclusão deste trabalho, e é por isso que insisto em chamar esta etapa de “penúltimo passo”.

Alguns muitos passos foram realizados para que todas as perguntas de pesquisa fossem respondidas. Alguns passos foram mais curtos, outros mais longos. Mas, após perceber quão significativa é esta pesquisa, principalmente para aqueles que são excluídos socialmente por serem surdos, tratamos de dar passos mais firmes, longos e seguros, afinal nos apropriamos dos estudos em ACD para isso.

A escolha dessa teoria é justificada pelo seu comprometimento social e político contra qualquer tipo de desigualdade social, uma vez que é objetivo da ACD dar contribuições científicas para os estudos em torno dos discursos que acentuam a desigualdade social, como afirmam Vieira e Resende (2016). Por conta disso, a ACD é primordial para o estudo em questão.

Os estudos em ASCD também nortearam o trabalho por eles possibilitarem fazer análise dos comentários retirados das páginas, no Facebook, do MEC, do INEP e da Folha de São Paulo, e discutir sobre mudanças sociais que são inerentes à sociedade. Segundo Pedrosa (2012), as mudanças sociais são estabelecidas a partir do oferecimento de tarefas à coletividade, de forma que ela se prontifique a gerar as mudanças de que a sociedade necessita, e, diante de tal afirmação, é essencial verificar a que passos estão as mudanças sociais e culturais.

Para o alcance das respostas colocadas em face das perguntas de pesquisa, a análise foi dividida em 6 blocos, tendo-se em vista as diferentes formas como os autores dos comentários evidenciaram seu posicionamento sobre a temática da redação do ENEM 2017. A partir disso, foi possível refletirmos e atingirmos o objetivo geral.

A seguir, serão apontadas, após a reflexão feita sobre as questões que direcionaram a pesquisa, as respostas alcançadas, sendo estas interligadas aos objetivos específicos.

1) Como os internautas das páginas, no Facebook, da Folha de S. Paulo, do INEP e do MEC avaliaram o tema da redação do ENEM 2017?

A partir das inquietações que deram origem a essa pergunta norteadora, tivemos como objetivo examinar criticamente as avaliações feitas pelos internautas no que tange ao tema da redação do ENEM 2017: “Desafios para a Formação Educacional dos Surdos no Brasil”.

Os estudos em GFS, de Halliday (2008), e da Avaliatividade, de Almeida (2010), contribuíram para que, através de uma análise discursiva textualmente orientada, pudéssemos desvelar a avaliação feita pelos internautas sobre o tema da redação do ENEM 2017.

Pudemos perceber que a Avaliatividade é norteadora por meio de construções léxico-gramaticais que funcionam como recurso semântico-discursivo, pois apareceram, em quase todos os comentários, adjetivos, substantivos abstratos e advérbios avaliando a temática, os alunos, o INEP, o MEC, o ENEM e até mesmo a sociedade e seu compromisso com a causa surda. Todas essas avaliações evidenciam que o ato de avaliar é inerente ao ser humano, pois tudo que o cerca é alvo de sua avaliação.

Uma das avaliações foi acerca do tema. Ele foi avaliado como inadequado para os alunos por eles serem recém-concluintes do Ensino Médio ou porque o tema era para ser direcionado para um outro público, a exemplo de professores, psicólogos, entre outros. Além disso, o tema foi visto como desatualizado e complexo. Foram comuns a esse bloco as apreciações negativas, as quais foram materializadas por meio de adjetivos e substantivos abstratos, o que corrobora o que Almeida (2010) já tinha ressaltado ao dizer que a avaliatividade é realizada léxico-gramaticalmente através de diferentes classes gramaticais.

Apareceram também apreciações totalmente negativas que desvelaram, após análise crítica, que os internautas não são conscientes da importância da inclusão social. Nesses comentários, os internautas, através de toda construção lexical reforçada por elementos gramaticais inerentes à avaliação, como os adjetivos, mostraram-se “contra” o tema. Cabe ressaltar que, nesses comentários, os internautas apreciaram o tema como

totalmente negativo, ficando evidente o que Almeida (2010, p. 108) declara sobre a apreciação: “a apreciação é realizada tanto pelos elementos lexicais como pelas orações completas”.

Outras avaliações também apareceram no *corpus*, e elas foram justificadas através da relação social entre o internauta e os surdos. Essas relações resultaram em apreciações positivas, porque os internautas se sentiram impactados, felizes por terem uma discussão tão importante no Brasil que pode favorecer aqueles que vivem (ou não) próximos a eles.

Houve ainda comentários que avaliaram os responsáveis por elaborarem a prova, o MEC e o INEP. Nesses comentários, apareceram tanto apreciações positivas quanto negativas: positivas quando os internautas perceberam que o tema é um sinal de inclusão social e negativas quando sinalizaram para o favorecimento de um público restrito.

Por fim, tivemos ainda um comentário que foi nortado por avaliações pautadas em muitos sentimentos negativos. Conforme Almeida (2010), os sentimentos também são avaliativos e estão inteiramente relacionados à forma, à composição, ao impacto do objeto avaliado. E, diante da realidade vivida pelo internauta, o impacto que o tema causou foi ruim, o que resultou numa avaliação negativa.

Ao voltar o olhar para o aspecto avaliativo, foi possível identificar apreciações positivas e negativas, sendo cada uma justificada de acordo com a realidade dos internautas, que, por vezes, foram conscientes da importância da inclusão (fizeram apreciações positivas) ou inconscientes do papel significativo da inclusão (fizeram apreciações negativas). Em suma, as diferentes formas de avaliar ajudaram a desvelar as ideologias dos internautas.

## 2) Quais Atores Sociais são marcados nas representações discursivas dos internautas?

De acordo com os estudos de Van Leeuwen (1998), pela linguagem há diversas formas para representar os atores sociais. Por vezes, as pessoas não se dão conta de como essas representações ocorrem e o que significam. Ao observar o quadro teórico-metodológico de Van Leeuwen, em que são apresentadas diversas formas pelas quais os atores sociais podem ser representados, observamos que, no *corpus* deste trabalho, os atores foram representados por Generecização, Assimilação por Coletivização, Funcionalização e Exclusão por Supressão.

Nesse *corpus*, foi possível notar que a Generecização foi utilizada por dois motivos: o autor do comentário de fato não conhecia especificamente o ator social ou foi

utilizado quando o autor do comentário tecia críticas àquele que foi referenciado. Assim, usar a Generecização faz com que o autor do comentário se distancie do objeto criticado, para, dessa maneira, evitar o comprometimento da sua face.

A Assimilação por Coletivização também foi muito utilizada, uma vez que os atores individuais são representados como pertencentes a um grupo maior, sendo usada quando o internauta deseja representar a instituição, o órgão, os grupos e não o ator em si. É, em linhas gerais, uma representação metonímica, pois apresenta a parte pelo todo. Esse recurso foi usado para evitar críticas direcionadas a um ator específico, o que levaria a implicações entre o ator apontado e o internauta, como também quando não se sabia exatamente quem era o ator social, mas se sabia que fazia parte de um grupo maior que o representa.

A Funcionalização é uma outra representação que aparece frequentemente, visto que muitos atores são representados a partir da função social que exercem na sociedade. Esse mecanismo normalmente foi utilizado no *corpus* para indicar os profissionais que devem discutir ou não sobre a inclusão dos surdos, evidenciando, principalmente, se os profissionais estão aptos ou não para discorrer sobre a temática. Ao usar essas construções léxico-gramaticais, os internautas velaram a sua ideologia, porque não queriam que o tema fosse discutido e justificaram isso aludindo que o tema é para a profissão X ou Y.

Além dessas representações, houve, em menor número, a identificação relacional e a Nomeação por Filiação, as quais foram utilizadas para apontar as relações sanguíneas entre o internauta e o ator referenciado. Essas representações apareceram seguidas de relatos, os quais foram corroborados pelas formas de representação dos atores sociais, pois o internauta só pode relatar uma experiência se ele a vive ou está próximo de quem vive determinadas situações. Por isso, apontar os atores por meio da Nomeação por Filiação ou pela Identificação Relacional dá autoridade ao internauta para falar sobre o assunto trazido por ele. Essas representações fizeram-se presentes nos comentários que relataram situações que denunciavam o descaso para com a comunidade surda.

Houve ainda a Exclusão por Supressão, quando os atores foram totalmente apagados das ações que precisariam dar visibilidade à inclusão social dos surdos, ou seja, os internautas apagavam os atores sociais, a fim de que a exclusão permanecesse vigente.

Em linhas gerais, muitos atores sociais apareceram no *corpus*. Cada ator social foi apontado pelo internauta tendo em vista as relações estabelecidas socialmente e o reflexo

dessas relações resultam em um maior ou menor comprometimento dos atores sociais com a causa surda.

3) Como as ideologias, as hegemonias e as relações de poder são implantadas nas práticas discursivas em análise?

As ideologias enquanto instrumento semiótico são vistas pela ACD negativamente, uma vez que acentuam a desigualdade social. Entretanto, cabe aos analistas críticos do discurso desvelar essas ideologias, a fim de contribuir positivamente com os grupos sociais que sofrem amargamente com as desigualdades sociais. Para que essa contribuição fosse de fato concretizada, apropriamo-nos, aqui, dos estudos de Thompson (2002), de modo a verificar como as ideologias foram operacionalizadas. Um dos modos apontados pelo estudioso e encontrados no *corpus* foi a Fragmentação. Na Fragmentação, grupos que oferecem risco ao grupo dominante são subdivididos. Assim, na análise, foi possível desvelar que grupos – os Surdos – que ofereciam risco à hegemonia dos ouvintes foram apagados das discussões. Além da Fragmentação, houve a Unificação, em que causas que beneficiavam particularidades foram expostas como uma causa de todos, e a Nominalização, pois houve comentários que focaram em determinadas ações em detrimento de outras. Já as relações de poder foram concretizadas pelo poder-Hegemonia, que consiste em pregar aquilo que melhor convém ao grupo de que se participa. Assim, foram vistos, em alguns comentários, posicionamentos que silenciavam o surdo e seu processo de exclusão, e isso se dá pela concretização do poder-Hegemonia, o qual consiste em visualizar aquilo que melhor convém a determinado grupo social.

As ideologias, as relações de poder e a hegemonia determinou práticas sociais mais excludente ou menos excludentes, pois a depender das práticas discursivas, os internautas apresentavam-se mais conscientes ou menos conscientes com o papel da inclusão social. É possível identificar tal coisa a partir da forma como o internauta se posicionava no comentário da rede social. Ou seja, mesmo que de maneira velada, os internautas deixaram nas entrelinhas resquícios de sua ideologia ora inclusiva ora exclusiva.

4) A que passo estão as mudanças sociais que podem beneficiar a comunidade Surda?

A partir da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), mais especificamente dos estudos de Pedrosa (2012), Bajoit, (2006) e Saco (2006), foi possível



perceber que estamos em meio a uma possível transição social em que os surdos poderão ser incluídos socialmente. Tal afirmação é baseada através das discussões que Bajoit (2006) nos trouxe.

Como já discutido no corpo desta dissertação, as mudanças ocorrem quando já percebemos que há a necessidade de mudança, como também quando temos uma tensão social instalada. Entendemos por tensão social quando duas classes de indivíduos lutam por objetivos diferentes. É por isso que podemos sinalizar que sim, há caminhos para a mudança social já presentes em nosso meio, pois há internautas solidários com a causa surda, assim como há internautas que não viram o tema como uma discussão importante, o que nos leva a crer que se trata de um indivíduo não simpatizante da inclusão social. Diante do exposto, consideramos que há uma tensão social instalada com mais veemência após o tema da redação do ENEM 2017, e isso possivelmente acarretará a consolidação para a mudança social que já vem ocorrendo nacionalmente desde os anos 2000, quando a Libras foi instituída como língua.

Além disso, outro sinal de uma mudança social está pautado no olhar do MEC, enquanto órgão do governo federal, e do INEP, instituto que trabalha junto ao MEC. Trazer essa temática significa que o Estado está ciente de que a educação para os surdos ainda deixa muito a desejar, ou seja, o Estado já compreendeu que precisamos de uma mudança. Além disso, o governo possibilitou, em 2017, a videoprova, recurso que pode garantir ao surdo um melhor desempenho na prova do ENEM. Tendo em vista essa ação e de acordo com Saco (2006), podemos dizer que estamos na segunda fase de uma mudança social, pois ações já estão sendo realizadas para que a mudança seja instalada.

Ao chegar ao penúltimo passo, devemos afirmar que as discussões deste trabalho possibilitaram enxergar como um tema de redação pode incutir tantas vertentes, infelizmente pouco discutida e praticada, qual seja, a inclusão social dos surdos não só no que envolve a educação básica, e superior, mas no que diz respeito a todo o contexto social. E o mais importante: devemos dizer que fica aqui a nossa contribuição para a comunidade surda. Esperamos poder contribuir grandemente com essa comunidade na continuidade da pesquisa, a nível de doutorado, mas, acima de tudo, contribuir para além de um mundo acadêmico, na medida em que almejamos poder ir a todos os lugares e abrir os olhos daqueles que ainda dormem diante da inclusão social. Por fim, mais que um constructo teórico e analítico, esta dissertação contribuiu para formar uma pesquisadora cidadã que procurará sempre incluir aqueles que vivem à margem da sociedade.



## Referências

ALMEIDA, E. O. C. de. **Leitura e Surdez**: um estudo com adultos não oralizados. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da UNICAMP, 2000.

ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. In: VIAN JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves de; ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira (Orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**. Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

AVELAR, António; AZUAGA, Luísa. A Teoria da Avaliatividade: Breve Apresentação. In: Azuaga. Luísa (Org.). **Relatos de Viagens** - Representações e Codificações Linguísticas de Portugal no Século XIX. Vol. 2. Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa, 2003.

BAJOIT, Guy. **Tudo muda**: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Lisboa, Portugal: Unijaí, 2006.

\_\_\_\_\_. La tiranía del “grand ISA”. **Cultura y representaciones sociales**, ano 3, n. 6, p. 13, mar. 2009. Disponível em: <<http://journals.unam.mx/index.php/crs/article/view/16378/15584>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [2003].

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, dispõe sobre a língua brasileira de sinais**. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a língua brasileira de sinais**. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRITO, M. V. **Discurso do sujeito surdo sobre sua educação**: contribuições da abordagem sociológica e comunicacional do discurso. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2018.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Tolfo Denise. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Desnise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

COSTA, M. P. R. Orientações para ensinar o deficiente auditivo a se comunicar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 1, n. 2, p. 53-62, 1994.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CUNHA, Maria Angélica Furtado. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DAMACENO, Taysa Mércia dos Santos Souza. **Sujeitos e Atores Sociais nas representações discursivas de docentes da rede estadual de ensino de Sergipe: Uma análise crítica em tempos de IDEB**. Natal, 2013.

DIAS, V. L. L. **Rompendo a barreira do silêncio: interações de uma aluna surda incluída em uma classe do ensino fundamental**. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2006.

DOMINGUES, Ivan. Multi, Inter e Transdisciplinaridade – onde estamos e para onde vamos?. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 7, n. 2, p. 11-26, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

GESUELI, Zilda Maria (Org.). **Cidadania, surdez e realidade**. 4. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. 5. ed. São Paulo: Plexus editora, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. M. I. **An Introduction to Functional Grammar**. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.

KAUCHAKJE, S. “Comunidade Surda”: as demandas identitárias no campo dos direitos, da inclusão e da participação social. In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M.; (Orgs.). **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: PLEXUS, 2003. p. 67-69.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/edicoes-anteriores>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

LACERDA, C. B. F. de. A prática fonoaudiológica frente às diferentes concepções de linguagem. **Revista Espaço**, Instituto de Educação de Surdo, v. 10, p. 30-40, 1998.

LIMA, Maria Cecília de. Discurso sobre gênero e identidade. In: OTTONI, Maria Aparecida Resende; LIMA, Maria Cecília de (Orgs.). **Discursos, identidades e letramentos**: abordagens da análise do discurso crítica. São Paulo: Cortez, 2014.

MACHADO, Gomes Eduardo; LACERDA, Lis Lélia. Lutas sociais, hegemonia e democratização no planejamento e na gestão urbana e ambiental. In: **II jornada Internacional de políticas públicas**. São Luís – MA, 2005.

MARTIN, James R.; WHITE, Peter. **The language of evaluation**: appraisal in English. New York: Palgrave, 2005.

MATTHIESSEN, Christian M. I. M.; HALLIDAY, Michael A. K. **Systemic functional grammar**: a first step into theory. Higher Education Press, 2009.

MELO, Iran Ferreira de. **Ativismo LGBT na imprensa brasileira**: análise crítica da representação de atores sociais na Folha de S. Paulo. São Paulo, 2013.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ORMUNDO, Joana da Silva. **A reconfiguração da linguagem na globalização**: investigação da linguagem online. Brasília, 2007.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Análise crítica do discurso**: uma proposta para a análise crítica da linguagem: Origem da Análise Crítica do Discurso resumo histórico. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Análise Crítica e Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso**. 2012. Disponível em: <[www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br)>.

\_\_\_\_\_. **Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD)**: Uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social. 2012. Disponível em: <[www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br)>.

PERLIN, Gládis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Medição, 1998.

\_\_\_\_\_. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 51-73.

POKER, Rosimar Bortolini. **Abordagens de ensino na educação das pessoas com surdez**. Unesp – 2002. Disponível em:

<[https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec\\_texto2.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf)>. Acesso em 10 fev. 2018.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E- Compós**, Brasília, v. 9, p. 1-21, 2007.

QUADROS, Ronice. **Educação de surdos**. Aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Rawis, John. **Uma Teoria da Justiça**. Tradução Carlos Pinto Correia. Editorial Presença, 1993. p. 27-28.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2016.

REZENDE, Marinéia Crossara. **Atitudes em relação ao idoso, à velhice pessoal e ao portador de deficiência física em adultos portadores de eficiência física**. Dissertação de Mestrado, FE. Unimcamo, 2001.

SÁ, Nídia Regina Lima de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999. 174p.

\_\_\_\_\_. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação de surdos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Educação e Exclusão**. Porto Alegre: Mediação, 1997/2004.

\_\_\_\_\_. O discurso surdo: a escuta dos sinais. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. 2008.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia para a mudança social**. Civilização brasileira, RJ, 2005.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. In: **Cadernos de Educação** – Educação de Surdos, Faculdade de Educação – UFPel, ano 19, n. 36 (mai.-ago. 2010); Pelotas: Ed. UFPel, 2010, p. 107-131.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAN DIJK, Teun A. La multidisciplinaridade del análisis crítico del discurso; um alegato em favor de la diversidad. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (Orgs.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003.

\_\_\_\_\_. Discurso, poder e acesso. In: HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina (Orgs.). **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2017.

VAN LEEUWEN, T. A Representação dos Actores Sociais. In: PEDRO, Emília. **Análise Crítica do discurso**. Editora Caminho, 1998.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chaves em Análise de Discurso Crítica. In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

WAUTIER; Anne Marie. Do Ator ao Sujeito: Ainda Existe um Lugar Para uma Ação Coletiva Pelo Trabalho. **Contexto e Educação**, Editora Unijuí, ano 16, n. 63, p. 35-56, Jul./Set. 2001.